

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO-PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

KADJA EMANUELLE ARAUJO SANTOS

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE
(1961-1979)**

**ARACAJU
2023**

KADJA EMANUELLE ARAUJO SANTOS

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE
(1961-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

ORIENTADORA: Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

COORIENTADORA: Profa. Dra. Vera Maria dos Santos

**ARACAJU
2023**

S237p

Santos, Kadja Emanuelle Araujo

As práticas educativas no conservatório de música de Sergipe (1961-1979) / Kadja Emanuelle Araujo Santos; orientação [de] Prof.^a. Dr.^a Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento, Prof.^a Dr.^a Vera Maria dos Santos– Aracaju/ SE: UNIT, 2023.

109 f. il; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes 2023

1.Conservatório de música de Sergipe 2. Educação musical 3. História da educação 4. Instituições educativas 5. Práticas educacionais I. Santos, Kadja Emanuelle Araujo II. Nascimento, Ester Fraga Vilas-Boas (orient.). III. Santos, Vera Maria dos IV. Universidade Tiradentes. V. Título.

CDU: 78:37(813.7)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em 31/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ESTER FRAGA VILAS BOAS CARVALHO DO NASC**
Data: 20/09/2023 09:24:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas Bôas Carvalho Nascimento (Orientadora)
Universidade Tiradentes – (PPED/UNIT)

Documento assinado digitalmente
 **LIA MACHADO FIUZA FIALHO**
Data: 19/09/2023 08:49:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho
Universidade Estadual do Ceará – (PPGE/UECE)

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA KARLA FERREIRA NUNES**
Data: 20/09/2023 09:16:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Andrea Karla Ferreira Nunes
Universidade Tiradentes – (PPED/UNIT)

Dedico este trabalho a amada Profa. Givelda Araujo, *in memoriam*, e ao amigo Sr. Alberto Barreto, *in memoriam*. Não deu tempo ... Mas ainda assim acredito ser possível chegar até vocês toda a minha gratidão, dedicação, esforço e alegria na conclusão de mais um momento especial da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Por linhas (musicais) certas e ao seu tempo, Deus sempre escreveu um caminho de muitos aprendizados para mim. Minha gratidão, ao grande compositor e maestro da minha vida, DEUS, bondoso e fiel, e a sua legião de anjos e santos pelas bênçãos e condução neste caminho de tantas alegrias e desafios neste trajeto do mestrado.

À minha amada família, meu amor infinito. Não consigo encontrar as melhores palavras de agradecimento para tanto e tudo que representam para mim. Dona Joana e Seu Carlos, Dalva, Karla, Cledja, Rogério, Cauã, Gerson e Augusta formam a mais linda plateia desde as brincadeiras de recitais natalinos quando eu não sabia o que era uma nota Dó. Nada seria possível sem eles. Os aplausos foram e continuam sendo essenciais e fonte da minha alegria e razão de viver. Amo vocês!

Aos meus amigos da vida toda e para sempre, agradeço a força da amizade ao suportar todos os momentos de uma geminiana, especialmente em processo de escrita de uma dissertação. Obrigada por torna minha vida mais leve e feliz, com suas orações, lanches, mensagens e inusitadas demonstrações de carinho.

No princípio desta caminhada não imaginei o presente que teria nessa incursão de estudo e pesquisa. Nesse processo, tive o privilégio e a benção de conviver com a Profa. Dra. Vera Maria, minha orientadora inicial e quem alicerçou elegantemente a pesquisa, a Profa. Dra. Andrea Karla, professora examinadora e maior incentivadora da minha formação neste Programa, e a Profa. Dra. Ester Fraga, minha orientadora que com maestria e mãos de pianista fez a modulação necessária e a cadência perfeita para finalização e excelência desta pesquisa. Queridas professoras, dedico a vocês toda a minha admiração e gratidão pela condução, aprendizado, acolhimento, respeito, empatia e pela partilha durante todo esse tempo. Vocês não sabem o quanto sou feliz e agradeço a Deus por proporcionar este encontro.

E que alegria dividir a jornada e contar com a parceria dos amigos do GPHPE, GEPCE E GPDACC! Em especial a Lucas Victor, Luzianne, Natalie, Erik, Isabella, Oswaldo, Tisciana, Dirce, Mirelle, Oberdan, Advanusia, Liliane, Alexandra, Wilson e Sandra. Também sou muito grata ao Cleverton Mota e a Cristina (Secretaria do PPED) por todo auxílio e atendimentos. Obrigada, amigos! Do PPED para vida!

Uma pausa de semínima para cumprir uma promessa do primeiro semestre acadêmico. Querido Lucas Victor, seu nome já estava em meus agradecimentos, mesmo quando nem tinha duas laudas escritas. Agradeço a você e a Bruna Oliveira pela amizade, parceria e aprendizados.

Meus sinceros agradecimentos a todas as instituições que permitiram a realização da pesquisa. Em especial ao PPED (UNIT), em nome do Coordenador do Programa, Prof. Cristiano Ferronato, e ao CMSE, em nome do diretor Prof. Heitor Mendonça.

Sou grata aos meus anjos e novos querubins que estiveram ao meu lado nessa caminhada. Agradeço à Camille e toda equipe de estagiários da Biblioteca Pública Epiphany Dória, à Savéria Quaranta do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, à Ingredy do Memorial de Sergipe, à equipe sempre sorridente de estagiários da Midioteca do Museu da Gente, à acolhida da Tatiana do Arquivo Público de Sergipe, à Clessia Resende por abrir as portas do IERB, a Profa. Juliana Góes pelas conversas inspiradoras, *thanks friends* Jefferson Andrade e Michelle Aragão, ao George Newton pela disponibilidade de sempre no arquivo do CMSE, ao professor Luiz de Tutuaharama e à Telma Santos pelos cuidados essenciais para minha vida, e aos queridos Joel Magalhães e Rodrygo Besteti pelo carinho diário e suporte nos dias de pesquisa.

Gratidão à Profa. Dra. Lia Fialho, por aceitar gentilmente o convite em compor às bancas examinadoras de qualificação e defesa, e pelas considerações valiosas para este trabalho. Ao Prof. Dr. Elias Santos e ao Maestro Joel Magalhães agradeço pela leitura atenciosa e pela partilha sobre o ensino de música em Sergipe. Também agradeço a generosidade da museóloga Sayonara Viana, da Profa. Priscilla Góes; e à Profa. Sayonara Rodrigues por partilhar os conhecimentos sobre os acervos e museus. Imensamente grata às professoras Olga Andrade, Maria Olivia, Aglaé Fontes pela confiança e por dispensar do seu precioso tempo e atenção para as conversas sobre música, educação e vida.

Considero que esta dissertação como uma composição construída várias mãos. Aqui, registro minha gratidão a todos que inspiraram e impulsionaram esta caminhada. Por fim, deixo meu agradecimento e oração ao tempo: que ele seja generoso com todos nós!

“Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo”

(Caetano Veloso – Oração ao Tempo - 1979)

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada à área de concentração em Educação, na linha de pesquisa em Educação e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED/UNIT), ao Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/CNPq/UNIT) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Colonização, Cultura e Educação (GEPCE/CNPq/UNIT). O objetivo central da investigação foi analisar a criação e as práticas educativas adotadas pelo Conservatório de Música de Sergipe, a partir da extinção da disciplina de Canto Orfeônico — pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61, no período de 1961 a 1979. Como objetivos específicos, a investigação propõe também apreender sobre as práticas do Canto Orfeônico nas instituições escolares sergipanas, e identificar as relações estabelecidas entre as práticas educativas e as alterações pedagógicas no CMSE, no período de estudo. A delimitação temporal tem como marco inicial o ano de 1961, quando a disciplina Canto Orfeônico foi extinta conforme a publicação da LDB nº 4.024/61 a data de abertura do Livro de Matrícula pelo diretor Genaro Plech, em 1 de março de 1961. O marco temporal final é 1979, ano do último registro de matrícula de discentes no referido livro. O estudo está fundamentado nos conceitos de representações e práticas (Chartier, 1990), instituições educativas (Magalhães, 2004) e, cultura escolar (Julia, 2001). A pesquisa é qualitativa de caráter histórico-documental, tomando como fonte de pesquisa o Livro de Matrícula de alunos do Conservatório de Música de Sergipe (1961-1979), legislação educacional, diários de classe, programas de recitais e jornais e fotografias. Os resultados revelaram que após a publicação da LDB nº 4.024/61 as práticas de canto orfeônico continuaram vigentes com a participação de estudantes em concentrações cívico-orfeônicas, e a partir de 1962 ocorreram modificações na proposta pedagógica com ênfase no ensino de instrumento, a ampliação da oferta dos cursos, o aumento do número de matriculados e a criação da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe. A LDB nº 5.692/71 provocou a implantação de Cursos Técnicos Profissionalizante (1973) e a criação de grupos artísticos Madrigal de Sergipe (1971), Trio Villa-Lobos (1972), Quinteto de Sergipe (1973) e da Orquestra de Câmara de Sergipe (1979).

Palavras-chave: Conservatório. Educação Musical. História da Educação. Instituições educativas. Práticas educacionais

ABSTRACT

This research relies on Education background with a concentration in Education and Teacher Training, which is part of the Graduate Program in Education (PPED/UNIT). It affiliates with research interests of the Research Group called History of Educational Practices (GPHPE/CNPq/UNIT) as well as the Research and Study Group entitled Colonization, Culture, and Education (GEPCE/CNPq/UNIT). The primary aim of this research was to analyze the establishment and the educational practices implemented by the Conservatório de Música de Sergipe after the extinction of the course Orpheon Singing, which was demanded by the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) No. 4.024/61. This examination covers the time frame from 1961 to 1979. As to the specific objectives, this research also aimed to investigate the practices of Orpheon Singing in educational institutions in Sergipe and to identify the correlations between educational practices and pedagogical changes at the Conservatório de Música de Sergipe during the aforementioned time frame. The starting point of the research was set in 1961 in face of the extinction of Orpheon Singing as a result of the LDB No. 4.024/61 publication. The endpoint was set in 1979, which represented the last student registered in the enrollment book. This research draws on conceptions such as representation and practices (Chartier, 1999), educational institutions (Magalhães, 2004), and school culture (Julia, 2001). Methodologically, this research adopts a qualitative and documentary-historical approach by relying on diverse sources. Among those sources, the Student Enrollment Book of the Conservatório de Música de Sergipe (1961-1979), educational legislation, class diaries, recital programs, newspapers, and photographs were taken into account. The findings revealed that the practices of Orpheon Singing persisted even after the adoption of the LDB No. 4.024/61, when students participated in civic-orpheon groups. In addition, there were notable shifts in the pedagogical approach after 1962, which was featured by the emphasis on instrumental instruction, expansion of course offerings, increase in enrollment rate, and the establishment of the Symphony Orchestra of the Escola de Música de Sergipe. Eventually, the LDB No. 5.692/71 helped to pave the way for the launch of Professional and Technical Courses in 1973 as well as the development of artistic groups like the Madrigal de Sergipe (1971), Trio Vila-Lobos (1972), and the Orquestra de Câmara de Sergipe (1979).

Keywords: Conservatory. Music Education. History of Education. Educational Institutions. Educational Practices.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNCO	Conservatório Nacional de Canto Orfeônico
CMSE	Conservatório de Música de Sergipe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENACOSE	Encontro Nacional de Coros de Sergipe
FUNDESC	Fundação Estadual de Cultura
GEPCE	Grupo de Estudos e Pesquisas Colonização, Cultura e Educação
GPHPE	Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IMCOSE	Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPED/UNIT	Programa de Pós-Graduação em Educação
RIUFS	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe
SECBANDA	Banda Interescolar da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe
SEMA	Superintendência de Educação Musical e Artística
SOFISE	Sociedade Filarmônica de Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIT	Universidade Tiradentes

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programa do primeiro exame de admissão (1946)	47
Quadro 2 - Disciplinas do Curso de Especialização do IMCOSE (1946).....	50
Quadro 3 - Curso de Especialização para Formação de Professor de Canto Orfeônico (1946).....	51
Quadro 4 - Disciplinas e corpo docente do IMCOSE (1946)	53
Quadro 5 - Apresentações da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe (1966-1970)	77
Quadro 6 - Grupos Artísticos (1966-1979)	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de matrícula (1961 a 1970)	71
Tabela 2 - Matrícula por curso (1961 a 1971)	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Orfeão da Escola Normal	35
Figura 2 - Nota sobre o Curso de Férias do IMCOSE.....	45
Figura 3 - Programa da Formatura de 1949 (frente e verso)	55
Figura 4 - Alunas da Turma de 1952 e Corpo Docente do IMCOSE.....	56
Figura 5 - Nota sobre a Festa de colação de grau no Instituto Pedagógico Rui Barbosa (1946)	59
Figura 6 - QR Code das músicas da Festa de Colação de Grau do Instituto Pedagógico Rui Barbosa e do Dia do Marinheiro (1946).....	60
Figura 7 - Nota sobre a Concentração Cívico-Orfeônica	62
Figura 8 - 1ª sede do Conservatório de Música de Sergipe (1950)	69
Figura 9 - 2ª sede do Conservatório de Música de Sergipe	70
Figura 10 - Orquestra Sinfônica e Coral da Escola de Música de Sergipe (1968).....	75
Figura 11 - Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe (1970).....	76
Figura 12 - Recorte sobre a inauguração da sede própria (1971).....	79
Figura 13 - Recorte sobre programa da inauguração.....	79
Figura 14 - Sede do Conservatório de Música de Sergipe (1971).....	80
Figura 15 - Informativo da Orquestra de Câmara de Sergipe	85

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS NOTAS	15
2 A ESCRITA POLIFÔNICA SOBRE O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE.....	24
2.1 As práticas musicais em instituições escolares sergipanas.....	24
2.2 O Canto Orfeônico nas Escolas Sergipanas	31
2.3 O ensino de música no Conservatório de Música de Sergipe	39
2.3.1 Primeiros exames de admissão de alunos	44
2.3.2 Contrapontos curriculares	49
2.3.3. O primeiro corpo docente e discente	53
3 EM PAUTA: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE (1961-1979).....	61
3.1 O Canto Orfeônico no IMCOSE	61
3.2 As práticas instrumentais na Escola de Música de Sergipe	66
3.2 Nova sede e novos ursos do cmse	77
3.3 Grupos artísticos e as apresentações musicais.....	83
4 CODA	88
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE	101
APÊNDICE A – QR CODE DA PLAYLIST DAS APRESENTAÇÕES MUSICAIS	102
APÊNDICE B – DECLARAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO AOS ARQUIVOS E PARA USO DE IMAGENS	103
ANEXO A – LIVRO DE MATRÍCULA	105

1 PRIMEIRAS NOTAS

As primeiras notas de um estudante de música em seu instrumento são tão significativas para o seu desenvolvimento musical, assim como essa introdução é para a presente pesquisa. Esses momentos iniciais marcados por expectativas, superações de desafios e a busca da melhor execução das ideias sonoras e da narrativa da pesquisa para o leitor. Entre notas e pausas escrevemos uma partitura e metaforicamente colocamos em pauta as práticas educativas do Conservatório de Música de Sergipe.

Esta dissertação tem como objeto de estudo as práticas educativas no Conservatório de Música de Sergipe (CMSE)¹, no período entre 1961 e 1979. A pesquisa está vinculada à área de concentração em Educação, na linha de pesquisa em Educação e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED/UNIT), ao Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/CNPq/UNIT) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Colonização, Cultura e Educação (GEPCE/CNPq/UNIT).

O objetivo central desta pesquisa foi analisar a criação e as práticas educativas adotadas pelo Conservatório de Música de Sergipe, a partir da extinção da disciplina de Canto Orfeônico — pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61), no período de 1961 a 1979. A delimitação temporal tem como marco inicial o ano de 1961, quando a disciplina Canto Orfeônico foi extinta conforme a publicação da LDB 4.024/61 e a data de abertura do Livro de Matrícula pelo diretor Genaro Plech, em 1º de março de 1961. O marco temporal final é 1979, ano do último registro de matrícula de discentes no referido livro.

Como objetivos específicos, a investigação propõe também a apreender sobre as práticas do Canto Orfeônico nas instituições escolares sergipanas, e identificar as relações estabelecidas entre as práticas educativas e as alterações pedagógicas no CMSE, no período de estudo.

Nesta investigação, o Livro de Matrícula, além de ser fonte, é também o objeto de investigação. Para uma maior compreensão do referido objeto, serão incorporados também, os livros de ata, diários escolares decretos, a LDB nº 4.024/61 e nº 5.692/71, os Pareceres do Conselho Federal de Educação nº 383/62 e nº 1.299/73, a Resolução nº 111/78 do Conselho Estadual de Educação de Sergipe, o documento sobre a Exposição Documental do Conservatório de Música de Sergipe, os Regimentos Internos (1946, 1962).

¹ Neste trabalho, utilizaremos o termo Conservatório de Música de Sergipe e a sigla CMSE para se referir à instituição no período investigado, apesar da Instituição ter sido fundada com o nome Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, em 1945.

A questão norteadora elaborada por esta investigação foi: quais as práticas educativas adotadas pelo Conservatório de Música de Sergipe, a partir da extinção da disciplina de Canto Orfeônico pela LDB 4.024/61, no período de 1961 a 1979?

A hipótese elaborada é que a partir de 1961, por efeito da extinção do Canto Orfeônico pela LDB 4.024/61, o Conservatório de Música de Sergipe, na época Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, redefiniu a sua proposta de ensino adotando novas práticas educativas, visando à formação de cantores, instrumentistas e de incentivo à criação de grupos artísticos.

O referencial teórico-metodológico dessa investigação está fundamentado na Nova História Cultural, corrente historiográfica que “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Nesse trabalho, consideramos o Conservatório de Música de Sergipe como instituição educativa e buscamos identificar as práticas educativas de 1961 a 1979, período em que a instituição passou por modificações quanto a sua estrutura física, denominação, proposta de ensino e ampliação de cursos na área de instrumento musical. Para compreender a ação e interação dessa escola no período compreendido, dialogamos com os conceitos de representações e práticas (CHARTIER, 1990), instituições educativas (MAGALHÃES, 2004) e, cultura escolar (JULIA, 2001).

Concordamos com Chartier (1990) quando estabelece que a representação de um objeto não é a realidade, não é universal, não é neutra ou objetiva. Constitui-se em um “modo de ver” de acordo com os interesses de um determinado grupo. “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo (...) todas elas são historicamente construídas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (CHARTIER, 1990, p. 27).

Chartier (1990, p. 27) caracteriza as práticas discursivas como “produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”. Justino Magalhães (2004, p. 103) define práticas educativas como objeto epistêmico, “um dos objetos do conhecimento educacional mais complexo e de difícil abordagem”. “As práticas educativas correspondem a uma produção (projeto, ato, organização, relato) e não a resíduos (arqueologia), pelo que a sua hermenêutica se processa basicamente com recurso a testemunhos escritos e à reconstituição dos processos pedagógico-didáticos” (MAGALHÃES, 2004, p. 103). Desse modo, entendemos por práticas educativas, no Conservatório de Música de Sergipe, as atividades pedagógicas, as vivências do interior da escola, as apresentações musicais, as normas e sua organização

pedagógica, como ações dos sujeitos que constroem a realidade escolar e atribuem sentidos e significados.

Magalhães (2004, p. 67) define: “A instituição é contexto, representação, materialidade e é apropriação.” E acrescenta: “A história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos”. As definições citadas corroboram com o entendimento de que se buscou nesse trabalho compreender as práticas educativas, ou seja, as representações de uma instituição educativa articuladas pela ação dos seus sujeitos em determinado período. Em conformidade com Magalhães (2004, p. 124),

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos de liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante. As instituições educativas, se transmitem uma cultura (a cultura escolar) não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica.

Assim, compreendemos as atividades das escolas de música, bandas e sociedades filarmônicas enquanto instituições educativas por produzirem a cultura musical, a socialização e a formação de hábitos e mudanças de atitudes por meio de seus valores. E, concordamos quando Magalhães (2004, p. 145) afirma que,

As funções básicas de uma instituição educativa centram-se na dimensão sociocultural e concretizam-se pela transmissão e pela produção de uma cultura científica e tecnológica, bem como pela socialização e pela formação de hábitos e mudança de atitudes e pela interiorização de valores.

Além das ideias de Magalhães citadas, este trabalho alinha-se com a concepção de cultura escolar de Dominique Julia (2001, p. 10), quando afirma ser um

[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

A criação do Conservatório de Música de Sergipe está relacionada às práticas de canto coletivo e ao projeto educacional de Canto Orfeônico no Brasil que incluiu a música como disciplina obrigatória nos currículos escolares em todos os níveis de ensino, durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

O projeto nacional de Canto Orfeônico foi coordenado pelo músico e compositor Heitor Villa-Lobos, caracterizado por uma pedagogia de princípios nacionalistas e cívicos, que contribuiu aos ideais políticos de desenvolvimento de uma cultura nacional. Em Sergipe foi coordenado pelos professores e maestros Vieira Brandão e Genaro Plech, caracterizado por apresentações públicas de hinos e canções, ações de formação docente, como viagens dos professores às cidades do Rio de Janeiro e Recife para a realização de cursos de formação e a fundação do Conservatório de Música de Sergipe.

A instituição foi fundada pelo Decreto nº 840 em 28 de novembro de 1945, com a denominação Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe (IMCOSE), no qual tinha como objetivo “[...] preparar e diplomar em curso especializado o professorado de música e canto orfeônico imprescindível às necessidades da instituição pública local” (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 29 de novembro de 1945). Atualmente, o Conservatório de Música de Sergipe é uma unidade escolar da modalidade Educação Profissional e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe. A instituição promove o ensino formal de música por meio dos Cursos Técnicos em Canto e Instrumento Musical, Oficinas de Musicalização e Cursos de Formação Musical para Músicos de Banda e Orquestra. e diversas atividades artísticas: concertos, recitais, *masterclass*, *workshop* e cursos de curta duração.

Essa pesquisa tem como alicerce o cunho da abordagem qualitativa de caráter histórico-documental, na medida em que coleta e seleciona documentos, livros, pesquisas, livro de matrícula. Norteamos assim, o estudo na perspectiva do método histórico com o objetivo de compreender a representatividade social e educativa do Conservatório de Música de Sergipe por meio das práticas educativas.

As abordagens de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental. Para delimitar o objeto de pesquisa, realizamos o levantamento bibliográfico preliminar de teses, dissertações, monografias e artigos. Em meio eletrônico foram realizadas as pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Revista Brasileira de História da Educação, nos Anais dos Congressos Nacionais e Encontros Regionais da Associação Brasileira de Educação Musical, nos Anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música.

Concomitante ao levantamento bibliográfico foram realizadas visitas exploratórias ao arquivo² do Conservatório de Música de Sergipe, com o intuito de localizar as fontes documentais escritas. Atualmente, o arquivo da instituição está localizado em três salas distintas nomeadas como Arquivo I: onde estão armazenadas e catalogados as pastas dos alunos; Arquivo II: possui pastas sobre a documentação escolar; Arquivo III: se encontram os diários de classe desde o ano de 1968; e na sala da direção consta os documentos oficiais (ofícios, resoluções, pastas de funcionários atuais, projeto arquitetônico, relatórios). Não há na escola um espaço sobre a memória da Instituição.

No Arquivo II foi encontrada uma pasta com a etiqueta História do Conservatório na qual há uma fotocópia com falhas de impressão de um documento digitado com o título Exposição Documental do Conservatório de Música de Sergipe, que enumera documentos a serem expostos na Formatura do ano de 1994. Ele está organizado em seções: histórico, primeiro corpo docente e administrativo, Galeria de Diretores de 1945 a 1998, e uma seção intitulada Conservatório de Música-hoje. Em sua última página há uma assinatura e a data de 18 de maio de 1994. Esta foi confrontada com a data que consta na placa de formatura da primeira turma do Curso Técnico e podemos inferir que a exposição foi organizada para essa solenidade.

Tal documento norteou inicialmente a pesquisa documental apontando alguns caminhos para a escrita da História do Conservatório de Música de Sergipe. Apesar da organização de espaços dos arquivos, os dados não estão sistematizados e alguns dos documentos citados na exposição não foram encontrados. O Livro de Matrícula (1961-1979) não é citado, porém, são mencionados o livro de matrícula e o livro de médias dos alunos por matérias dos três primeiros anos do Conservatório de Música de Sergipe (1946-1948)³. Estes dois livros não foram localizados no arquivo da instituição.

De acordo com Bacellar (2008, p. 46), “[...] cabe ao historiador desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir, muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos”. Nesse sentido, além dos arquivos, percebemos as esculturas e placas fixadas no estacionamento da instituição, as três placas de formatura do Curso Técnico, a placa comemorativa pelo 60º aniversário, as três placas de inauguração e reforma, as placas de sinalização da sala de concerto, biblioteca e demais espaços educativos, também foram tratadas como fontes de pesquisa. A placa

² Para legitimar a pesquisa documental solicitamos o acesso aos arquivos da Instituição e obtivemos a autorização da pesquisa documental pelo diretor do Conservatório de Música de Sergipe (ver apêndice B).

³ Santos, Ferronato e Barreto (2018) registram o livro de matrícula como caderno de matrícula.

comemorativa aos 60º aniversário do Conservatório de Música de Sergipe consta a breve história em que relata a importância da fundação, finalidade, a criação de grupos em 1960 e as transferências de sede. Nas placas de formatura identificamos nomes de alunos e instrumento em que concluiu o Curso Técnico.

O exame do Livro de Matrícula revelou dados que permitem entender a cronologia de acontecimentos, por exemplo, as alterações no nome da Instituição, a existência de novos cursos de instrumentos, estatísticas de matrículas e informações pessoais sobre os alunos matriculados.

Devido as medidas de restrição e enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) em Sergipe (Decreto nº 40.899 13/05/2021), as pesquisas nos acervos públicos e particulares⁴ pretendidos, ficaram comprometidas durante os anos de 2020 e 2021, e julgamos como inviável desde o princípio da concepção do projeto de pesquisa, a realização de entrevistas aos ex-alunos e docentes. Redirecionamos a pesquisa documental para os acervos públicos com o objetivo de investigar nos jornais, revistas e livros, tratando do cenário cultural de Sergipe, atividades musicais em Aracaju, biografias, relatos sobre apresentações, livros e as práticas educativas musicais no Conservatório de Música de Sergipe

A partir do final do segundo semestre de 2021, a pesquisa aos acervos e bibliotecas foi flexibilizada e os espaços foram paulatinamente reabertos. No setor de Documentação Sergipana na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe e da MEDIATECA, do Instituto Banese, no Museu da Gente Sergipana, obtivemos contato com as produções bibliográficas sergipanas disponíveis apenas em formato físico.

Na Hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphany Dória tivemos acesso ao Jornal Diário Oficial de Sergipe em formato físico. Na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IGHSE) pesquisamos no Jornal Correio de Aracaju e no Jornal Correio de Sergipe, em formato digital (disponível em <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>).

No acervo do Museu de Sergipe/UNIT e do Memorial Leozirio Guimarães da Sociedade Filarmônica de Sergipe (SOFISE), tivemos acesso a convites, programas, fotografias, recortes de jornais de apresentações musicais sobre o Conservatório de Música de Sergipe e a produção da Profa. Olga Andrade sobre a História do CMSE. Em busca de dados sobre o Canto Orfeônico nas Escolas Sergipanas e a história do CMSE, foram consultados os acervos do Arquivo do

⁴ Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IGHSE), no Arquivo Público do Estado de Sergipe, Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Epiphany Dória, Memorial de Sergipe/UNIT, MEDIATECA do Instituto Banese (Museu da Gente Sergipana), Memorial Leozirio Guimarães da Sociedade Filarmônica de Sergipe, Arquivo do Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Arquivo do Instituto de Educação Rui Barbosa e do Centro de Educação e Memória do Atheneu.

Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, do Instituto de Educação Rui Barbosa e do Centro de Educação e Memória do Atheneu.

No decorrer da pesquisa documental e na possibilidade de estreitar o contato físico, ocorreram encontros e conversas informais com pesquisadores e professores que atuaram no CMSE. Estivemos em contato com o Prof. Elias Santos, Prof. Joel Magalhães, Profa. Priscilla Góes, Profa. Gorete Lima, Profa. Aglaé Fontes, Profa. Maria Olivia, Profa. Olga Andrade e a museóloga Sayonara Viana. As memórias e produções deles ajudaram a nortear os caminhos desta pesquisa.

Antes de finalizar esta seção, retornaremos aos primeiros passos dessa investigação. Para isso, a partir desse momento, utilizaremos do tempo verbal em primeira pessoa para registrar a aproximação da autora principal com o objeto. O interesse pelo tema tem origem nas minhas inquietações ainda enquanto estudante do curso de violão da Instituição, em 2003. As salas de aulas específicas para o ensino de música, a sala de concerto, as esculturas, os nomes nas salas e a imponência do prédio sempre despertaram a minha atenção.

Em 2008, por ocasião da pesquisa para o meu trabalho de conclusão do curso de Publicidade e Propaganda na Universidade Tiradentes (UNIT), sobre o Planejamento de Campanha do Encontro Nacional de Coros de Sergipe (ENACOSE), entrevistei professores e regentes com o objetivo de levantar informações sobre o cenário musical de Sergipe. Nessas entrevistas, tive o primeiro contato com algumas informações sobre a fundação, a estrutura dos cursos e biografias.

Em 2013, na pesquisa de monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe (UFS), intitulada Panorama do ensino de violão em Escolas de Música de Aracaju/SE, apresentei algumas considerações sobre a história, estrutura física e pedagógica de cada escola de música de Aracaju. Entretanto, não foi possível realizar entrevistas com a equipe gestora e com os professores de violão do Conservatório de Música de Sergipe, pois, devido a uma reforma escolar, as atividades estavam suspensas. Nas entrevistas desses dois trabalhos, o Conservatório de Música de Sergipe é citado de forma recorrente nas biografias como escola de formação musical ou local de trabalho dos regentes de corais e professores de violão.

Ainda em 2013, fui contratada como educadora profissional para lecionar as disciplinas de Teoria Musical e Informática em Música. Em novembro de 2012, integrei o corpo docente efetivo da Instituição por meio do Concurso Público nº 01/2012 da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Sergipe. Desde 2018, atuo na coordenação pedagógica da instituição, a dedicando-me ao planejamento e acompanhamento das atividades

dos cursos de formação musical e também a coordenação do processo seletivo de novos estudantes, aos registros das atividades pedagógicas, gestão do *site* e redes sociais, organização dos eventos, apresentação da instituição em aula inaugural, participação nas visitas guiadas de alunos da educação básica a instituição, apresentação das propostas de ensino aos professores que ingressam na instituição, dentre outras atividades.

Na atuação da gestão escolar, percebi a necessidade de conhecer as contribuições da instituição pesquisada para a educação musical em Sergipe e constatei que, apesar da existência das produções acadêmicas sobre a instituição, alguns fatos e questões ainda não foram estudados ou não são de conhecimento da comunidade escolar. Assim, a demanda de compreender a história da instituição e compartilhar com a comunidade escolar me trouxe ao mestrado. Apesar da temática ter relação aos Programas de Pós-Graduação em Música, optei por retornar à instituição a qual já fez parte da minha formação acadêmica e concorrer na seleção do mestrado do PPED/UNIT pela qualificação conceitual e por querer me aproximar do campo da educação, da história e da linha de formação docente que também se relaciona ao objeto de estudo.

Dentre as atividades destacadas ao estar vinculada nesse programa, destaco as contribuições da disciplina História da Educação, Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos e Seminário de Pesquisa. Acrescido a isso, as atividades dos grupos de pesquisa GEPCE (CNPq/UNIT) e GPHPE (CNPq/UNIT) como essenciais para o meu entendimento como pesquisadora em História da Educação, para a delimitação do marco temporal e a compreensão da pesquisa documental em arquivos.

Em uma das atividades de organização do arquivo escolar do Conservatório de Música de Sergipe, em 9 de fevereiro de 2021, deparei com o livro de matrícula de alunos do período de 1961 a 1979. Trata-se de um livro preto, de 36x46 cm de comprimento, 600 páginas, 16 cm de espessura, capa dura, grafado manualmente a caneta azul. Nele, constam informações sobre nome da instituição, número de ordem, nomes de alunos, idade, naturalidade, filiação e endereço. Na sua contracapa, há uma autorização de abertura pelo diretor da instituição⁵. Tais informações provocaram diversos questionamentos: quais foram os estudantes? Quantos estudantes matriculados? Quem foi o diretor e secretário citados no livro? Como se configuravam os cursos? Qual motivo das modificações do nome da instituição? Por qual razão o livro foi criado? Era uma prática da época? Houve outros livros de matrícula?

⁵Na época, o diretor da instituição era o professor Genaro Plech.

Conforme Galvão e Lopes (2010, p. 65), “[...] a fonte é a necessária e indispensável matéria-prima do historiador, para que ele possa reconstruir o passado”. Nessa investigação, o livro de matrícula é uma das principais fontes de pesquisa e, a partir dele, revelamos dados até então não apresentados e relacionados a história da instituição.

A estrutura desta dissertação está dividida em quatro seções: a introdução, duas seções de desenvolvimento e uma seção final destinada às considerações finais. A seção de introdução, intitulada Primeiras Notas, consiste na apresentação do tema, motivações em realizar a pesquisa, a relação com o objeto e elementos que nortearam a investigação (problema, hipótese, objetivos, referenciais teóricos e metodológicos). Na segunda seção, nomeada como A Escrita Polifônica sobre o Conservatório de Música de Sergipe aborda a criação, propostas de ensino e contribuições educativas do Conservatório de Música de Sergipe por meio das produções acadêmicas e pesquisa documental.

A terceira seção intitulada Em Pauta: as práticas educativas no Conservatório de Música de Sergipe (1961-1979), apresenta as práticas educativas e proposta de ensino do Conservatório de Música de Sergipe. São evidenciados os seguintes aspectos: ampliação de novos cursos voltado à performance musical, a criação da sede e de novos espaços musicais na instituição e o surgimento de grupos artísticos. A última seção, nomeada como Coda, símbolo musical utilizado na partitura que indica o final da música ou do trecho musical, destina-se às considerações finais da pesquisa.

2 A ESCRITA POLIFÔNICA SOBRE O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE

Nessa seção abordamos a criação, práticas e contribuições educativas do Conservatório de Música de Sergipe por meio da revisão bibliográfica das produções acadêmicas e da pesquisa documental em jornais e da legislação educacional (Decretos, Pareceres, Leis) sobre a Instituição. Denominamos de escrita polifônica, em analogia a polifonia vocal, característica da música formada por duas ou mais melodias independentes e ora se entrelaçam formando a composição musical.

Apresentamos o Conservatório de Música de Sergipe por meio das produções e percepções dos pesquisadores, educadores musicais, historiadores e músicos. Isto é, as várias vozes/melodias desses autores que apresentam a história do Conservatório de Música de Sergipe. Para isso, iniciamos a seção abordando sobre o ensino de música e suas práticas educativas na educação básica, destacando o projeto de Canto Orfeônico como fator determinante para a fundação da Instituição.

2.1 AS PRÁTICAS MUSICAIS EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES SERGIPANAS

A primeira evidência de ensino musical escolar em Sergipe data do Período Imperial. Sobre este período, Santos (2012) discute a existência de uma prática da educação musical escolar fundamentado em duas obras singulares para a História da Educação de Sergipe: o livro História da Educação em Sergipe, de Nunes (1984), em que a autora relata a visita do Imperador Pedro II a Sergipe em 1860 e; o livro A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913), de Nascimento (2004), em que apresenta a Missão Presbiteriana em Sergipe e nos revela informações sobre o cenário musical em Laranjeiras e a presença da disciplina Música e Piano no currículo de duas escolas na cidade de Laranjeiras: a Escola Americana, instituição educacional fundada em 1886, e no Colégio Inglês.

Nas transcrições do Diário do Imperador⁶ constam as impressões de D. Pedro II sobre as escolas que visitou nas cidades sergipanas (São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, a Vila de

⁶ A transcrição do Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891), está presente no livro História da Educação em Sergipe, de Maria Thetis Nunes e está disponível no site do Museu Imperial <https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/>.

Maruim⁷ e Aracaju). Na visita à uma escola da cidade de Laranjeiras⁸, com matrícula de 94 meninas, cuja professora era Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança, o imperador descreve que “Receberam-me com um hino de estilo religioso em francês” (BEDIAGA, 1999, não paginado).

Não são apresentadas informações detalhadas sobre essa recepção e apresentação musical na visita do Imperador, tornando incauto afirmar que a apresentação musical tenha sido realizada pelas alunas da referida escola. Podemos inferir que o hino possa ter sido executado pelas alunas ou por uma banda de música da cidade de Laranjeiras, como visto nos panoramas culturais citados nas obras de Nascimento (2004) e de Dantas (2004) e das colocações da Professora Nunes (1984) sobre as atividades culturais da sociedade sergipana por volta da segunda metade do século XIX. Segundo Nunes (1984, p. 89),

Também era importante a atividade musical. Muitos compositores permaneceram anônimos, embora suas peças tenham feito sucesso nos saraus e serestas. Organizaram-se bandas de música, fundaram-se sociedades artísticas como a Filodramática de São Cristóvão, que chegou a planejar a construção de um teatro, e outras em Laranjeiras e Estância, as mais destacadas na Província em consequência do desenvolvimento dessas cidades, que possuíam jornais para a divulgação de suas atividades. Em 1854, Laranjeiras contava com 35 músicos atuantes.

Como visto, as cidades de Laranjeiras, Estância e São Cristóvão são citadas de forma recorrente por historiadores como locais de efervescência cultural, com a presença de bandas filarmônicas, sociedades musicais e pela criação de escolas onde a música se fez presente como disciplina e prática artística.

A dissertação de Nascimento (2000), intitulada *Educação Protestante em Sergipe (1884–1913)*, que originou o livro *A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)*, fez uma reconstituição histórica, pontuando as características principais da denominação presbiteriana, os fatores que a levaram a instalar-se no país e, posteriormente em Sergipe, como ocorreu a implantação da Escola Americana no contexto educacional sergipano, no período de 1886 a 1913.

Nessa obra, a autora revela que o Programa de Ensino de 1890, a partir da reforma de ensino realizada no governo de Benjamim Constant, configurava a música como disciplina escolar do currículo do ensino primário e no secundário. O currículo do ensino secundário das

⁷ Atualmente município de Maruim (SE).

⁸ Nascimento (2004), apresenta algumas escolas de Laranjeiras, dentre elas, cita o Collegio Sant’Ana, sob a direção da Professora Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança. Portanto, é provável que a escola visitada pelo imperador tenha sido o Collegio Sant’Ana.

escolas sergipanas em 1890, era formado pelas disciplinas Astronomia, Física e Química, Biologia, Sociologia Moral, Desenho, Ginástica e Música, conforme Decreto nº 981/1890 (NASCIMENTO, 2004, p. 205-206).

Na Escola Americana, “as aulas eram ministradas por professoras; e no currículo do secundário, constavam as seguintes disciplinas: Aritmética, Geografia, Inglês, Português, Francês, Prendas e Música” (ESTADO DE SERGIPE, 1900, *apud* NASCIMENTO, 2004, p. 201). A Escola Americana foi fundada pelo presbítero professor Manoel Nunes da Motta, oferecia os cursos primários e secundários na cidade de Laranjeiras para ambos os gêneros e alunos não-crentes. A escola possuía internatos masculino e feminino e, “como as mensalidades eram baixas, as crianças menos favorecidas podiam frequentá-las” e inicialmente ministradas por professoras (NASCIMENTO, 2004, p. 201). No ano letivo de 1901, o corpo docente da Escola Americana era formado por seis professores sergipanos (incluindo uma professora de Prendas e um professor de Música). Uma das alunas de piano da Escola Americana foi Penélope Magalhães (1886 – 1982), laranjeirense, tornou-se professora de Inglês da Escola Americana, fundadora e diretora do Jardim de Infância Casa da Criança (NASCIMENTO, 2004).

O Colégio Inglês oferecia educação secundária ao sexo feminino, admitindo alunas internas e externas. Em seu currículo estavam presentes as disciplinas Piano, Primeiras Letras, Religião, Português, Francês, Inglês, Alemão, Geografia, História Universal, Desenho, Pintura de aquarela, Pintura à óleo sobre espelhos, Bordados de todas as qualidades, flores artificiais etc. (NASCIMENTO, 2004, p. 202) O Colégio Inglês esteve inicialmente, sob a direção de Miss Anne Carol e de Júlia de Oliveira, auxiliadas por Laura de Oliveira:

Em artigo publicado no jornal O Laranjeirense, Felisbello Freire salientou as características do currículo e das diretoras do Colégio. Na sua opinião, a diretora destacava-se pelo conhecimento musical que possuía: Laura de Oliveira, ‘pelos trabalhos de arte que estiveram em exposição, ensino este que ocorre à seu cargo’. E Júlia distinguia-se ‘pelo estudo de línguas e que tem o dom de externar uma idéia (sic) em cinco idiomas’. Felisbello Freire, referindo-se ainda à instituição, afirmou que ‘a julgar pelos altos atributos mentaes e moraes das ilustres preceptoras do Collegio Inglez, prognosticamos ser elle para o futuro um importante fator da prosperidade de Sergipe, pois, feliz o povo que tem boas escholas’ (NASCIMENTO, 2004, p. 202-203).

Observamos por meio desses dados, a aprendizagem da música na formação educacional das professoras Penélope Magalhães e da diretora Miss Anne Carol. Conforme Fucci Amato (2007, p. 8),

Desde o início do Segundo Império, quando começou a ser difundido no Brasil até o final do século XIX, o piano fazia parte apenas de residências de nobres

(essencialmente até o fim do Império e início da República) e, posteriormente, burguesas (incluindo alguns imigrantes mais abastados). A partir do início do século XX, pessoas de classes mais baixas (principalmente imigrantes que já haviam ascendido socialmente) começaram a ter acesso ao instrumento, que passou a estar acessível às classes alta e média. Nessa época, o ensino de piano era realizado principalmente por professores particulares e a função do piano era essencialmente voltada às moças: era um dote.

A disciplina Piano nas escolas sergipanas citadas evidencia a valorização do estudo musical e da prática pianística como parte da vida cultural das classes dominantes e média no período que compreende o segundo império e o início do século XX. Também figura como uma das habilidades e costumes da época atribuído às moças, ao ponto, de estar inserido na formação escolar dessas alunas.

Como disciplina do currículo escolar sergipano, Santos (2012) analisa a implantação da disciplina Canto Orfeônico no currículo do ensino secundário da Escola Normal de Aracaju o seu desenvolvimento enquanto prática musical escolar, no período de 1934 a 1971, a partir de três fontes - o Programa de Ensino de 1890, o Programa de Ensino de 1912 e o Hinário Escolar Sergipano (1913). Para o autor, a disciplina recebeu diferentes denominações: Música (1896), Música Teórica e Prática; Música (1890 a 1933); Canto Orfeônico (1934); Música e Canto Orfeônico (1946); Canto, no ensino ginásial e Canto Orfeônico, no curso pedagógico (1950 a 1971).

Do início até meados do século XX, prevaleceu nas escolas sergipanas a prática do canto coletivo alinhada aos valores morais, cívicos e nacionalistas. No ensino primário uma educação musical voltada aos ideais cívicos vigentes da época, ao estímulo da cidadania e a rotina escolar. A investigação de Azevedo (2009) intitulada *O Ideário Modernizador do Governo Graccho Cardoso (1922-1926)* e a Reforma da Instrução pública de 1924, em Sergipe, revela que a música estava presente no *Programma* para o curso primário dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe, entre 1912 e 1917, em todas as classes do ensino primário por meio de hinos patrióticos e escolares. Conforme Santos (2012), a música estava inserida no Programa de Ensino de 1912 entre as matérias de Língua Materna, Aritmética, Geografia, História, Desenho, Gymnastica e Trabalhos Manuais, do currículo do quarto ano do curso primário. Para Azevedo (2004, p. 9),

Como complemento ao Regimento Interno do ensino primário, foi elaborado, em 1913, um livro de hinos – Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe – com hinos patrióticos e escolares para serem executados pelos alunos e professores nas suas atividades cotidianas.

Tal informação corrobora com a afirmação de Santos (2012) que defende a existência do Hymnário Escolar Sergipano (1913) e indica que houve uma prática de canto coletivo na escola durante os primeiros anos da Primeira República (1889-1930). Apesar da denominação do *Hymnario* ser diferente nas investigações de Azevedo (2009) e Santos (2012) é possível que se referem ao mesmo Hymnário Escolar Sergipano que esteve em circulação nas escolas sergipana no ensino primário:

O Hymnário Escolar Sergipano segundo o Professor e jornalista Baltazar Goes foi organizado como parte integrante do regimento interno das escolas públicas primárias para satisfazer ao programa em obediência ao art. 75 do mesmo Regulamento, sendo direto da Instrução Pública o Cônego Gonsalves Lima (ANDRADE, 2010, p. 96).

O Hymnário Escolar Sergipano é composto por hinos patrióticos (Hino da Independência, Hino Nacional, Hino da República, Hino da Bandeira e Hino de Sergipe) e 12 hinos escolares, que tem como compositores: Severiano Cardoso, Joaquim Honório, D. Etelvina Siqueira, Manoel Bahiense, Francisco Avelino, Prado Sampaio, José Barreto Santos, D. Anna Monte, Hilário de M. Resende, Arthur Fontes, Tobias P. Pinto, Epiphânio Doria, Manoel Vieira.⁹ Ainda segundo Andrade, “há músicas para entrada e saída da classe; saída e retorno; momentos da chegada de uma visita. Enaltece o cantar e cuidadosamente estimula o aluno a gostar da vida e do estudo” (ANDRADE, 2010, p. 96).

Para Santos (2012) o hino sergipano, símbolo mais antigo do estado de Sergipe, executado pela primeira vez em 1836, fez parte do repertório das escolas sergipanas, assim como, os doze Hinos Escolares do Hymnário Escolar Sergipano: “Por certo, esse hinário deve ter sido uma referência no ensino da música e, portanto, serviu como material didático nas escolas republicanas do estado” (SANTOS, 2004, p. 54).

Apesar da escassez de trabalhos que investiguem as práticas educativas musicais nos grupos escolares sergipanos e nos estabelecimentos de ensino na primeira república podemos suscitar a existência da prática musical nos grupos escolares a partir de 1911, data da implantação dos primeiros Grupos Escolares em Sergipe e do Decreto nº 563 de 12/08/1911, que estabelece o ensino público gratuito e igual para os sexos, organizou o ensino primário em escolas isoladas e fixou o currículo para as escolas públicas, abrangendo “Leitura, Escrita e Caligrafia, Instrução Cívica e Moral, Lições de Cousas, Ensino Prático da Língua Portuguesa, Aritmética até regra de três, Desenho, Noções de Geografia Geral, especialmente do Brasil, História do Brasil, Ginástica, Trabalhos Manuais e Cantos” (NUNES, 1984, p. 213).

⁹ Sobre os compositores, verificar Andrade (2010) e Santos (2012).

A disciplina música também complementava o currículo do ensino normal, com duração de quatro anos. O currículo era composto: Português, Aritmética e Elementos de Álgebra e Geometria, Geografia Geral e História, especialmente do Brasil, Pedagogia, Pedologia e Noções de Higiene Escolar, Noções de Física, Química e História Natural, com aplicações à Agricultura e à Zootécnica, trabalhos manuais, Ginástica, Desenho e Caligrafia. (NUNES, 1984).

A respeito do panorama da cidade de Aracaju, Azevedo (2004, p. 5) revela que

Aracaju foi o lugar das mais numerosas realizações no campo educacional no Sergipe republicano, a cidade concentrou as mais importantes escolas públicas e as melhores escolas particulares, que se transferiram de cidades do interior para a capital, na segunda década da República.

A cidade de Aracaju foi a pioneira na implantação dessas instituições com a fundação dos Grupo Escolar Modelo e Grupo Escolar Central. Na administração de Gracho Cardoso (1922-1926), presidente do Estado, foram implantados outros Grupos Escolares: Gumerindo Bessa, em Estância (1923); Olímpio Campos, em Neópolis (1923); Vigário Barroso, em São Cristóvão (1923) e, Sílvio Romero, em Lagarto (1923). No ano seguinte foram implantados os Grupos: Manoel Luiz, em Aracaju (1924); Fausto Cardoso, em Simão Dias (1924); Severiano Cardoso, em Boquim (1924) e, Coronel João Fernandes, em Propriá (1924), José Augusto Ferraz (1925), em Aracaju (AZEVEDO, 2004).

A pesquisa de Nascimento (2004) também revela a existência de uma sala de música no Jardim de Infância Casa da Criança, primeiro estabelecimento educacional infantil a ser construído em Aracaju, em 1932, voltado ao ensino de crianças de quatro a seis anos de idade. A instituição teve como primeira diretora-fundadora a professora Penélope Magalhães:

A professora Penélope foi designada pelo governador Augusto Maynard Gomes para ir a São Paulo e ao Rio de Janeiro verificar a legislação e currículos que se adequariam ao projeto do Jardim, de acordo com os padrões técnicos do Ministério de Educação, sendo sua fundadora e diretora durante vários anos (NASCIMENTO, 2004, p. 206).

A respeito das salas no referido Jardim de Infância, Nascimento (2004, p. 209) destaca que havia uma sala onde ocorria atividades musical em sua arquitetura: “A utilização espacial não seguiu os modelos tradicionais. As salas foram dispostas em módulos onde era oferecido às crianças recreação, aulas de teatro, de dança, de desenho e de música”. Portanto, constata-se a presença da música nos anos iniciais de formação.

A tese de doutorado de Santos (2020) intitulada *No Compasso, Ligeiro*, da pianista Helena Lorenzo Fernandez: entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985), revela sobre as contribuições da professora, diplomata e pianista, Helena Abud Lorenzo Fernandes, na campanha de fundação do Jardim de Infância Casa da Criança, e sua atuação como professora da instituição. Santos (2020) relata que a escola foi fundada a partir da idealização de Helena Abud, Raquel Santos, e Miriam Cortez, alunas recém-formadas da Escola Normal Rui Barbosa, no ano de 1931. A pianista Helena Abud foi nomeada em 1932 para o cargo de professora de piano (Educação Musical) do Jardim de Infância Casa da Criança. Para Santos (2020, p. 67) “Helena Abud figura, na historiografia da Educação e da Música, em Sergipe, como a primeira professora de educação musical de uma instituição educativa que se tornou histórica, a ‘Casa da Criança’”.

Ainda que as pesquisas não revelem a metodologia das atividades musicais no Jardim de Infância e “Casa da Criança”, identificamos os princípios do modelo de Canto Orfeônico nas práticas musicais reveladas por Nascimento (2004) e Santos (2020). A música, enquanto prática educativa, estava voltada às atividades da rotina do Jardim de Infância, o que nos leva a refletir, que não houve ensino de piano no Jardim de Infância, e sim atividades musicais conjugadas a outras disciplinas:

No Brasil, um grupo de educadores, conhecidos por intelectuais escolanovistas defendiam a proposta de uma educação para todos tendo como princípio igualitário: a gratuidade. Pregava-se uma educação que preparasse o indivíduo para viver em sociedade, indo de encontro à música na escola como recreação e como divertimento em eventos escolares. Como revela Silva (2020, p. 100):

(...) a atividade vocal executada nas aulas de música das escolas públicas, auxiliava no desenvolvimento do aparelho respiratório por meio dos exercícios de respiração praticados durante as aulas, da circulação sanguínea e do desenvolvimento cognitivo, uma vez que proporcionava aos discentes uma espécie de relaxamento mental, eficiente no processo de aquisição e assimilação de novos conhecimentos.

Tais práticas e concepções incorporadas ao ensino de música nas escolas primárias e secundárias, tiveram maior ênfase no Projeto Nacional de Canto Orfeônico desenvolvido nas escolas brasileiras, entre 1930 e 1961.

2.2 O CANTO ORFEÔNICO NAS ESCOLAS SERGIPANAS

O projeto de Canto Orfeônico no Brasil é caracterizado como um projeto de educação musical de amplitude nacional do início da década de 1930 com a finalidade de promover os valores éticos, morais e cívicos por meio de uma educação musical socializadora (SOUZA, 2012). Dentre as ações do projeto destacamos a criação de Orfeões¹⁰ em escolas, por apresentações em locais públicos com a participação de milhares pessoas, fundação de instituições educativa-musicais por todo país, publicação de manuais pedagógicos e escolares, obrigatoriedade do ensino de música no currículo escolar para todos os níveis de ensino e por ações de formação e especialização de professores de música.

O canto orfeônico, enquanto pedagogia musical, foi desenvolvido inicialmente na França, Alemanha e Espanha, em momentos de consolidação nacional durante o século XIX e foi adaptado aos países latino-americanos na primeira metade do século XX (SOUZA, 2012). No Brasil, o projeto de Canto Orfeônico foi promovido no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) em escolas públicas com o objetivo de promover os valores éticos, morais e cívicos por meio de uma educação musical socializadora (SOUZA, 2012).

Como disciplina obrigatória, o canto orfeônico foi instituído no currículo do ensino secundário pelo Decreto nº 19.890, de 18/04/1931 (Reforma Francisco Campos) e tornou-se obrigatório em todos os níveis e estabelecimento de ensino pelo Decreto nº 24.794, de 14/09/1934. Em Sergipe, o canto orfeônico esteve presente no currículo da Escola Normal de Aracaju, de 1934 a 1971 (SANTOS, 2012), do Colégio Estadual Atheneu Sergipense de 1931 a 1956 (SILVA, 2019), nos grupos escolares sergipanos (AZEVEDO, 2004) e em uma escola municipal em Simão Dias, em 1934 (NASCIMENTO, 2004).

De acordo com Santos (2012), a Escola Normal de Aracaju foi o primeiro estabelecimento de ensino de Sergipe a incluir a disciplina Canto Orfeônico no currículo, em 1934. “A disciplina aparece no currículo da Escola Normal de Aracaju com a denominação de Música e Canto Orfeônico e o objetivo era criar uma consciência cívica, patriótica e nacionalista.” (SANTOS, 2012, p. 87). Conforme Santos (2012), a disciplina já estava sendo lecionada inicialmente por Domício Fraga, em 1934, e anteriormente já fazia parte do currículo:

No currículo de 1931, o Curso Ginásial estava organizado em cinco anos e a disciplina Canto Orfeônico aparece, apenas, nos quatro primeiros anos. Já no

¹⁰ Os orfeões eram grupos de música vocal, similar aos corais, porém há uma característica intrínseca aos orfeões brasileiros da década de 30: o caráter popular voltado ao repertório nacional, folclórico e com a participação de leigos em música.

currículo de 1936, a disciplina passou a ser ministrada em todos os anos do curso. Durante esse tempo, observamos uma evolução do Canto Orfeônico no currículo dessa escola, onde antes mesmo da instituição do regime do Estado Novo, ocupou lugar no currículo de todas as séries do curso normal (SANTOS, 2012, p. 82).

O projeto nacional de Canto Orfeônico teve a condução do compositor Heitor Villa-Lobos, e em Sergipe, esteve sob a coordenação inicial do Maestro José Vieira Brandão e posteriormente do Maestro Genaro Plech. Sobre Villa-Lobos, Andrade (2012, p.18) afirma:

Sua veia de educador marca esse período pelo importante movimento de divulgação do Canto Orfeônico em todo território nacional. Promove cursos, encontros e concentrações cívicas. Chegou a reunir mais de 40 mil vozes em maravilhosos coros orfeônicos. Foi uma época em que Villa Lobos trabalhou muito, compôs o Guia Prático, uma obra de caráter didático, que muito o ajudou a organizar o canto orfeônico no Brasil. Seu trabalho deu frutos, propiciando aos aficionados, uma educação musical mais condizente com as necessidades do país.

Dentre as ações do Projeto de Canto Orfeônico está a criação do Curso de Pedagogia de Música e Canto Orfeônico, na cidade do Rio de Janeiro, de iniciativa de Anísio Teixeira e sob a coordenação de Villa-Lobos, com o objetivo de “habilitar os professores das escolas públicas, inicialmente do Rio de Janeiro, quanto à prática da teoria musical e à técnica dos processos orfeônicos” (SILVA, 2019, p. 76). O projeto visava suprimir a “carência de professores habilitados para o ensino musical-escolar na década de 1930, do mesmo modo, o empenho dado para a resolução do problema, direcionou-se para a preparação dos professores nos princípios exigidos legalmente” (SILVA, 2019, p. 76).

Ainda em 1932 foi criada a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA) com “o propósito de coordenar os cursos de formação de professores de Canto Orfeônico em todo o país e de desenvolver o estudo da música nas escolas primárias, secundárias e de ensino profissional, sob a coordenação do maestro Villa-Lobos” (SILVA, 2019, p. 18). As ações de Villa-Lobos frente a organização foram essenciais para a divulgação do projeto por todo Brasil:

Em virtude da obrigatoriedade da disciplina Canto Orfeônico deliberada pelo Decreto nº 19.890 como determinação da Reforma Francisco Campos, Villa-Lobos enviou aos interventores de todos os estados um convite, a fim de que os dirigentes se envolvessem na propagação do ensino de música nas escolas, bem como na organização de orfeões escolares. Nesta solicitação o maestro explicava a importância da disciplina e as vantagens do seu ensino nos estados, visto que haveria não só a formação da unidade nacional pretendida pelo regime então vigente, como também a uniformização da nova orientação de ensino. Vários estados responderam de forma positiva à solicitação feita por Villa-Lobos. Desse modo, com a finalidade de concretizar o projeto, professores de diversos estados, foram enviados ao Rio de Janeiro a fim de se

especializarem nos estágios e adquirirem conhecimentos básicos para a criação de grupos orfeônicos nas suas respectivas escolas (SILVA, 2019, p. 77).

O maestro alagoano Genaro Plech foi o primeiro professor de música de Sergipe a ser enviado para o Rio de Janeiro para fazer o Curso de Pedagogia da Música e do Canto Orfeônico, retornando em 1934.

A resposta da solicitação feita ao governo de Sergipe foi expedida pelo então Tenente Augusto Maynard, - cuja posse como interventor federal, foi tomada após um período de incertezas na política sergipana, com a instauração em caráter provisório do governo Vargas em 1930 – que enviou ao Rio de Janeiro o professor Genaro Plech, para que fizesse o Curso de Aperfeiçoamento em Música e Canto Orfeônico, ministrado pelo maestro Villa-Lobos (SILVA, p. 77-78).

A terceira ação de desenvolvimento do Canto Orfeônico em Sergipe aconteceu com a vinda de professores do Rio de Janeiro para ministrar cursos de qualificação do corpo docente, em acordo com as novas orientações legais relativas às referidas disciplinas no governo de Eronides Ferreira de Carvalho¹¹. A Missão Carioca, como ficou conhecida, trouxe ao Estado o professor e maestro Vieira Brandão¹² e Tito Pádua, professor de Educação Física.

Vieira Brandão, professor auxiliar da SEMA e de canto orfeônico no Distrito Federal, foi cedido pela Prefeitura do Distrito Federal ao Governo do Estado de Sergipe, em atendimento a solicitação do Interventor do Estado, Eronildes de Carvalho, para implantar e coordenar o ensino de Canto Orfeônico nas escolas sergipanas. Vieira Brandão criou o primeiro orfeão da Escola Normal de Aracaju e ministrou o Curso de Aperfeiçoamento do Ensino de Música e Canto Orfeônico¹³, entre os anos de 1936 e 1937 (SANTOS, 2012).

O Curso de Aperfeiçoamento dos Professores Primários teve a duração de um ano e tinha como finalidade de ser um curso de atualização e aperfeiçoamento dos professores sergipanos, e preparar os professores para a sala de aula do magistério primário. Segundo Silva (2019, p. 79), “o programa do referido curso, além das disciplinas Canto Orfeônico e Educação Física, era composto também por Álgebra, Português, História Natural, Higiene, Física,

¹¹ Governador de Sergipe de 1935 à 1941.

¹² Pianista, compositor, regente, professor de Música e Canto Orfeônico no ensino primário e secundário das escolas municipais do Distrito Federal, professor auxiliar da SEMA. Assumiu a Coordenação Geral do ensino de Canto Orfeônico no Rio de Janeiro e foi cedido pela Prefeitura do Distrito Federal ao Governo do Estado de Sergipe em 1936 para implantar e coordenar o ensino de Canto Orfeônico nas escolas sergipanas.

¹³ Percebemos na literatura consultada as diferentes denominações para o curso ministrado por Vieira Brandão em Aracaju. Santos (2012) denomina como “Curso de Aperfeiçoamento do Ensino de Música e Canto Orfeônico”, “Curso de Aperfeiçoamento em Canto Orfeônico”, “Curso de Aperfeiçoamento em Música e Canto Orfeônico”, “Curso de Pedagogia da Música e do Canto Orfeônico”, “Curso de Pedagogia da Música e Canto Orfeônico”. Siliva (2020) denomina como “Curso de Pedagogia do Canto Orfeônico”.

Química e Biologia”. Andrade (2012, p. 10) revela a participação de educadores musicais sergipanos nos cursos ministrados por Vieira Brandão:

Participaram desses cursos músicos como: Alfeu Menezes, José de Albuquerque Feijó, Leosírio Guimarães e outros que mais tarde assumiram o Canto Orfeônico em estabelecimentos de ensino do Estado. Nesse contexto aparecem nomes de professores alguns já formados como: Cândida Ribeiro (Candoca), Valdete Melo, Geralda Almeida de Abreu. Maria Bernardete Cerqueira, Anayde Marsilac Fontes Góis¹⁴ (sic).

Conforme Silva (2019) o professor Vieira Brandão teve como auxiliar em sua tarefa de organização da educação musical do estado de Sergipe, o professor Genaro Plech, que posteriormente substituiu em 1938 e esteve à frente da Superintendência de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, ficando a seu encargo à coordenação das concentrações orfeônicas:

Dentre as funções delegadas aos inspetores de ensino, estava a tarefa de: assistir as aulas de sua incumbência ao menos uma vez por mês, bem como as aulas práticas de trabalhos escolares dos alunos, atribuindo notas e avaliando quais deveriam passar por arguição; acompanhar a execução das provas, sob o critério de realização apenas com a devida inspetoria, sendo-lhe permitida a aprovação ou alteração das questões apresentadas. Quanto às provas finais, embora a fiscalização fosse obrigatória, era facultativo a arguição dos alunos, bem como a atribuição de notas aos mesmos. No que concerne ao ensino do Canto Orfeônico e da Educação Física especificamente, a cargo dos inspetores ficava ainda a verificação das dependências educacionais acerca das instalações físicas e materiais didáticos. (SILVA, 2019, p. 78-79)

A respeito da importância do Maestro Vieira Brandão, Santos (2012, p. 94) relata:

A passagem do prof. Vieira Brandão por Sergipe, durante os anos de 1936 a 1937 foi primordial para a história da educação musical escolar do estado, pois foi a partir da atuação dele que as práticas da educação musical escolar, na modalidade do Canto Orfeônico, começaram a se organizar, tanto do ponto de vista dos conteúdos, programas de ensino e apresentações orfeônicas, quanto do ponto de vista da formação docente – Curso de Pedagogia da Música e Canto Orfeônico. A sua atuação frente ao Curso, na regência dos orfeões da Escola Normal de Aracaju e na coordenação das demonstrações orfeônicas, durante os dois anos em que esteve em Sergipe, foi noticiado no Diário Oficial de Sergipe (1936, 1937).

Na Escola Normal, “as práticas do Canto Orfeônico se deram no interior das escolas e em outros espaços públicos, durante as comemorações da semana da pátria e outras datas cívicas” (SANTOS, 2012, p. 87). Algumas apresentações dos Orfeões, denominadas

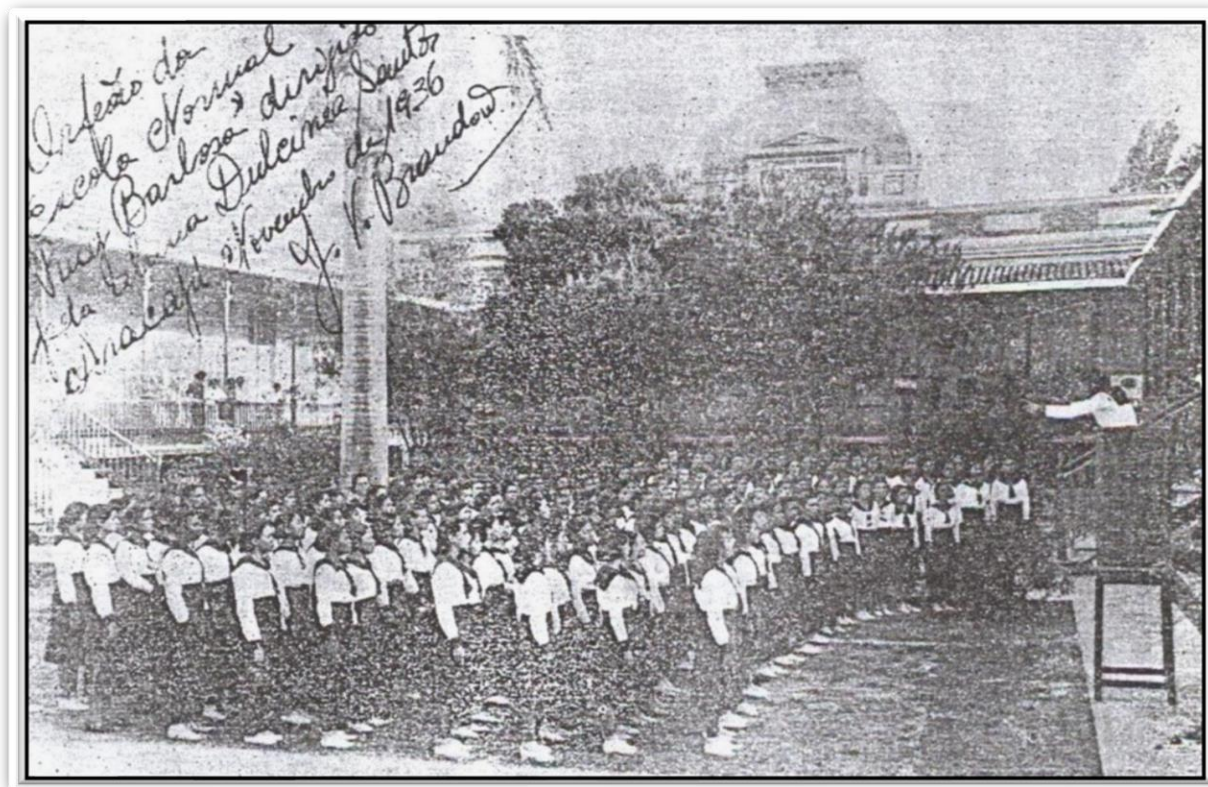
¹⁴ Correção: Anayde Marsilac Goes Fontes.

concentrações orfeônicas foram noticiadas em Jornais Sergipanos, a exemplo do Diário Oficial de Sergipe, que também noticiou a viagem do maestro Genaro Plech ao Rio de Janeiro:

Depois de vários meses de ausência desta capital, regressou, ontem do Rio de Janeiro, onde se encontrava realizando um curso de aperfeiçoamento, o ilustre professor de música e superintendente do estado do ensino e estudo de canto orfeônico, Maestro Genaro Plech. O que foi a estadia do nosso distinto patrício na capital da república, já é bem do nosso conhecimento público pelas notícias que divulgamos desde os resultados honrosos dos princípios que colocaram Sergipe no primeiro lugar entre os demais estados que mandaram seus professores para este curso, até o término dos estudos que confirmam, mais uma vez os grandes conhecimentos de Genaro Plech e o alto grau de adiantamento em que se encontra o canto orfeônico em nossa terra (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 04 de fevereiro de 1934).

Em sua dissertação, Santos (2012) apresenta uma reprodução fotográfica do primeiro orfeão escolar de Sergipe composto por alunas da Escola Normal de Aracaju sob a organização do Professor José Vieira Brandão e sob a regência da aluna Dulcinéia Santos. Conforme o autor, consiste na primeira e única foto sobre as práticas educativas da Escola Normal.

Figura 1 - Orfeão da Escola Normal



Fonte: Santos (2012, p. 114).

Santos (2012) ressalta a importância dessa fotografia para a História da Educação musical escolar de Sergipe e revela o espaço interno da área de lazer da Escola Normal de Aracaju em 1936, instituição escolar que abrigou os Cursos de Canto Orfeônico e o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe. Até o momento é a fotografia mais antiga que se tem na historiografia sergipana sobre Canto Orfeônico e a Escola Normal. Santos (2012) descreve que em 1936 foi inaugurada uma sala de música na Escola Normal de Aracaju, com imagens alusivas à música e compositores. Para Santos (2012, p. 117),

O ambiente da sala de música deveria ser preparado de forma a criar uma representação nas mentes das normalistas. Com isso, não poderiam faltar imagens de célebres personalidades e heróis brasileiros. A criação de monumentos e de mitos fazia parte da ideologia do período republicano. Nessa perspectiva, as imagens do compositor do Hino Nacional Brasileiro, Francisco Manuel da Silva, e do representante oficial do movimento orfeônico no Brasil provocariam respeito e admiração e criariam representações a respeito dos símbolos e dos heróis nacionais.

No mesmo ano, o professor Genaro Plech foi nomeado docente da instituição para assumir a Cadeira de Música da Escola Normal de Aracaju, por solicitação do Governador Eronides de Carvalho.

A dissertação de Wênia Silva intitulada *A Pedagogia Musical do Canto Orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu Sergipense (1931-1956)*, investigou a configuração da disciplina Canto Orfeônico no Colégio Atheneu Sergipense, instituições públicas de ensino localizada na capital sergipana, durante os anos de 1931 a 1956. Para Silva (2019, 49):

Estabelecimento de ensino mantido pelo Estado, o Atheneu Sergipense contava no ano de 1931 com prédio próprio de área equivalente a 204,44 metros quadrados, oito salas de aula, uma biblioteca com um montante de 159 obras e três laboratórios: de Física, Química e História Natural. Destinado a oferecer o ensino secundário com certificação equivalente ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e funcionando em regime de externato, o Atheneu Sergipense no ano da publicação da Reforma Francisco Campos, possuía um currículo composto por 22 disciplinas, dentre as quais o Canto Orfeônico, que, no Livro de Registro (FASS06 480 cx.125) aparece sob a nomenclatura de Música e, tinha como docente responsável pelo seu ensino a professora Maria Valdete de Melo, diplomada nesta área, ocupando o cargo como professora interina, ou seja, nomeação em condição provisória. Posteriormente, em 1935, foi lograda a efetividade por meio de decreto estabelecido em 22 de fevereiro do mesmo ano.

No Colégio Atheneu Sergipense a disciplina foi lecionada por Maria Valdete de Melo (1931-1956), Geralda Almeida de Abreu (1945), Maria Carmelita de Araújo (1946), Emygia

Maria Araújo (1949) e Cândida Viana Ribeiro (1950)¹⁵. No Atheneu Sergipense foram criados orfeões escolares, orfeão artístico e orfeão geral seguindo as determinações dos órgãos correspondentes. Segundo Silva (2019, p. 111),

[...] segundo as fontes (manchetes do Diário Oficial), a instituição reunia em seu Orfeão Sergipense, no ano de 1938, cerca de 6.000 escolares, cujo repertório era composto por canções e Hinos Cívicos, músicas típicas e folclóricas. Quanto ao Orfeão Artístico, este era regido pela professora Maria Valdete de Melo, o qual também foi noticiado pelo Diário Oficial do Estado de Sergipe.

A prática de Canto Orfeônico no município de Simão Dias é revelada por Nascimento (2004, p. 211):

Em 1934, Marcos Ferreira de Jesus, prefeito de Simão Dias, reuniu todas as escolas municipais num só local, e convidou a professora Gregória para assumir a direção do Agrupamento Municipal Escolas Reunidas Augusto Maynard. Durante sua gestão foi dada ênfase às disciplinas Educação Física e Canto Orfeônico. Nas datas especiais, os alunos apresentavam peças teatrais, eram cantados os hinos pátrios como também música popular.

Como disciplina, o Canto Orfeônico permaneceu no currículo escolar até a promulgação da Lei nº 4.024 de 20/12/1961, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional. No entanto, não é mencionado nessa lei, assim como não é citado outro projeto de ensino de música para vigorar nas escolas. A referência relacionada ao ensino de música consta item IV, do artigo 38, apresentando as “atividades complementares de iniciação artística” como norma para o ensino de grau médio. (BRASIL, 1961). Portanto, entendemos que esta Lei, apesar de não proibir ou sancionar outro projeto de música para as escolas, finda com a obrigatoriedade da disciplina Canto Orfeônico no currículo escolar, tornando assim, o ensino de canto orfeônico optativo nas escolas.

Ainda em 1961, foi publicado o Decreto 51.215, de 21/08/1961, que estabeleceu normas para o ensino de música, nas escolas pré-primárias, secundárias e normais em todo o país. A Lei considera que o ensino de música “não obedece a um plano ordenado, nem a normas uniformes em todo o País” e sanciona que a Educação Musical nos Jardins de Infância e nas escolas pré-primárias deveriam ser praticadas sob forma de recreação. Já nas escolas primárias, secundárias e normais, por meio de atividades curriculares e extracurriculares (aptidão para ler

¹⁵ Sobre a biografia destas educadoras ver Lima (2011). A monografia apresenta a trajetória educacional destas docentes que formaram o primeiro corpo docente do Conservatório de Música de Sergipe.

e escrever música, participação nas atividades coletivas, audição de instrumentos musicais e história da música nos demais níveis de ensino).

O artigo 4 do referido Decreto dispõe sobre uma das finalidades da educação musical nas escolas primárias: “fornecer aos alunos os conhecimentos e os materiais necessários para sua participação nas atividades coletivas relativas à matéria tais como: cântos orfeônicos (sic) e outros conjuntos vocais; bandas de música e outros conjuntos instrumentais; danças folclóricas nacionais e estrangeiras” (BRASIL, 1961). Por meio desse Decreto, a prática coral dos coros orfeônicos configura-se como atividades curriculares e não mais como disciplina obrigatória para todos os estabelecimentos de ensino, rompendo com o Decreto nº 24.794, de 14/09/1934.

Apesar da promulgação destas leis, Elias Santos (2012) apresenta duas evidências que o Canto Orfeônico continuava a ser ministrado nas escolas sergipanas oito anos posterior à publicação da Lei 4.024/61. Trata-se de um Diário de Classe de 1961 do ensino ginasial, em que a disciplina aparece com a denominação de *Canto*; no Diário de Classe de 1968 do 1º ano do curso pedagógico, assinado pela Profa. Maria Bernadete Andrade, “a disciplina ainda se encontrava no currículo da Escola Normal de Aracaju com a denominação de Canto Orfeônico. Era ministrada uma aula por semana. Os conteúdos transmitidos limitavam-se ao aprendizado das canções pátrias, cívicas e folclóricas” (SANTOS, 2012, p. 244). A segunda evidência é a Ata da Sessão Solene de Instalação da UFS, em 1968, que revela a participação do Orfeão da Escola Normal de Aracaju.

A respeito do entendimento da Lei 4.024/61, por pesquisadores sobre a educação musical, Sobreira (2012, p. 77) afirma:

A ambiguidade apresentada na LDB de 1961 permitiu várias leituras. Assim, os professores que atuavam nos moldes do Canto Orfeônico não seriam impedidos de continuar este tipo de trabalho. Ao mesmo tempo, o Parecer abriu a oportunidade para que fossem implementadas outras propostas pedagógicas. Afirmando mais uma vez, portanto, que o Canto Orfeônico não foi substituído pela Educação Musical com o estabelecimento da Lei 4.024/1961, nem através do Parecer 383/62.

O Parecer que a autora faz referência é o de nº 383/1962 que trata do ensino de música nos três níveis educacionais: primário, médio e secundário. Em nível primário, configura como prática educativa nas escolas primárias e pré-primárias, e como ensino sistemático, progressivo, nas Escolas de Música (BRASIL, 1962):

II – Em nível médio, a música se ensina:

- a) Como prática educativa nas escolas médias. Observo que o C.E.F. indicou como disciplina optativa do ciclo ginasial, a “música (canto orfeônico)”. O canto orfeônico quando incluído, deveria sê-lo, não como disciplina, mas como prática educativa.
- b) Como modalidade do ensino secundário, pode-se organizar um ciclo colegial com ensino de música, conforme recomenda o I Simpósio Nacional de Música, recentemente reunido em Brasília. Trata-se de educação musical, sem intenção profissional, formalmente, os concluintes prosseguirão qualquer curso superior. Entretanto, os bem dotados (sic) musicalmente, poderão, com mais algum estudo de música, galgar a escola superior de música.
- c) Como ensino sistemático e progressivo de caráter profissional (BRASIL, 1962, p. 50).

A respeito do ensino sistemático e progressivo, o Parecer nº 383/1962 afirma:

1º - O chamado primeiro ciclo (ciclo preparatório ou fundamental) da escola superior de música, que se faz simultaneamente com o curso secundário. Pode ser feito em cursos livres e com professores particulares. O aluno poderá ser admitido em ano intermediário desse primeiro ciclo e também, depois de conclui-lo em curso livre ou com professor particular, inscrever-se diretamente ao concurso de habilitação aos cursos superiores de música. Seria de toda a conveniência que as escolas de música, para poupar o curso secundário. Este, na hipótese, poderia ser adaptado aos interesses da educação musical.

2º - A escola técnica de música, proposta pelo I Simpósio Nacional de Música, para a formação de executantes. Não existe, mas poderá ser criada nos diversos sistemas de ensino, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1962, p. 51).

Esse Parecer também trata da exigência da formação superior para professor de música, do currículo das escolas superiores em Música, e orienta a criação de cursos secundários nas escolas de música e a criação de escolas técnicas de música. Dessa forma, determina a extinção, em 1962, das atividades de formação docente dos Conservatórios de Canto Orfeônico. A partir de então estas atividades caberiam aos estabelecimentos de ensino do grau superior.

2.3 O ENSINO DE MÚSICA NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE

A fundação do Conservatório de Música de Sergipe é historicizada por Conceição (1997), Nascimento (2003), Andrade (2012) e Santos (2012). O primeiro trabalho científico que se propôs a investigar a história da Instituição é de autoria de Conceição (1997) que

apresentou o processo de inserção da disciplina Canto Orfeônico nas escolas sergipanas, a fundação, o currículo da Instituição e informações sobre os primeiros docentes. Esta obra aparece nas demais referências de pesquisas sobre a Instituição. O que nos leva a considerar que este trabalho monográfico fundamenta a historiografia do Conservatório de Música de Sergipe.

A investigação de Nascimento (2003) apresenta breve histórico sobre a fundação e o currículo da Instituição de 1971 a 2000, destacando como as legislações educacionais (Lei nº 5.692/71 e Lei nº 9.394/96) transformaram as propostas pedagógicas da Instituição. O autor aborda o período de estabelecimento dos Cursos Técnicos, as adequações às diretrizes nacionais e ao mercado profissional, a necessidade de formação docente em música em Sergipe, o funcionamento dos cursos profissionalizantes a nível básico e a nível médio com o objetivo de formar instrumentistas.

A obra de Andrade (2012) relata sobre as atividades de Canto Orfeônico em Sergipe, um breve histórico da fundação, biografias dos diretores e apresenta imagens das atividades do Conservatório de Música de Sergipe em seus primeiros anos de atividade. Santos (2012) analisa as práticas da disciplina Canto Orfeônico, na Escola Normal de Aracaju, no período de 1934 a 1971, e contextualiza sobre a educação musical em Sergipe por meio do panorama histórico sobre o ensino de música do período Imperial à Ditadura Militar e o movimento orfeônico em Sergipe. Discorre sobre a fundação do Conservatório de Música de Sergipe, apresentando a grade curricular, o primeiro corpo docente e as histórias de vida e percursos de formação dos (as) professores (as) de Canto Orfeônico de Sergipe que realizaram o Curso de Pedagogia da Música e do Canto Orfeônico no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO).

A fundação do Conservatório de Música de Sergipe está relacionada diretamente às práticas educativas do projeto de Canto Orfeônico no Brasil que incluiu a música como disciplina obrigatória nos currículos escolares em todos os níveis de ensino durante o Governo Vargas (1930-1945), ações de formação docente para o ensino da disciplina Canto Orfeônico e a criação de instituições educativa-musicais por todo país.

O projeto nacional de canto orfeônico foi coordenado pelo músico e compositor Heitor Villa-Lobos, caracterizado por uma pedagogia de princípios nacionalistas e cívicos, que contribuiu aos ideais políticos de desenvolvimento de uma cultura nacional. Em Sergipe foi coordenado pelos professores e maestros Vieira Brandão e Genaro Plech, caracterizado por apresentações musicais públicas de hinos cívicos e canções, ações de formação docente, como viagens dos professores às cidades do Rio de Janeiro e Recife para a realização de cursos de formação e a fundação do Conservatório de Música de Sergipe.

Em meio a reformulação nacional do ensino, entre 1942 e 1946, conhecida por Reforma Capanema, foram sancionados decretos nacionais com o objetivo de reformular o ensino primário e o secundário. Em relação ao ensino de música, em 1942 foi instituído um novo órgão destinado a formação profissional em Música e à regulação dos estabelecimentos de ensino de Canto Orfeônico: o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO), criado por meio do Decreto nº 4.993 da Presidência da República em 26 de novembro de 1942, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública. Dentre as suas competências, instituía o Decreto: “formar candidatos ao magistério do canto orfeônico nos estabelecimentos de ensino primário e de grau secundário” (BRASIL, 1942).

O CNCO foi criado com o objetivo de orientar, controlar e fiscalizar a execução da referida disciplina em todas as instituições educacionais espalhadas pelo país, determinando os programas, os conceitos de ensino, as formas de avaliação e seleção de professores de Canto Orfeônico para atuarem no magistério público (SILVA, 2019). Anteriormente, as ações de coordenação dos cursos de formação de professores de Canto Orfeônico e do desenvolvimento do ensino de música nas escolas primárias estavam sob organização da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA).

Isto é, a formação dos primeiros professores da disciplina Canto Orfeônico do Instituto de Educação Rui Barbosa, do Colégio Atheneu Sergipense e do Conservatório de Música de Sergipe¹⁶ foi realizada pelos cursos promovidos pela SEMA, no Distrito Federal, no Curso de Pedagogia da Música e do Canto Orfeônico, ministrado por Vieira Brandão em Sergipe, Cursos no CNCO, na cidade do Rio de Janeiro, e em cursos intensivos na cidade de Recife (SANTOS, 2012; SILVA, 2019).

A portaria ministerial nº 215 de 18 de abril de 1945 determinou que apenas os professores com formação regulamentada pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico ou instituições similares, poderiam exercer a docência em Canto Orfeônico nas instituições educacionais, sob autorização do Governo Federal (BRASIL, 1945). Conceição (1997, p. 25) revela a necessidade de formação e qualificação de um maior quantitativo de professores de música em Sergipe na década de 1940:

Embora o Canto Orfeônico, houvesse sido difundido em todas as escolas do Estado, o número de profissionais capacitados ao ensino era insatisfatório. Cumpria-se pois, a imperiosa necessidade de preparar um contingente qualificado para ministrar a disciplina e dar continuidade ao trabalho dos poucos que o havia abraçado como os já mencionados Genaro Plech e Alfeu

¹⁶ Na época eram denominados, respectivamente, Instituto Pedagógico Rui Barbosa, Colégio Estadual de Sergipe e Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe

Menezes. Fazia-se mister, outrossim reciclar os professores já existentes sobretudo os do interior do Estado.

Neste contexto, Silva (2019, p. 83), destaca a necessidade da criação de institutos de formação docente pelo país:

A distância de alguns estados bem como a dificuldade de alguns professores de se ausentarem de suas respectivas moradas para irem ao Rio de Janeiro realizar o curso de capacitação a fim de legitimarem suas carreiras docentes suscitou a necessidade da criação de instituições espalhadas pelos estados brasileiros que funcionassem segundo as orientações e diretrizes do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

Santos, Ferronato e Mecnas (2019), ao analisarem a história dos Conservatórios Brasileiros de Canto Orfeônico, revelam que entre 1942 a 1956 foram criados o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, no Rio de Janeiro (1942), o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, em Aracaju (1945), o Conservatório Paulista de Canto Orfeônico, em São Paulo (1947); o Conservatório de Canto Orfeônico Maestro Julião, em Campinas (1950); o Conservatório Baiano de Canto Orfeônico, em Salvador (1950); o Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba, em João Pessoa (1952); e o Conservatório Estadual de Canto Orfeônico do Paraná, em Curitiba (1956) (SILVA, 2019; SANTOS, et al. 2019).

O Conservatório de Música de Sergipe foi fundado em 1945, com a denominação Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe (IMCOSE), por meio do Decreto nº 840 de 28 de novembro de 1945, sancionado por Hunald Santaflor Cardoso¹⁷, Interventor Federal no Estado de Sergipe, e subordinado ao Departamento de Educação do Estado com sede no Instituto Pedagógico Rui Barbosa em Aracaju. Nessa época tinha como objetivo “preparar e diplomar em curso especializado o professorado de música e canto orfeônico imprescindível às necessidades da Instituição pública local” (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 29 de novembro de 1945).

Santos (2012) e Silva (2019) discutiram sobre as motivações para que a fundação do Conservatório de Música de Sergipe tenha sido priorizada frente a outras instituições, dois anos após a fundação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. As razões apontadas pelos autores que favoreceram a criação da Instituição são: a) De ordem política – destacando as relações amistosas com o governo federal da época; b) Devido o número significativo de

¹⁷ Hunald Santaflor Cardoso (1894-1973) foi nomeado interventor de Sergipe em novembro de 1945 pelo presidente Getúlio Vargas e presidiu as eleições realizadas no mês seguinte. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral entre 1946 e 1948, cargo que ocuparia novamente de 1952 a 1956. Voltou a presidir o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe de 1948 a 1950, em 1951 e de 1953 a 1957. Aposentou-se compulsoriamente na presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe, em 1964. Em seguida dedicou-se ao exercício da advocacia até 1970.

professores em Sergipe com formação musical; c) Por ter enviado professores para os cursos de formação no Rio de Janeiro antes dos outros estados. Como exemplo, citamos o Curso de Emergência realizado pelo Maestro Genaro Plech, professor catedrático do Instituto Pedagógico “Rui Barbosa” e superintendente do estado do ensino e estudo de canto orfeônico.

Andrade (2012) e Conceição (1997) associaram a criação do Conservatório de Música de Sergipe ao desenvolvimento exitoso do Projeto Canto Orfeônico em Sergipe e as atividades do professor Genaro Plech e professor Alfeu Menezes nas escolas sergipanas. As pesquisas de Lima e Borges (2010) revelaram que as solicitações de criação de um Conservatório de Música ocorreram em décadas anteriores a sua fundação. Conforme as autoras destacaram, uma festividade na ocasião da inauguração do Curso de Música Santa Cecília da professora Maria Valdete de Melo¹⁸, com a presença de representantes do Estado foi o “ambiente onde teria sido fecundada a primeira idéia (sic) da criação de um Conservatório de Música em Sergipe, portanto, catorze anos antes da concretização de tal projeto” (LIMA; BORGES, 2010, p. 16). Ainda de acordo com Lima e Borges,

A linda hora musical decorreu agradabilíssima, em meio a satisfação de todos os convidados. Terminada esta, o Dr. Bastos Coelho, director da Hygiene Estadual falou em nome da srta. Maria Waldette, esternando a sua gratidão ao exmo. sr. Interventor pelo seu alto e magnânimo gesto em prol da arte divina de Mozart e Beethoven, coadjuvando, decididamente a obra que aquela Maestrina vem realizando para mais expressão e cultivo musical em nosso meio e pedindo então ao Chefe de Estado a criação de um Conservatório sergipano. S.s. foi muito aplaudido, tendo o Capitão Maynard agradecido em palavras sinceras e de larga demonstração do seu apoio à esplêndida idéia do ilustre médico. Assim, talvez, dentro em breve tenhamos um conservatório da música para gaudio da nossa mocidade (SERGIPE JORNAL, 1931, p. 4 *apud* LIMA e BORGES 2010, p. 16).

Os anseios da sociedade sergipana por uma instituição de ensino de música são percebidos pelos agradecimentos entusiasmados enviados por telegrama e visitas ao interventor do Estado pela ocasião da fundação do Conservatório de Música de Sergipe. O Diário Oficial de Sergipe de 4 de dezembro de 1945 noticiou a visita dos professores Genaro Plech, Frederico Gentil, João Oliveira, Horário Nelson, Dirceu Aboim e da senhorita Maria do Carmo Albuquerque ao Interventor Hunald Cardoso. Naquela edição do Diário Oficial constava o telegrama do Professor Plech ao Interventor:

Aracaju, 1º - Imensamente satisfeito, possuído alegria incontida ante realidade meu sonho, velho ideal (sic) tradutor de cultura Vossência dou-lhe meus calorosos parabéns mediante assinatura áureo ato criação INSTITUTO

¹⁸ Percebemos uma divergência na escrita do nome do Interventor Hunald Cardoso e das educadoras por alguns autores. Por exemplo Maria Geralda Abreu/Geralda Almeida Abreu, Maria Bernadete Fonseca/Maria Bernadete Andrade, Maria Valdete Melo/Maria Waldette Melo. Nesse trabalho, utilizaremos a escrita conforme foi encontrado nos decretos de nomeação das docentes.

MÚSICA CANTO ORFEÔNICO. Vossência acaba dotar Estado serviço inestimável que lhe recordará eternamente o nome de seu ilustre avô professor Joaquim Maurício Cardoso glorioso fundador da intelectualidade Sergipe na sinfônica Estância, acrescentando Vossência, destarte, mais uma pedra das que há colocado juntamente com Gracho, Eleyson, Brício, José de Alencar, Severiano, Melcksedek e outros lustrais membros da esclarecida família Cardoso, no pedestal da cultura intelectual, política e administrativa do Panteon Sergipense. Aceite, Vossência, pois, meus profusos saúdes, acrescidos de maior estima e de maior admiração a seu espírito elevado de administrador compenetrado de sua lúdima missão de mestre e de intelectual, Respeitosamente. – Genaro Plech (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 4 de dezembro de 1945, p. 4).

Os primeiros anos de atividades do Conservatório de Música de Sergipe foram noticiados pelo Jornal Diário Oficial de Sergipe em que consta as publicações dos decretos, nomeações do corpo docente, regimento escolar, editais de inscrição dos cursos, assim como as manifestações públicas e apresentações realizadas. Apresentaremos um recorte das atividades no primeiro ano de atividade de 29 novembro de 1945, data da criação da Instituição, a 31 de dezembro de 1946.

2.3.1 PRIMEIROS EXAMES DE ADMISSÃO DE ALUNOS

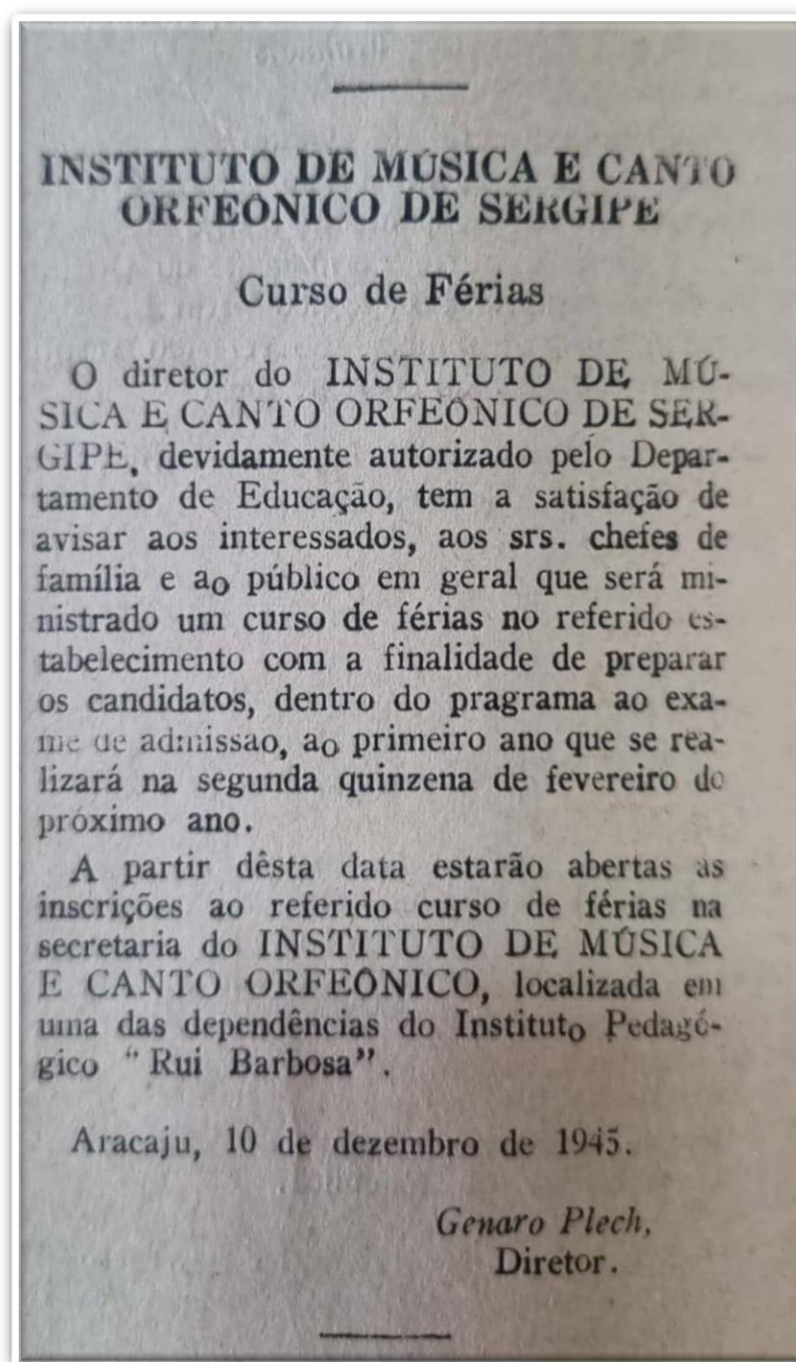
Após a promulgação do Decreto de criação, o Diário de Sergipe (1945) registrou a designação do Professor Genaro Plech como diretor da Instituição, em 4 de dezembro de 1945, a nomeação do corpo docente, entre dezembro de 1945 e março de 1946; e a abertura das inscrições do Curso de Férias com a finalidade de preparar alunos para o exame de admissão da Instituição.

Para Santos (2012) e Conceição (1997), o Conservatório de Música de Sergipe iniciou suas atividades no ano seguinte a sua criação. Porém, compreendemos a realização do Curso de Férias como a primeira prática educativa promovida pela Instituição, a partir do entendimento de Magalhães (2004, p. 03) ao considerar que,

[...] as práticas educativas correspondem a uma produção (projeto, ato, organização, relato) e não a resíduos (arqueologia), pelo que a sua hermenêutica se processa basicamente com recurso a testemunhos escritos e à reconstituição dos processos pedagógico-didáticos.

Logo, a realização do Curso de Férias em dezembro de 1945, marca o início das atividades pedagógicas e administrativas no mesmo ano de fundação do Conservatório de Música de Sergipe, conforme registra a figura a seguir.

Figura 2 - Nota sobre o Curso de Férias do IMCOSE



Fonte: Diário Oficial de Sergipe (12 de dezembro de 1945, p. 4).

As informações deste informativo sobre o Curso de Férias revelam o objetivo do Curso em preparar os alunos para o exame de admissão a ser realizado no ano seguinte. As inscrições do Curso de Férias ocorreram em 10 de dezembro e o início das aulas em 20 de dezembro de 1945 às 14h com matrícula de 100 alunos, dentre os quais, contavam-se “sacerdotes e

professoras, além de grande número de colegiais”. (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 21 de dezembro de 1945, p. 6)

Não houve divulgação da lista de inscritos ou de aprovação do curso no periódico, porém as expectativas sobre a criação da Instituição e as primeiras atividades desenvolvidas foram noticiadas em 22 de dezembro de 1945 no Diário Oficial de Sergipe, na ocasião da visita dos alunos do Curso de Férias e do diretor Genaro Plech ao Interventor Hunald Cardoso:

Logo após a primeira aula do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, todos os seus alunos, incorporados, tendo a frente o professor Genaro Plech, diretor daquele educandário artístico, estiveram no Palácio do Governo, afim de homenagear o Exmo. Sr. Interventor Federal, Desembargador Hunald Cardoso, criador da mencionada Instituição. Recebidos por S. Exma, no salão central do Palácio, falaram o professor Genaro Plech e o revmo. Cônego Waldemar Rezende, exteriorizando a gratidão de mestres e alunos do Instituto de Música, e pondo em destaque a repercussão francamente favorável, dentro e fora de Sergipe, que se observa em torno da feliz iniciativa do Governo criando aquela Casa de ensino especializado, de cuja falta nos ressentimos. O Chefe do Governo Sergipano, por fim, agradeceu a homenagem declarando estar satisfeito com os primeiros resultados, eis que, além de centenas de jovens, vêm-se matriculados no Instituto virtuosos sacerdotes e pessoas outras de destaque. Estava certo – concluiu S. Exa. – que a semente não fôra lançada em terreno árido, e assim sendo, o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, pela utilidade pública de que se reveste, certamente há de prosperar em nossa terra, para que o bom nome cívico e artístico de Sergipe sempre se firmasse, cada vez mais, no concerto das outras Unidades da Federação (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 22 de dezembro de 1945, p. 6).

Este relato é a última informação que faz referência a realização do Curso de Férias no periódico. Por meio dele percebe-se o entusiasmo do Governo Sergipano a criação da Instituição e a adesão da sociedade, uma vez que o primeiro curso alcançou um número significativo de inscritos.

Em 15 de janeiro de 1946 foi publicado pela primeira vez no Diário Oficial de Sergipe o Edital nº 1 de abertura da inscrição para os exames de admissão. Conforme o edital, as inscrições ocorreram de 1º a 15 de fevereiro, possuindo como requisitos os seguintes documentos: certificado de conclusões dos cursos normal ou ginasial, o atestado de vacina contra varíola, atestado de sanidade para comprovar a ausência de moléstia contagiosa do candidato e ter íntegros todos os órgãos dos sentidos (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, de 15 de janeiro de 1946). Neste edital não constava a informação sobre taxa de inscrição ou mensalidade, o que denota que este primeiro processo ocorreu de forma gratuita.

O programa apresentado no Edital divide-se em três disciplinas: Teoria Musical (prova escrita e prova oral), Piano e Violino. Os exames de admissão das provas seriam realizados na

segunda quinzena de fevereiro, formado por três professores designados pelo diretor três dias antes do início das provas

Quadro 1 - Programa do primeiro exame de admissão (1946)

Prova Escrita de Teoria Musical	Prova Oral
a) ditado melódico no tom de Dó maior, de ritmo fácil; b) Compasso simples de 2, 3 e 4 tempos, valores, formação da escala de Dó maior tons e semi-tons nela compreendidos e denominação de seus graus.	a) Solfejo na clave de sol, de ritmo fácil, no tom de Dó maior; b) Leitura rítmica de proposições rítmicas fáceis, tomando como unidade de tempo a semínima e suas divisões, com os seguintes grupos rítmicos: duas colcheias, 4 semicolcheias o grupo sincopado, semicolcheia – colcheia – semicolcheia, o grupo três colcheias em quiálteras e pausas correspondentes.
Piano	Violino
a) Execução de um estudo do 1º volume de “Czerny”, de livre escolha do candidato; b) Execução de uma peça apresentada pelo candidato; c) Execução de uma escala e de um harpejo em tonalidade escolhida pelo candidato.	a) Execução de um exercício de qualquer Método Oficial; b) Execução de escalas de Dó Sol e Fá maiores; c) Execução de um estudo de livre escolha do candidato, com acompanhamento de Piano.

Fonte: Diário Oficial de Sergipe, 15 de janeiro de 1946, p. 2.

Os conteúdos listados exigiam conhecimento da linguagem musical e da prática instrumental. Fazendo sentido a realização do Curso de Férias idealizado como preparatório para os exames de admissão. Silva (2019) constatou que os conteúdos estabelecidos para a realização da prova escrita e oral eram similares aos ministrados nas aulas do ensino secundário no Colégio Atheneu Sergipense. Sobre os alunos da Instituição, a autora ponderou:

Subentende-se desta maneira que os alunos do Instituto traziam ao menos noções básicas para a realização do exame. Entretanto, para as provas de piano e violino o aluno deveria apresentar preparo quanto à execução dos instrumentos, este aspecto funciona como indício de caracterização do corpo discente do IMCOSE. Consideradas as exigências para o ingresso no Instituto, tais como certificação escolar de nível secundário, conhecimentos rudimentares de Música e certa familiaridade com instrumentos como piano e violino, não parece exagero dizer que os alunos que ingressavam no Instituto de Música possuíam posição social de média a elevada, uma vez que as chances de alunos economicamente desfavorecidos passarem nos exames eram mínimas (SILVA, 2019, p. 8).

Sobre as dificuldades para ingresso de aluno na Instituição, revelou que:

O Instituto ministrava cursos de piano e violino, mediante a exigência de frequentar também o curso de teoria básica. Dada as condições sociais e culturais da época, nem todos os alunos tinham acesso a instrumentos como esses, o que dificultava em grande medida o ingresso no Instituto (SILVA, 2019, p. 88).

O resultado do primeiro exame de admissão do 1º ano do Curso Fundamental foi publicado no Diário Oficial de Sergipe em 26 de fevereiro de 1946. A lista contém 70 nomes de inscritos para o primeiro ano do Curso Fundamental e em ordem de crescente conforme a pontuação de 100 a 50. A lista revela que 28 inscritos foram classificados para o 1º ano do curso de piano, 13 classificados para o 2º ano do curso de piano e 4 classificados para o curso de violino.

A partir da análise desta lista de resultados identificamos o nome do Reverendo Cônego Waldemar Rezende, citado pelo periódico do dia 22 de dezembro de 1945, como um dos alunos que manifestou gratidão pela criação da Instituição na ocasião da visita ao Interventor Federal após a primeira aula do Curso de Férias. Percebemos a predominância de nomes femininos (81% do total de classificados) e maior número de inscritos para piano (91% do total de classificados para os Cursos Fundamentais). Conceição (1997, p. 28) contextualiza que “[...] para a sociedade da época o ensino de música, em especial de piano fazia parte da educação feminina. É interessante perceber que o curso de piano contava com o corpo discente basicamente composto por mulheres”.

Tal fenômeno assemelha-se aos resultados da pesquisa de Nogueira (2001), que estudou a história do Conservatório de Música de Pelotas entre 1918 e 1968, que revela menor participação masculina no corpo discente da Instituição em comparação com a presença feminina; a pesquisa de Toffano (2007) no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em que constata que 617 alunos diplomados no curso de piano entre 1913 e 1929, apenas 17 eram do gênero masculino; e a investigação de Fucci Amato (2010) no Conservatório Musical de São Carlos em que observou a associação direta do gênero feminino ao pianismo.

Sobre o funcionamento das aulas e do corpo discente Conceição (1997, p. 29) revela que “Como grande parte dos alunos do IMCOSE fosse feminino, não era bem aceito pela sociedade que as alunas saíssem para estudar à noite. Todavia, este era o único horário disponível, posto que estudavam durante o dia” (CONCEIÇÃO, 1997, p. 29). A Portaria nº 240 de 4 de Junho de 1946 que determinava a obrigatoriedade da frequência duas vezes por semana das professoras primárias de Canto Orfeônico ao Curso de Música do Conservatório de Música de Sergipe, por sugestão do Orientador de Canto Orfeônico Genaro Plech. Entendemos que o

número de alunas em seu primeiro ano possivelmente tenha sido ampliado após a publicação desta Portaria.

2.3.2 CONTRAPONTO CURRICULARES

O primeiro Regimento Interno do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, publicado em 7 de fevereiro de 1946, está dividido em nove seções, trata do currículo, do exame de admissão, do curso preliminar, do regime escolar, das provas parciais e exames finais, da conclusão do curso, diplomas e certificados, da disciplina e penalidade, do corpo docente e do pessoal administrativo.

O Regimento Interno apresenta as diretrizes sobre o Curso de Especialização, os Cursos Fundamentais de Piano e Violino e o Curso Preliminar de Piano e Violino. Todos os cursos com matrícula para ambos os sexos e capacidade máxima de 50 alunos por turma, a serem realizados no turno da noite, com horário de início da primeira aula às 19 horas e segundo horário às 20 horas, no Instituto Pedagógico Rui Barbosa, na Praça Olímpio Campos no Centro de Aracaju, onde atualmente funciona a Rua do Turista.

No primeiro Regimento Interno o Curso de Especialização, estava organizado para quatro anos, com o objetivo de ao final do curso diplomar o professor de Música e Canto Orfeônico. A Instituição ofertaria os Cursos Fundamentais de Piano e Violino com a duração de quatro anos seriados conforme os programas da Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro, habilitando ao magistério de piano e violino.

O Curso Preliminar de Piano e de Violino eram destinados aos alunos que possuindo conhecimento rudimentar dos referidos instrumentos, não se achavam capacitados ainda para submeter-se as provas dos exames de admissão à primeira série do curso fundamental. O Curso preliminar teria a duração de um (01) período letivo. Os aprovados no curso preliminar teriam direto a matrícula ao primeiro ano do curso fundamental, independente do exame de admissão, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 2 - Disciplinas do Curso de Especialização do IMCOSE (1946)

1º ano	2º ano
Solfejo Teoria Ritmo Noções de História da Música Prática Orfeônica	O mesmo programa do primeiro ano, mais desenvolvido, e História da Música Brasileira.
3º ano	4º ano
Fisiologia da voz no canto coletivo Teoria Superior Solfejo Didática do Canto Orfeônico Prática de Regência	Harmonia Elementar Psicologia Educacional História Geral da Música Prática orfeônica Prática de regência

Fonte: Regimento Interno do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe. Diário Oficial de Sergipe, 7 de fevereiro de 1946, p. 1.

Santos (2012, p. 9), afirma que “O currículo do Instituto de Música foi construído de acordo com a estrutura do Curso Especializado para Formação de Professores de Canto Orfeônico do CNCO”. O autor ressalta as diferenças entre as disciplinas ofertadas, ausência das disciplinas pedagógicas, ênfase nas disciplinas de ensino de música geral e a oferta de ensino de piano e violino, que não consistia no quadro curricular disposto pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Santos (2012) evidencia a ampliação da proposta inicial de fundação da Instituição ao relatar que, “Assim como a SEMA, o Instituto de Música também se contradizia na sua proposta de formação de professores. Parece que a ênfase era dada mais à formação do músico concertista do que à formação do professor de Canto Orfeônico” (SANTOS, 2012, p. 128).

Ao comparar as disciplinas do Curso de Especialização e as disciplinas propostas na Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico (Decreto nº 9.494/46), concordamos com a análise de Silva (2019), Santos (2012) e Conceição (1997). Em seus estudos mostraram a existência de divergências das disciplinas e cursos ministrados ao que dispõem a Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico, promulgada como Decreto nº 9.494 de 22 de julho de 1946, que trata dos cursos de especialização para a formação do docente da disciplina Canto Orfeônico ofertados pelos Conservatórios de Canto Orfeônico no Brasil.

O Decreto 9.494/46 assinado pelo então presidente da República Eurico Gaspar Dutra, modificou a finalidade do ensino da disciplina, a Instituição formadora, a estrutura do ensino (duração, currículo, carga horária, etc.), concurso, habilitação e provimento dos professores nas instituições escolares. O capítulo II, que trata dos cursos, dispõe:

Art. 2º O ensino de canto orfeônico será ministrado em curso de especialização, para formação de professor.

Parágrafo único. Ao curso de especialização precederá o curso de preparação, destinado aos que não tenham curso completo da Escola Nacional de Música ou estabelecimento equiparado ou reconhecido.

Art. 3º Ao curso de especialização para formação de professores de canto orfeônico seguir-se-ão, facultivamente (sic), cursos de aperfeiçoamento com a duração de um ano (Brasil, 1946).

Conforme o Decreto 9.494/46 o curso de preparação precedia o curso de especialização, destinado aos que não possuíam o curso completo da Escola Nacional de Música ou estabelecimento equiparado (aqueles mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios, autorizados pelo Governo Federal) ou reconhecido (aqueles mantidos pelos Municípios ou por particulares de personalidade jurídica, autorizados pelo Governo Federal). O curso de extensão funcionava anexo ao curso de preparação para formação de músico-artífice (Brasil, 1946).

O Curso de Especialização docente previsto pelo Decreto continha uma divisão de cinco unidades, composto pelas seguintes disciplinas:

Quadro 3 - Curso de Especialização para Formação de Professor de Canto Orfeônico (1946)

I - Didática do Canto Orfeônico	II - Prática do Canto Orfeônico	III - Formação Musical
1. Fisiologia da voz 2. Polítomia coral 3. Prosódia musical 4. Organologia e Organografia	1. Teoria do Canto Orfeônico 2. Prática de regência 3. Coordenação orfeônica escolar	1. Didática de ritmo 2. Didática de som 3. Didática de Teoria Musical 4. Técnica vocal
IV - Estética Musical	V - Cultura Pedagógica	
1. História da Educação Musical 2. Apreciação Musical 3. Etnografia musical e pesquisas 4. Folclórica	1. Biologia educacional 2. Psicologia educacional 3. Filosofia da educação 4. Terapêutica pela Música 5. Educação Esportiva	

Fonte: Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico. Decreto-lei nº 9.494/46 (BRASIL, 1946).

Observamos que o Primeiro Regimento Interno foi publicado pela primeira em 07 de fevereiro de 1946, antes da publicação do Decreto 9.494/46, e não houve republicações no Diário Oficial de Sergipe do Regimento Interno. Portanto em seu primeiro ano de funcionamento o currículo era divergente ao que propunha a legislação, ou seja, um contraponto ao currículo estabelecido.

Outra divergência, que neste trabalho, chamamos de contraponto é quanto ao nome da Instituição. Conforme o artigo 4, do Decreto: “Haverá um único tipo de estabelecimento de ensino de Canto Orfeônico: O Conservatório” (BRASIL, 1946) destinado à formação de professores para as escolas pré-primárias, primárias e de grau secundário. Ainda sobre o tipo de estabelecimento de ensino de canto orfeônico artigo nº 5 dispõe que “Os estabelecimentos de ensino de canto orfeônico federais equiparados ou reconhecidos, não poderão adotar outra denominação que não a de conservatório” (Brasil, 1946).

De acordo com o presente estudo, o Conservatório de Música de Sergipe permaneceu de 1945 a 1962 com a denominação de Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe. Somente em 1971, o nome da Instituição foi alterada para Conservatório de Música de Sergipe. Tais constatações nos fazem refletir a respeito da configuração do ensino desde a sua fundação. Conceição (1999) e Andrade (2012) afirmam que a finalidade da Instituição foi desvirtuada e aponta como motivo o desinteresse dos alunos pelo ensino do Canto Orfeônico:

O Instituto estava ensinando muito mais música que formando professores de música e Canto Orfeônico. (...) Todavia as que concluíam o curso ao final de quatro anos, apesar de dominar os conhecimentos necessários ao ensino de C.O não pareciam interessar-se pela tarefa. Ratificando o que já foi mencionado poucos davam continuidade ao projeto de Canto. O próprio IMCOSE, que em decreto de criação e regulamento comprometia-se em conferir diploma ao alunado não o fazia. Quem desejasse aperfeiçoar os estudos na música tinha que estudar no Conservatório Nacional de Música, como fizera a professora Cândida Viana antes de ser contratada para ocupar a cadeira de História da Música (CONCEIÇÃO, 1997, p. 29).

Corroborando com a análise da autora, Andrade (2012, p. 11), destaca a formação instrumental da Instituição:

O principal objetivo do Instituto era formar profissionais habilitados para o ensino do Canto Orfeônico nas escolas. Assim o Instituto preparou várias turmas ao longo dos anos. (...) Com o decorrer dos anos, porém os alunos passaram a interessarem-se mais pelo estudo de piano e violino. O Instituto chegou a formar bons profissionais que se destacaram em bandas, orquestras dentro e fora do Estado.

Consideramos que desde a sua fundação a prática instrumental se destacou dentre as disciplinas, apesar da finalidade da Instituição em formar professores que atendessem as expectativas do CNCO e o Projeto de Canto Orfeônico nacional.

2.3.3 O PRIMEIRO CORPO DOCENTE E DISCENTE

O primeiro corpo docente foi designado por decreto entre 22 de dezembro de 1945 e 6 de março de 1946. Os primeiros docentes designados e suas respectivas disciplinas foram: Genaro Plech - Ritmo e Prática orfeônica, Maria Valdete de Melo - Piano, Maria Bernadete - Teoria e Piano, Geralda Almeida de Abreu - Solfejo e Piano, Anaide de Marsilac Fontes Góis - Violino, Cândida Viana Ribeiro - Noções de História da Música e Piano (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 25 de dezembro de 1945; DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 8 de março de 1946). O quadro a seguir apresenta as disciplinas e os respectivos docentes.

Quadro 4 - Disciplinas e corpo docente do IMCOSE (1946)

Disciplina do 1º ano	Professor(a) da disciplina	Portaria de designação
Solfejo	Geralda Almeida de Abreu	25 de dezembro de 1946
Teoria	Maria Bernadete Andrade	25 de dezembro de 1946
Ritmo	Genaro Plech	22 de dezembro de 1945
Noções de História da Música	Cândida Viana Ribeiro	06 de março de 1946
Prática Orfeônica	Genaro Plech	22 de dezembro de 1945
Piano (curso fundamental)	Maria Valdete Melo, Geralda Almeida de Abreu e Cândida Viana Ribeiro	25 de dezembro de 1945 25 de dezembro de 1945 06 de março de 1946
Violino (curso fundamental)	Anaide de Marsilac Fontes Góis	25 de dezembro de 1945

Fonte: Diário Oficial de Sergipe, 25 de dezembro de 1945, p. 25 e de 8 de março de 1946, p. 1.

Portanto, coube a estes professores o ensino das disciplinas do primeiro ano do currículo do Curso de Especialização em Canto Orfeônico e do Curso Fundamental de Piano e Violino. O Decreto de criação do IMCOSE nº 840/45 instituiu que a regência das cadeiras ministradas seria “compulsoriamente confiada a professores especializados com a gratificação de vinte cruzeiro (Cr\$ 20,00) por aula.” (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 29 de novembro de 1945).

Não foi encontrado registro ou justificativa que indique os critérios para designação do primeiro corpo docente pelo diretor Genaro Plech. Para Andrade (2012, p. 10) a habilidade de ensinar instrumento foi um dos determinantes para a escolha das docentes:

O Prof. Genaro Plech, recém-chegado do Estado de Alagoas, aqui se fixou e idealizou uma escola de música que atendessem à juventude de então, posto que nada havia semelhante naquela época. Recrutou professores que particularmente ensinavam algum instrumento, como os Prof. Alfeu Menezes, Maria Bernadete Cerqueira, Geralda Almeida Abreu, Anaide Marsillac Fontes Góis e outros.

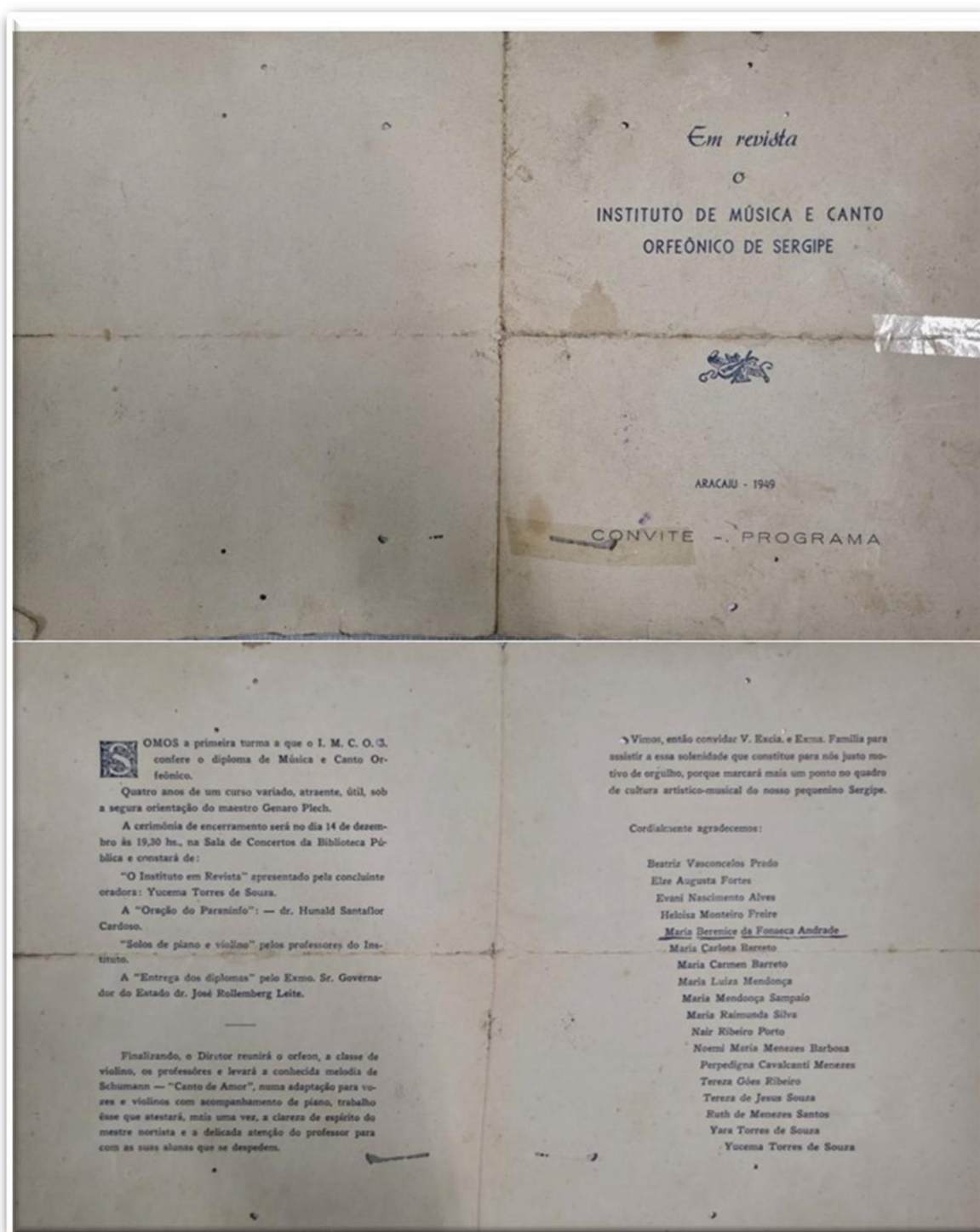
As investigações de Silva (2019), Santos (2012), Lima e Borges (2011) revelaram a atuação de docentes na década de 1940 frente a escolas de música particulares em Aracaju e no magistério do Canto Orfeônico nas escolas sergipanas. As publicações das portarias de nomeação e noticiário em jornais, contribuíram na compreensão que o primeiro corpo docente foi formado por profissionais de atuação em Sergipe na área de Canto Orfeônico e com formação exigida.

A pesquisa conduzida por Silva (2019) destaca que alguns dos professores e alunos do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe lecionaram a disciplina Canto Orfeônico no Atheneu Sergipense durante os anos de 1931 a 1956. O estudo menciona as professoras Maria Valdete de Melo, que foi a primeira professora de Canto Orfeônico do Estado de Sergipe de 1931-1945 e a primeira mulher a ministrar a disciplina no Atheneu Sergipense; Cândida Viana Ribeiro, que atuou como docente no Atheneu Sergipense, em 1950; Geralda Almeida de Abreu, em 1945; e Maria Carmelita de Araújo, em 1946.

Na década de fundação do Conservatório de Música de Sergipe existiam o “Curso de Piano, Teoria e Harmonia” da Profa. Helena Abud, o Curso de Música da Profa. Zenilde Leal de Melo com aulas de piano (teoria e prática), o curso de piano do Educandário “Menino Jesus” ministrado pela professora Maria Helena Santos, diplomada pelo Instituto de Música da Bahia (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 17 de janeiro de 1946, p. 6), o Curso de Música Santa Cecília, dirigido pela Profa. Maria Valdete de Melo, que tinha “o ensino era equiparado ao Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro” e em 1940 foi reconhecida como uma escola de utilidade pública (SILVA, 2019, p. 84).

A atuação feminina na docência da instituição e também na composição do corpo discente é notável pela análise do Programa da primeira cerimônia de formatura da instituição, em 1949, conforme a figura a seguir.

Figura 3 - Programa da Formatura de 1949 (frente e verso)



Fonte: Memorial de Sergipe/UNIT (2023).

O programa da cerimônia de formatura revelou que o primeiro corpo discente a concluir o Curso do IMCOSE era formado por 18 mulheres. Relacionando a lista do primeiro exame de admissão do 1º ano do Curso Fundamental, identificamos que apenas a aluna Nair Ribeiro Porto, também fez a seleção para o curso de Violino, enquanto que as demais foram

classificadas para o curso de Piano, demonstrando sua maior procura. O documento também destaca a atuação do Professor Genaro Plech, a escolha de Hunald Santaflor Cardoso, como Paraninfo e a entrega dos diplomas por José Rollemberg Leite, Governador do Estado. A indicação dos políticos demonstra a relação próxima da Instituição com as personalidades da política sergipana.

O documento também revela o repertório voltado à música erudita com a execução da obra do pianista e compositor alemão Robert Schumann, na formação de piano, violino e vozes. Assim como, apresentações de professores de violino e piano.

Uma das imagens que faz referência ao corpo docente e discente da instituição é a fotografia das formandas de 1952 e seus professores. Esta imagem é analisada por Santos (2012) que identificou as alunas normalistas (segunda fileira, em pé), o diretor Genaro Plech (primeira fileira, sentado ao centro) e as docentes (primeira fileira, sentadas).

Figura 4 - Alunas da Turma de 1952 e Corpo Docente do IMCOSE



Fonte: Santos (2012, p. 129).

Santos (2012) relata que é uma fotografia da formatura da quarta turma do Instituto de Música e Canto Orfeônico e que há uma inscrição no verso da fotografia *Lembrança da turma formada em 1952, no Instituto de Música de Sergipe e dos seus professores e diretor*. (SANTOS, 2012, p. 129). Conforme Santos (2012) as alunas (da esquerda para a direita) são: Lourdes Barreto, Aglaé Fontes, Luiza, Cantídia Soares, Clese-Mary Mesquita, Anne Sirley Valverde, Lourdes Azevedo, Maria José Moraes, Lúcia Melo, Rita de Cássia. E (da esquerda para direita) as docentes Geralda Almeida de Abreu e Cândida Viana Ribeiro, o diretor Genaro Plech, as docentes Maria Bernadete Andrade e Maria de Lourdes Gesteira.

A fotografia revela a presença majoritária feminina entre docentes e discentes e o traje adotado para a solenidade, que tem similaridade com o uniforme das normalistas do Instituto Rui Barbosa do período entre 1920 a 1950, identificado por Freitas (1995, p.105) “O uniforme (farda), durante o período analisado, era composto por saia plissada azul marinho; blusa branca com gola tipo marinheiro e punhos azuis; gravatinha azul marinho; meias e sapatos pretos.”

Relacionando a identificação de Santos (2012) e a lista de resultado da primeira prova de admissão, apenas o nome da aluna Aglaé Fontes aparece na lista de resultado da primeira prova de admissão. Com relação ao corpo docente, identificamos o diretor Genaro Plech, e três das cinco docentes que compuseram o primeiro corpo docente: a professora Geralda Almeida de Abreu, Cândida Viana Ribeiro e Maria Bernadete Andrade.

As pesquisas de Lima (2011) e de, Lima e Borges (2010) apresentam a trajetória da carreira profissional das educadoras musicais Maria Valdete de Melo, Maria Bernadete Andrade, Geralda Almeida de Abreu, Anaide de Marsilac Fontes Góis, Cândida Viana Ribeiro, entre os anos de 1945 a 1975. As histórias de vida e percursos de formação dos (as) professores (as) de Canto Orfeônico de Sergipe que lecionaram nos primeiros anos de fundação do IMCOSE são apresentadas por Santos (2012).

2.3.4 AS APRESENTAÇÕES MUSICAIS

As apresentações do Conservatório de Música de Sergipe em celebrações religiosas, eventos cívicos e solenidades foram noticiadas no Jornal Correio de Aracaju e no Diário Oficial de Sergipe. Identificamos a atuação dos grupos musicais, docentes e discentes do IMCOSE em celebrações religiosas, eventos cívicos e solenidades na Catedral Diocesana de Aracaju, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

A Instituição organizou um orfeão formado por docentes e discentes e, a partir de 1946, passou a dividir os espaços de algumas apresentações públicas abertas ao público com os orfeões do Instituto Pedagógico Rui Barbosa “[...] a fim de que o trabalho da instituição fosse apreciado” (CONCEIÇÃO, 1997, p. 19). Em 13 de novembro de 1946, aconteceu em Aracaju o Primeiro Encontro Eucarístico Diocesano, evento religioso que contou com a participação de autoridades civis, militares, eclesiásticas e a população sergipana, conforme o registro no Jornal Correio de Aracaju: “durante a missa, um grande coral de 1.000 vozes, sob a regência do maestro Genaro Plech executou músicas sacras e patriotas” (CORREIO DE ARACAJU, 15 de novembro de 1946). Pelo quantitativo mencionado, é possível inferir que o coral tenha contado com a participação de orfeões escolares sergipanos e de alunos do IMCOSE.

Três solenidades foram noticiadas no Correio de Aracaju, que chamaram atenção pelo destaque cultural do IMCOSE, as quais foram realizadas sob a direção e regência do Prof. Genaro Plech. A primeira foi uma homenagem da Escola Normal ao bispo diocesano Dom José Tomás Gomes da Silva, em 23 de outubro de 1946, onde executaram no decorrer da sessão diversos números musicais (CORREIO DE ARACAJU, 25 de outubro de 1946). No mês seguinte, ocorreu uma apresentação do curso de violino do Instituto de Música na sede do IHGSE, quando foi entregue uma tela do artista Florival Santos com a imagem de Dom José Tomás Gomes da Silva (CORREIO DE ARACAJU, 8 de novembro de 1946). Em 28 de novembro do mesmo ano, os Orfeões do IMCOSE e do Instituto Pedagógico Rui Barbosa integraram a festa de colação de grau das professorandas desta instituição, acompanhados pela banda da Polícia Militar. (CORREIO DE ARACAJU, 07 de dezembro de 1946).

As músicas instrumentais e canções apresentadas nesta festividade estavam de acordo com o programa e as normas de orientação do Ensino de Música e Canto Orfeônico. A publicação determinava o programa de hinos oficiais, canções e músicas de caráter artístico que deveriam ser estudados e executados durante o ano letivo de 1946 pelos escolares dos estabelecimentos de ensino primário e secundário do Estado com o objetivo de realizar as concentrações orfeônicas (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 26 de março de 1946, p. 3).

Na figura 5, percebemos a diversidade do repertório para aquela solenidade. Formada por hinos cívicos e patrióticos (Hino Nacional, Cisne Branco), canções nacionalistas (Canto do Pajé), músicas eruditas e populares (Sempre em meu coração, Valsa da despedida e Serenata de Schubert). Além da apresentação do Orfeão Artístico, houve apresentação de violino, de canto e da banda da Polícia Militar.

Figura 5 - Nota sobre a Festa de colação de grau no Instituto Pedagógico Rui Barbosa (1946)

Festa de colação de grau no Instituto Pedagógico «Rui Barbosa»

Este conceituado Instituto, no dia 7 de dezembro, terá a oportunidade de apresentar à sociedade aracajuana mais um dia de intenso júbilo e encanto com a festa de colação de grau das professorandas de 1946. Esta grande casa de ensino secundário mais uma vez abrirá suas portas para mostrar ao público as primícias de um ano de lutas, loiro dos esforços de suas abnegadas alunas. A festa consistirá dos seguintes atos: 1.^a — Missa em ação de graças na Igreja Catedral de Aracaju, às 9 horas, sendo celebrante S. Excia. Revma. Monsenhor Carlos Costa. 2.^a Cerimônia de colação de graus sob a honrosa presidência do Exmo. Sr. Cel. Antonio de Freitas Brandão, D.D. Interventor Federal, no galpão do Instituto Pedagógico «Rui Barbosa», às 20 horas. Como encerramento de todas as solenidades, haverá um baile familiar às 22 horas, no galpão do mesmo estabelecimento. O professor Cecília Cunha, diretor do estabelecimento, afim de proporcionar momentos de ventura à sociedade sergipana, conseguiu o serviço de alto-falante do Congresso, tendo como locutor o jovem ilustre Alfredo Gomes que mais uma vez prestará sua brilhante cooperação por meio de sua palavra expressiva e eloquente transmitindo todos os detalhes daquela noite que será de certo cheia de encantos.

COLAÇÃO DE GRAU:

PROGRAMA

I

O Orfeão Artístico do Instituto Pedagógico «Rui Barbosa» e o do Instituto de Música, sob a regência do maestro Genaro Plech, acompanhados pela banda da Polícia Militar, darão início à festa de colação, com a canção «Pra frente o' Brasil», em homenagem especial ao Cel. Antonio de Freitas Brandão, D.D. Interventor Federal.

II

«Cisne branco».

III

Falará D. Maria da Conceição Melo Costa, paraninfa e professora de literatura do estabelecimento.

IV

«Canto do Pagé».

V

O concerto de violino sob a regência do maestro Genaro Plech executará a inesquecível canção «Sempre em meu coração».

VI

A professora Ana Freitas de Andrade falará em nome de suas colegas.

VII

A professora Odete Feitosa cantará Serenata de Schubert.

VIII

Juramento das professorandas e entrega dos respectivos diplomas.

IX

As futuras mestras cantarão aos sons maviosas de instrumentos a «Valsa da despedida».

X

Encerramento — «Hino Nacional».

Fonte: Jornal Correio de Aracaju (07 de dezembro de 1946, p. 4).

Um repertório similar de hinos patrióticos e cívicos foi apresentado na sessão magna comemorativa do Dia do Marinheiro realizado pelo IHGSE em 13 de dezembro com a abertura

e encerramento da solenidade pelo Orfeão do Instituto de Música e Banda da Polícia Militar. Na ocasião foi apresentado o Hino da Bandeira, Canção do Marinheiro, Hino ao Estudo e o Hino Nacional. O Correio de Aracaju (17 de dezembro de 1946, p. 4), registrou que,

Os dois oradores, bem como o orfeão do Instituto de Música e seu diretor foram alvos de repetidas palmas da assistência. Foi, em seguida encerrada a sessão, executando o orfeão do Instituto de Música o Hino Nacional. Tocou no saguão do edifício a Banda da Polícia Militar, cedida pelo digno comandante geral da mesma Polícia.

As apresentações demonstram a relação e a presença da recente instituição na sociedade aracajuana em seu primeiro ano. O repertório apresentado demonstra a conformidade com o Projeto de Canto Orfeônico, o qual pode ser apreciado acessando o QR Code a seguir (Figura 7).

Figura 6 - QR Code das músicas da Festa de Colação de Grau do Instituto Pedagógico Rui Barbosa e do Dia do Marinheiro (1946)



As músicas também podem ser apreciadas acessando pelo link (https://www.youtube.com/playlist?list=PLsjT2IwAPz2HNSx_24FwQG1XZFXwRUrfZ).

3 EM PAUTA: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE (1961-1979)

Na linguagem musical a pauta são as cinco linhas e quatro espaços onde se escreve as notas (figuras musicais). Nessa terceira seção apresentamos as práticas educativas no Conservatório de Música de Sergipe, por meio do exame do livro de matrícula dos alunos, de 1961 a 1979, da legislação educacional (Decretos, Pareceres, Leis), diários de classe, livro de ata e jornais referentes ao período investigado.

Em destaque, colocamos em pauta as práticas educativas no Conservatório Música de Sergipe destacando as alterações no currículo da instituição, a ampliação de novos cursos voltados para a performance musical; a criação da sede e de novos espaços musicais na instituição e o surgimento de grupos artísticos e as transições da gestão da instituição.

Nesta seção, optamos por utilizar as denominações de acordo com as portarias, a fim de marcar as transições de nomenclatura e as alterações pedagógicas. Assim, o Conservatório de Música de Sergipe será mencionado como Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe (IMCOSE), Escola de Música de Sergipe e, Conservatório de Música de Sergipe.

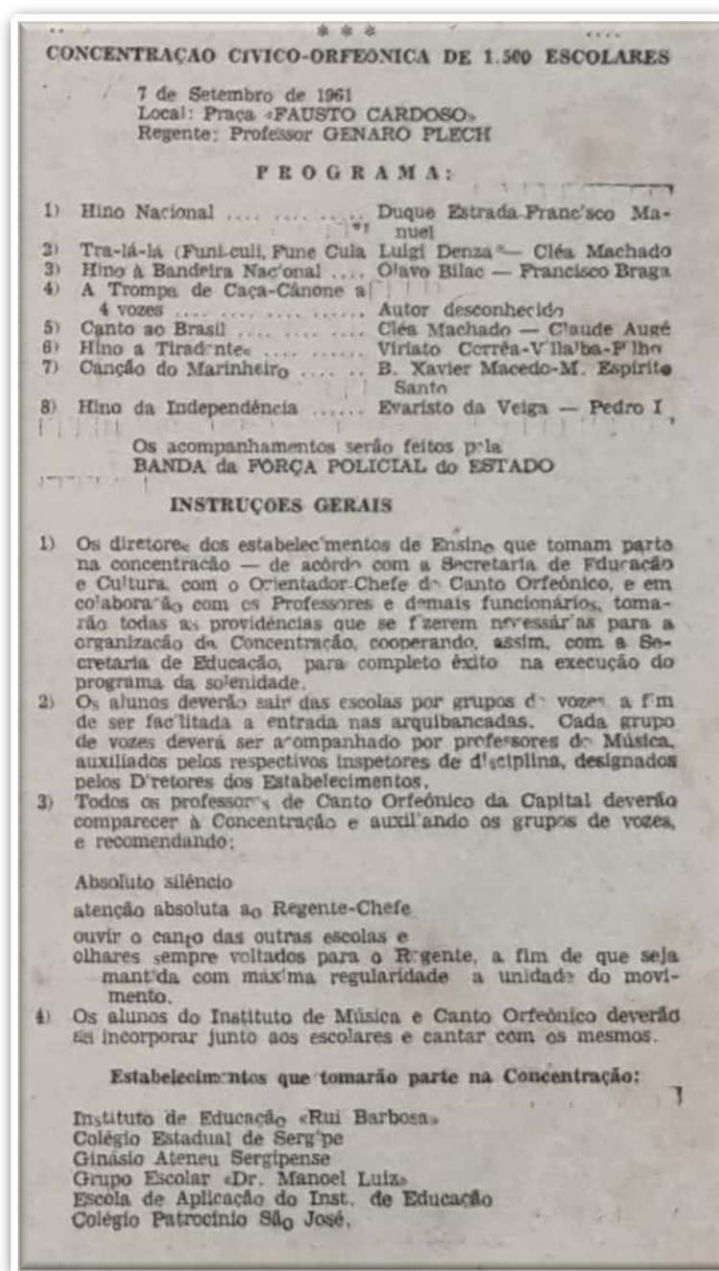
3.1 O CANTO ORFEÔNICO NO IMCOSE

Da sua fundação até o ano de 1961, as práticas do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe estiveram direcionadas à formação docente, ao ensino de Canto Orfeônico, ao ensino de violino e piano, com apresentações em celebrações religiosas, eventos cívicos e solenidades da sociedade sergipana. Por isso, esta pesquisa definiu 1961 como o marco temporal inicial, pois a Lei 4.024/61, regulamentada naquele ano, determinou mudanças significativas no ensino brasileiro e, conseqüentemente, nas instituições de ensino musical. Na época, a lei findava com a obrigatoriedade da disciplina Canto Orfeônico no currículo escolar, tornando, assim, o ensino de canto orfeônico optativo nas escolas; e o Parecer nº 383/1962 que considerava o Canto Orfeônico como prática educativa e disciplina optativa do ciclo ginásial nas instituições de ensino secundário.

Com relação ao ensino de música nos Institutos de Música, Nascimento (2003, p. 25) afirma que, “[...] durante toda a década de 50 e meados de 60 os Institutos de Música vão tentar aplicar o canto orfeônico de forma precária e sem alcançar grandes êxitos fazendo com que a estrutura musical do país viesse a sofrer uma grande decadência”.

Nos primeiros anos da década de 1960, as práticas de canto orfeônico continuaram vigentes no IMCOSE e na rede pública estadual. Um exemplo disto são as Concentrações Cívico-Orfeônicas das escolas e grupos escolares, sob a regência do Maestro Genaro Plech, e as apresentações musicais do Coro Orfeônico dos Grupos Escolares e do Instituto de Música em solenidades. A Instituição participava frequentemente de apresentações com o Coro do Instituto Pedagógico Rui Barbosa, ambos com a regência do Maestro Genaro Plech.

Figura 7 - Nota sobre a Concentração Cívico-Orfeônica



Fonte: Diário Oficial de Sergipe (26 de agosto de 1961, p. 3).

Uma dessas solenidades foi a Concentração Cívico-orfeônica em comemoração ao dia da Pátria, ocorrida na Praça Fausto Cardoso, em Aracaju, no dia 7 de setembro de 1961. Contou com a participação de 1.500 estudantes, professores de Canto Orfeônico de Aracaju e dos alunos do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe que se somaram ao grupo dos estudantes para cantar. O programa e o rigor da organização podem ser observados na figura a seguir.

Na figura 7, identificamos o programa da Concentração¹⁹ formada por hinos cívicos (Hino Nacional, Cisne Branco), canções nacionalistas (Canto do Pajé) e músicas eruditas (Sempre em meu coração, Valsa da despedida e Serenata de Schubert). As instruções de organização remetem ao acompanhamento dos grupos de estudantes pelos professores de canto orfeônico e inspetores de disciplina com recomendações de silêncio absoluto, percepção ao canto e atenção ao regente a fim de que fosse mantida a regularidade de movimento.

A regência esteve sob as mãos do Prof. Genaro Plech auxiliado pelos professores de canto orfeônico Alfeu Menezes, Nair Ribeiro Porto, Cândida Viana Ribeiro e, Bernadete Cerqueira Andrade, com acompanhamento musical da banda da Força Policial do Estado de Sergipe. Fizeram parte desta apresentação o Instituto Pedagógico Rui Barbosa, Colégio Estadual de Sergipe, Ginásio Ateneu Sergipense, Grupo Escola General Valadão, Ginásio Jackson de Figueiredo, Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, Escola de Aplicação do Instituto de Aplicação e Colégio Patrocínio São José. Programa desta Concentração, os avisos sobre os ensaios e repercussão do evento foram publicados no Diário Oficial de Sergipe (edições de 26 de agosto, 2 de setembro e 05 de setembro de 1961) e no Jornal Correio de Aracaju (edições de 26 de agosto, 29 de agosto, 02 de setembro, 5 de setembro, 6 de setembro e 12 de setembro).

Ainda em 1961, o Maestro Genaro Plech se tornou Orientador-Chefe do ensino de Música e Canto Orfeônico do Estado de Sergipe, por determinação da Portaria nº 5 de 28 de janeiro de 1961, exarada pelo Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, órgão subordinado ao Ministério de Educação e Cultura. Competia ao cargo a jurisdição em todos os estabelecimentos de ensino pré-primário, primário e secundário, onde quer que seja ministrado o ensino do Canto Orfeônico, de conformidade com as atribuições contidas nos itens I, II e III do Decreto-Lei 9.494, de 22 de julho de 1946.

Genaro Plech participou da 1ª Reunião dos Orientadores de Canto Orfeônico, realizada de 7 a 12 de agosto de 1961 no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, localizado no Rio

¹⁹ O repertório apresentado pode ser apreciado acessando o QR Code do apêndice A ou pelo link https://www.youtube.com/playlist?list=PLsjT2IwAPz2HNSx_24FwQG1XZFXwRUrfZ.

de Janeiro. A participação de Plech foi destacada no ofício enviado pelo Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico à Otacílio de Souza Braga, Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Sergipe em 1961:

Senhor Secretário: À vista dos magníficos resultados obtidos com a 1ª Reunião de Orientadores de Canto Orfeônico, realizado no mês de agosto próximo findo, e para qual V.S., sempre atento aos vitais problemas da Educação, anuiu em que fosse esse valoroso Estado condignamente representador pelo Prof. Genaro Plech, o qual muito contribuiu, com suas sugestões, proveitosas e oportunas, para o pleno êxito do certame. Venho agradecer a valiosa colaboração prestada por V. S, à causa do Canto Orfeônico que lhe fica devendo mais esse inestimável serviço (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 16 de novembro de 1961, p.1).

Percebe-se que assim como ocorrido no processo de expansão do Canto Orfeônico em Sergipe, a participação de Genaro Plech nos eventos nacionais foi importante para o desenvolvimento das práticas de canto orfeônico em Sergipe. No período da viagem do Maestro Plech, em 11 de agosto de 1961, ocorreu a posse do então Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Sergipe, Antônio Garcia Filho, na Academia Sergipana de Letras. Nessa solenidade, o Orfeão do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe apresentou as obras Barcarola do compositor alemão Jacques Offenbach e Chuá Chuá²⁰ do compositor brasileiro Sá Pereira, sob a regência da Profa. Nair Porto com acompanhamento ao piano do Prof. Marcelo Cajueiro (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 11 de agosto de 1961).

Destacamos a substituição da condução do Maestro Plech pela Professora Nair Porto²¹ nesta solenidade que reuniu políticos, jornalistas, representações de instituições culturais, religiosas, científicas e participação de representações populares. Podemos considerar que a regência de Nair Porto nesta solenidade demonstra a possibilidade de atuação feminina na regência das práticas de canto orfeônico em Sergipe na década de 1960, e representa a credibilidade do corpo docente e dos alunos formados no IMCOSE, pois a referida professora fez parte da primeira turma de formandos da Instituição em 1949. Na década de 1960, as formaturas das turmas do IMCOSE continuaram a ser realizadas contando com a presença de representações políticas. No ano de 1961 foi realizado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe a Colação de Grau dos Concludentes do Instituto de Música e Canto Orfeônico de

²⁰ As músicas Barcarola (Jacques Offenbach) e Chuá Chuá (Sá Pereira) podem ser apreciadas acessando o QR Code do Apêndice A ou pelo link https://www.youtube.com/playlist?list=PLsjT2IwAPz2HNSx_24FwQG1XZFXwRUrfZ.

²¹ A trajetória de vida da Profa. Nair Porto e as contribuições para a cultura musical podem ser consultada na dissertação de Santos (2008) e no livro de Andrade (2009).

Sergipe com apresentações de estudantes e professores (CORREIO DE ARACAJU, 21 de outubro de 1961).

Importante ressaltar que na gestão do governador de Sergipe, Luiz Garcia (1959-1962), marcado por uma série de ações no setor educacional e cultural, o Instituto de Música e Canto Orfeônico manteve estreita relação com as instituições governamentais e culturais, por meio de apresentações do Orfeão nas solenidades e eventos públicos; ou por representação do corpo docente e diretor da Instituição²². Na área cultural, houve investimentos em cursos na área de teatro, aquisição de telas a óleo, painéis executados por artistas sergipano, instituição do Caderno de Cultura, criação do Museu de Sergipe, no Palácio Provincial em São Cristóvão, Criação do Núcleo de Artes Plásticas, em Aracaju. No ano de 1962, o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe sediou o Festival Sergipano de Escritores (1962), que contou com a presença de escritores nacionais, de 23 a 25 de junho de 1962 (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 14 de abril de 1962, p. 2).

Com relação as matrículas do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, o relatório da gestão de 1961, apresentou os seguintes dados:

[...] no ano de 1961, o Curso Fundamental (teórico) apresentou o seguinte movimento: Iniciação musical 77 alunos matriculados; 39 aprovados e promovidos, 9 reprovados e 21 desistiram do curso. 1º ano: - alunos matriculados 35, aprovados 10; 2º ano: alunos matriculados, 12, reprovados 7; 3º ano: 9 alunos matriculados e 6 aprovados; 4º ano: 12 alunos concluíram o curso. CURSO DE PIANO – 99 matriculados e 28 promovidos. CURSO DE VIOLINO – 6 alunos matriculados (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 25 de novembro de 1962, p.1).

Analizamos que em 1961, o curso de Piano teve maior procura em relação ao curso de violino e os índices de aprovação e promoção foram maiores que os de reprovação ou de desistência. De acordo com as informações do Livro de Matrícula, houve matrículas em 1961 para o curso de Acordeon com o total de 62 inscrições, totalizando 164 matriculados no IMCOSE no ano de 1961²³.

²² Dentre as ações educacionais desta gestão destacamos a criação da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, construção de grupos escolares de ensino primário e de ginásios no interior do Estado, de equipamento do pavilhão para funcionamento do Curso Pedagógico, do Instituto Pedagógico Rui Barbosa, de escolas isoladas Jardim de Infância, construção de quadra de esporte, reinstalação do Colégio Estadual Ateneu Sergipense, a organização da Faculdade de Medicina de Sergipe, a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e, a doação do prédio da antiga Escola Normal à Praça Olímpio Campos para constituição de patrimônio da Faculdade de Medicina de Sergipe.

²³ O livro de matrícula revela três matrículas para o curso de Violino no ano de 1961. Devido à ausência dos Diários de Classe de 1945 a 1967, não foi possível fazer o cruzamento destas informações.

3.2 AS PRÁTICAS INSTRUMENTAIS NA ESCOLA DE MÚSICA DE SERGIPE

A importância conferida ao projeto de Canto Orfeônico em Sergipe é notada pela própria denominação da Instituição. A denominação inicial como IMCOSE permaneceu da sua fundação até 14 de agosto de 1962, quando foi publicado o Decreto nº 701, o qual dispôs sobre a mudança de denominação do IMCOSE, tendo em vista a LDB 4.024/61 e as decisões que a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde vinha promovendo no sentido de passar a nível superior o ensino no IMCOSE. A partir de então, a instituição passou a se denominar Escola de Música de Sergipe (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 18 de agosto de 1962).

Esta alteração da denominação de nomenclatura sinalizou o atendimento ao Parecer nº 383/1962 e à proposta lançada pelo I Simpósio Nacional de Música, que sugeriu a criação da Escola Técnica de Música nos diversos sistemas de ensino, nos termos do parágrafo único do Art. 47 da LDB 4.024/61, para a formação de executantes (BRASIL, 1962, p. 51).

E conforme, o Diário Oficial de Sergipe, em agosto de 1962, houve uma audiência com o Governador de Sergipe, Dionizio de Araujo Machado, com a presença do Prof. Genaro Plech, João Moreira da Silva, secretário da Ordem dos Músicos do Brasil/SE e José Siqueira, presidente da Ordem dos Músicos do Brasil. Nessa audiência, Antônio Garcia Filho, Secretário de Educação, Cultura e Saúde, “[...] abordou a possibilidade da transformação do I.M.C.O.S (sic) em Conservatório e de assuntos ligados à divulgação da música brasileira” (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 1 de agosto de 1962, p. 2).

A intenção de transformação do IMCOSE em um Conservatório, e a alteração da denominação para Escola de Música de Sergipe, são indícios da alteração quanto a sua proposta inicial de formação de professores para o ensino de Canto Orfeônico. Estas modificações também ocorreram em outras instituições, como afirma Sobreira (2012, p. 79), a respeito das práticas educativas no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico na mesma década:

Tudo indica que este foi um período onde o professor tinha maior liberdade de escolha, podendo optar por um ensino baseado nos moldes do Canto Orfeônico ou em outra escolha menos restritiva. A convivência dos dois modelos ocorria até dentro do próprio Instituto Villa-Lobos, ex Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e atual Escola de Música da UNIRIO. Durante a década de 1970, a instituição, criada em 1942 para difundir o Canto Orfeônico, se dividia entre os professores remanescentes do Canto Orfeônico e outros que adotavam os procedimentos de experimentação.

Portanto, na década de 1960, instalou-se um período de transição de propostas de ensino de música no Brasil. O ensino baseado nos moldes do projeto educacional de Canto Orfeônico – marcado pelo desenvolvimento da coletividade e da disciplina, e da incorporação do

patriotismo e de outros ideais políticos da década de 1930 – coexistiu com os novos ideais de ensino de música visando a experimentação, ou seja, o desenvolvimento da sensibilidade, da criação e da improvisação. Nessa década, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, referência para os demais Conservatórios Brasileiros e órgão regulador do canto orfeônico, passou a denominar-se Instituto Villa-Lobos, em 22 de setembro de 1967, formado pela Escola de Música e o Centro de Pesquisas Musicais.

Em 13 de novembro de 1962, por meio do Decreto nº 717, no governo de Dionizio Machado, sancionou-se o Regimento da Escola de Música de Sergipe. O decreto determina que “[...] a Escola de Música de Sergipe é um estabelecimento de ensino superior, reconhecida pelo Decreto nº [sic] que se destina a ministrar o ensino de música e reger-se-á aos seus trabalhos por este Regimento, pela Lei nº 4.024 de dezembro de 1961 e demais disposição legais pertinentes à matéria” (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 22 de janeiro de 1963, p. 1)²⁴.

De acordo com este Regimento, os cursos foram ministrados em dois ciclos com duração de até sete anos no primeiro ciclo e até três anos para o segundo ciclo. O primeiro ciclo teve os cursos de graduação (Curso de Instrumentista e Curso de Canto Coral) e o segundo ciclo os cursos diversos (Curso de Composição e Regência, Instrumentista, Canto de Concerto, Canto de ópera, Musicologia, Cena Lírica, Professor de Iniciação Musical, Professor de Educação Musical). A oferta também contemplava o Curso de Pós-graduação, Curso de Aperfeiçoamento, Curso de Especialização e Curso de Extensão. (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 22 de janeiro de 1963, p. 2).

Os Cursos de Instrumentistas compreendiam as ofertas dos Cursos de Piano, Violino, Viola, Violoncelo, Contrabaixo, Órgão, Harpa, Flauta, Oboé, Clarinete, Fagote, Trompa, Trompete, Trombone, Saxhorn, Saxofone, Acordeon, Violão, Tímpano. Instrumentos de Percussão e Acessórios (DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, 22 de janeiro de 1963, p. 2). O Regimento da Escola de Música de Sergipe (1962) destaca o ensino de instrumentos musicais, ampliando a oferta de cursos na área de performance instrumental. Na área do Canto, abriu-se outras possibilidades com a oferta para o Canto de Concerto, Canto de Ópera e a Cena Lírica.

Os cursos de formação docente propostos no Regimento da Escola de Música de Sergipe (1962) alinhavam as novas tendências de educação musical da década de 1960 que divergiam da proposta anterior de formação do professorado para o ensino de Canto Orfeônico nas escolas. Conforme Mateiro (2006, p.117), “[...] a educação musical brasileira nos anos 60 viveu tendências que ressaltavam a sensibilidade, criação e improvisação. Discute-se o que é

²⁴ No Decreto de número 717 não aparece o número do Decreto de Reconhecimento da Escola de Música de Sergipe (Decreto n. 701 de 14 de agosto de 1962).

sensibilizar e musicalizar e afirmam-se palavras-chave como Iniciação Musical, Musicalização, Arte-Educação, Sensibilização, Métodos”. O ensino de música volta-se para novas tendências que contemplam diferentes vivências na música, por meio da experimentação sonora (sentir, ouvir, tocar, dançar, cantar), do reconhecimento do corpo e da voz como fontes sonoras e de expressão e da criação musical.

As novas tendências tiveram influência de métodos tradicionais, também reconhecidos como métodos ativos de Educação Musical, difundidos na Europa pelos educadores Émile-Jacques Dalcroze, Edgard Willems, Zoltan Kodály, Carl Orff, Shiniki Suzuki, George Self, Brian John Paynter, Murray Schafer e Hans-Joachim Koellreutter. As propostas destes educadores e dos brasileiros Antônio de Sá Pereira, Liddy Chiafarelli Mignone, Gazzy de Sá consolidaram a proposta de Educação Musical para as escolas brasileiras e, conseqüentemente, para as escolas de música e Conservatórios a partir da década de 1960.

Apesar desta abertura a Educação Musical como área de conhecimento e das demais determinações e configurações pedagógicas pelo Regimento da Escola de Música de Sergipe, o curso de Graduação, Pós-Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização e de Extensão não foram implantados em sua totalidade, e a transição da nomenclatura da instituição ocorreu gradualmente.

As capas dos diários de classe de 1968²⁵ da instituição apresentam diferentes nomenclaturas quanto à denominação. Em alguns, há a inscrição manuscrita “Conservatório de Música de Sergipe”, o carimbo “Escola de Música de Sergipe”, enquanto outros contém em sua impressão o nome “Escola de Música”. Provavelmente, essa documentação foi restaurada por funcionários em anos posteriores.

Observamos que a transição do nome da instituição também é apresentada em trabalhos acadêmicos em datas diferentes. Para Nascimento (2003, p. 25) foi em meados de 1968 que o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe passou a ser chamado de Instituto de Música de Sergipe “[...] denotando assim a quebra dos paradigmas anteriores e sinalizando um novo futuro”. Santos (2004a, p. 27) menciona que a alteração tenha sido um pouco antes. “Em 1960, o IMCOSE passa a se chamar de Instituto de Música de Sergipe”. Já para Santos; Ferronato; Mecnas (2018, p. 10) “a promulgação da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 altera os objetivos e o nome da instituição de Instituto de Música e Canto Orfeônico para Instituto de Música”.

²⁵ Os diários de classe de 1961 a 1967 não foram localizados nos Arquivos do Conservatório de Música de Sergipe. Buscamos encontrá-los nos arquivos do Instituto Rui Barbosa, do Memorial Judiciário de Sergipe e no Arquivo Público, mas não localizamos em nenhum dos arquivos.

Conforme os Decretos analisados, de 1962 a 1971, a instituição foi denominada Escola de Música de Sergipe. Nesse período, aconteceu a primeira transição de local de funcionamento e da direção da escola. A primeira transferência da sede ocorreu das dependências do Instituto Pedagógico Rui Barbosa, na Praça Olímpio Campos para o prédio do Tribunal da Relação de Sergipe, localizado na esquina da Rua de Itaporanga com a Praça Olímpio Campos no Centro de Aracaju. É possível que o desmembramento do seu local de atuação tenha decorrido da nova legislação ou pela criação do novo prédio para sediar o Instituto Rui Barbosa, em 1957. A figura 8 apresenta a fachada do prédio do Instituto Rui Barbosa, primeira sede do Conservatório de Música de Sergipe:

Figura 8 - 1ª sede do Conservatório de Música de Sergipe (1950)



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca do IBGE (ID:11731 – Código de localidade: 280030²⁶)

O prédio onde atualmente funciona o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe-Palácio Silvio Romero foi a segunda sede do Conservatório de Música de Sergipe, até a construção da

²⁶ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=411731> Acesso em 11 set. 2023.

sede própria e sua transferência em 1971. A figura 9, trata-se de uma fotografia de 1931 do prédio que inicialmente foi erguido para servir de sede do Tribunal da Relação de Sergipe e posteriormente abrigou a Chefatura de Polícia, a Escola Theodoro Sampaio e foi local de Criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1912.

Figura 9 - 2ª sede do Conservatório de Música de Sergipe



Fonte: Album photographico de Aracaju. p. 21 (779.8141) – Loc. original: FOTOS-ARM.9.5.4(26) - Iconografia²⁷)

Em 1964, o Prof. Genaro Plech deixou a direção da Escola de Música de Sergipe devido a sua aposentadoria. (SANTOS, 2004a). No período de 1965 a 1966, a Instituição foi conduzida pelo Prof. Benjamim Sandino Guilherme Hohagem e, de 1966 a 1970, ficou sob a direção do professor Leozírio Guimarães²⁸.

²⁷ Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html> Acesso em 11 set. 2023.

²⁸ A respeito dos diretores da instituição, Andrade (2012) apresenta as biografias dos primeiros diretores da instituição: Genaro Plech (1945-1965), Leozírio Guimarães (1966-1970), Rivaldo Dantas (1971-1976 /1978-1993). O documento localizado no arquivo do Conservatório de Música de Sergipe intitulado “Exposição Documental do Conservatório de Música de Sergipe” cita a passagem de outros diretores entre 1945 a 1998, tais como o Prof. Benjamim Sandino Guilherme Hohagem (1965-1966), Prof. Valdyr Barreto dos Anjos (1970- 1971), Prof. José Augusto Santos (1976-1978), Profa. Nadja Nara Damaso Graça de Oliveira (1993-1998) e, a Profa. Ailda Lemos (1998-s/d) (CMSE, Exposição Documental do Conservatório de Música de Sergipe, 1994).

Sobre as primeiras ações na gestão do Prof. Leozírio Guimarães, Andrade (2012, p. 21) revela: “ao tomar posse como diretor, encontrou o Instituto em declínio com 70 alunos e uma frequência de 20. Apenas o ensino de piano e violino preenchiam o currículo da escola”. Para Nascimento (2003, p. 35),

[...] o professor Leosírio procurou dar uma nova perspectiva a escola ao afirmar que ‘ao chegarmos à escola, encontramos uma matrícula de 70 alunos com uma frequência de 30, sendo ministrado o ensino apenas de piano e violino. Fomos obrigados a recorrer a imprensa falada e escrita, divulgando para todo estado, que o Instituto de Música receberia alunos para a aprendizagem de todos os instrumentos de banda e orquestra’. Com isto as matrículas pularam dos poucos 70 era mais de 300 alunos por mês.

De acordo com as informações do Livro de Matrícula, conforme demonstra a tabela a seguir, em 1966 foram ofertados os cursos de Piano, Acordeon e Violino, totalizando 271 matriculados. O curso de Contrabaixo acústico é inserido em 1965, e em 1967, ocorreu a abertura dos cursos de violão, flauta, saxofone, clarinete, trompete e trombone, com a matrícula de 382 alunos. Em 1968, foram matriculados 427 alunos, com a abertura do curso de Viola, Violoncelo, Percussão, Oboé. Já em 1969, 432 matriculados e em 1970 teve o total de 399 discentes. A tabela a seguir apresenta o total de matrículas e ano de abertura dos novos cursos:

Tabela 1 - Total de matrícula (1961 a 1970)

Ano	Matrícula de alunos	Abertura de novos cursos
1961	164	-
1962	170	-
1963	170	-
1964	140	-
1965	193	Contrabaixo acústico
1966	271	-
1967	382	Violão, Saxofone, Trombone, Flauta, Clarinete,
1968	427	Viola, Violoncelo, Percussão, Oboé, Piston
1969	432	-
1970	399	-

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro de matrícula do CMSE

Apesar dos menores números de matrículas em 1964 e em 1970, percebemos o crescimento das matrículas de forma progressiva, principalmente pela inserção de cursos de instrumentos de orquestra e da banda de música a partir de 1967 (Saxofone, Trombone, Flauta,

Clarineta, Oboé, Piston, Contrabaixo acústico, Viola, Violoncelo e Percussão). A inserção destes instrumentos está relacionada as práticas musicais do diretor Leozírio Guimarães, de formação e regência de bandas de música em Sergipe. O prof. Leozírio Guimarães²⁹ (1916-2002), músico natural da cidade de Capela, foi professor de Canto Orfeônico na rede particular de Aracaju, fundou na década de 1960 a banda Hildete Falcão Baptista no Instituto Lourival Fontes, o Coral e banda feminina na Escola Normal. O número de matrícula por instrumento durante a sua gestão pode ser observado na tabela a seguir:

²⁹ A biografia do Prof. Leozírio Guimarães e as contribuições para a cultura musical podem ser consultada no trabalho acadêmico de Góes (2010), Santos (2008), Moreira (2007) e no livro de Andrade (2009).

Tabela 2 - Matrícula por curso (1961 a 1971)

Ano	Iniciação Musical		Fundamental Teórico				Piano	Acordeon	Violino	Outros Cursos	Total	
	Turma A	Turma B	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano						
1961	39	38	35	12	09	12	99	62	03	-	164	
1962	39	41	46	14	09	08	93	68	09	-	170	
Ano	Pré-graduação			Curso				Piano	Acordeon	Violino	Outros Cursos	Total
	Turma A	Turma B	Turma C	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano					
1963	26	23	26	13	16	08	08	106	55	09	-	170
1964	29	29	-	31	12	07	07	86	49	05	-	140
Ano	Pré-graduação			Fundamental Teórico				Piano	Acordeon	Violino	Outros Cursos	Total
	Turma A	Turma B	Turma C	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano					
1965	93	-	-	36	12	08	04	104	42	42	Contrabaixo Acústico (05)	193
1966	-	-	-	-	-	-	-	193	39	39	-	271
1967	-	-	-	-	-	-	-	207	99	29	Violão (40) Saxofone (01) Trombone (01) Flauta (01) Clarineta (04)	382
1968	-	-	-	-	-	-	-	198	84	29	Violão (40) Saxofone (03) Trombone (01) Flauta (01) Clarineta (06) Oboé (01) Piston (03) Contrabaixo Acústico (04) Viola (01) Violoncelo (01) Percussão (01)	427
1969	-	-	-	-	-	-	-	180	83	20	Violão (128) Saxofone (04) Trombone (01) Flauta (04) Clarineta (03) Piston (02) Contrabaixo Acústico (02) Violoncelo (01)	432
1970	-	-	-	-	-	-	-	186	77	26	Violão (98) Saxofone (04) Trombone (01) Flauta (01) Clarineta (04) Contrabaixo Acústico (02)	399

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro de matrícula do Conservatório de Música de Sergipe (2023).

É importante também ressaltar que no ano 1967, o curso de Violão foi inserido na Instituição, tendo como primeiro professor o violonista Prof. João Pires Argollo. Entre os anos de 1967 e 1970, os cursos com maior número de matrículas foram: Piano, Acordeon, Violão e Violino. Ao analisar as matrículas do ano de 1963 a 1965, percebemos diferentes nomenclaturas

dos cursos com a inserção do curso de Pré-graduação da Escola de Música de Sergipe e ausência do Curso Fundamental Teórico nos anos de 1963 a 1970.

Em 1970, o Prof. Leozírio relatou as ações de sua gestão em uma palestra no Seminário de Música. Na ocasião, relatou que contou com o apoio político do governador Sebastião Celso de Carvalho e do governador Lourival Baptista para o desenvolvimento das ações:

De início, organizamos uma equipe de trabalho com os professores. Procuramos, através dos órgãos publicitários, estimular o gosto pela aprendizagem da arte musical, saindo-se dessa maneira, da frequência de trinta alunos para trezentos. Elaboramos um regimento com base no Parecer nº 369/66, do Conselheiro Celso Kelly, colocando O Instituto na posição devida de 'Colégio de Música de Sergipe' e esboçamos uma 'Orquestra Sinfônica'. [...] Recebemos do seu governo grande apoio à nossa administração. Melhoramos o currículo, contratamos novos professores, aumentamos o número de aula de instrumentos. Organizamos festas artísticas, cujas rendas foram revertidas em bolsas de estudos para professores. Assim enviamos a Salvador um rapaz para estudar fagote, um para estudar oboé, um para contrabaixo e um para violoncelo. O nosso interesse era o de construir em Sergipe uma Orquestra Sinfônica com músicos da terra, sem importarmos normas que não se coadunam com a nossa realidade (GUIMARÃES, 1970, p. 24).

A ampliação do corpo docente e a formação dos professores em cursos de instrumento musical foram ações determinantes para as modificações pedagógicas e a criação de grupos musicais, a exemplo do Grupo de Câmara (1966), Orquestra Sinfônica (1966), Coral da Escola de Música de Sergipe (1969). A Orquestra formada pelo Prof. Leozírio é mencionada como Orquestra de Câmara de Sergipe, Orquestra Sinfônica do Instituto de Música, Orquestra Sinfônica de Sergipe, Orquestra de Concertos de Sergipe. Utilizaremos a denominação Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe a fim de relacionar à Instituição. Para Andrade (2009, p. 49),

A Orquestra Sinfônica foi oficialmente inaugurada no dia 17 de agosto de 1966 no Salão Nobre do Instituto de Música de Sergipe, ocasião em que apresentou sua primeira audição com 36 participantes. Essa Orquestra de que muito se orgulhada era formada de alunos e professores da casa.

Dentre os seus integrantes identificamos: Wolney Monte Santos (viola), Henrique Dias (violoncelo), Herbert Linhares (violino), Marilda Colares (piano), Nair Porto (violino), Anayde Marsillac (violino), Rivaldo Dantas (violoncelo), Waldir Barreto dos Anjos (contrabaixo acústico). A Orquestra tinha como repertório obras dos compositores alemães George Friedrich Haendel e Ludwig van Beethoven, compositores italianos Vincenzo Bellini e Giuseppe Verdi, e

dos compositores brasileiros Carlos Gomes e Waldemar Henrique (ANDRADE, 2009). A respeito das atividades pedagógicas implantadas Andrade (2012, p. 21) revela que

[...] o Coral do Instituto também foi reabilitado. Com esforço, entusiasmo e apoio do então governador Celso de Carvalho e do Secretário de Educação e Cultura Dr. Manoel Cabral Machado, funda-se no Instituto a Orquestra Sinfônica, uma velha aspiração do Prof. Leosírio. No final de 1966, o número de aluno subira para 417. Outros professores assumiram as diversas cadeiras e o Instituto cresceu. Conseguiu enviar alguns professores para realizarem pequenos cursos de instrumento musical na Bahia e juntando alunos e professores do Instituto e músicos amigos seus, que participavam da orquestra de sua escola particular. Iniciou com 33 componentes, a primeira Orquestra Sinfônica em Sergipe.

A imagem abaixo demonstra uma apresentação da Orquestra Sinfônica e do Coral da Escola de Música de Sergipe sob a regência do Prof. Leozírio Guimarães na solenidade de posse do 1º reitor da Universidade Federal de Sergipe, em 15 de maio de 1968, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Figura 10 - Orquestra Sinfônica e Coral da Escola de Música de Sergipe (1968)



Fonte: Memorial de Sergipe/UNIT (2023).

Percebemos que o Coral é formado em sua maioria por jovens do gênero feminino. O traje é similar ao que foi utilizado na formatura da turma de 1952 do IMCOSE (símbolo no bolso, camisa de mangas longas e gravata). Ainda que não seja possível visualizar toda a Orquestra, identificamos um número maior de músicos na família das cordas nesta formação. A figura 11 retrata uma apresentação da Orquestra no Teatro Atheneu em 1970, porém não há dados sobre o evento. Percebemos a Orquestra com um maior número de integrantes e a presença de outros instrumentos (violoncelo, piano, contrabaixo acústico, piano).

Figura 11 - Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe (1970)



Fonte: Memorial de Sergipe/UNIT (2023).

De acordo com Andrade (2009), a Orquestra Sinfônica participou de diversas solenidades, tais como: Formatura de Medicina (1966), a instalação da Universidade Federal de Sergipe (1967), a posse do primeiro reitor da UFS (1968), o banquete em que o Governador do Estado Sebastião Celso de Carvalho homenageou o Bispo Auxiliar de Aracaju D. Luciano

Duarte (1966), e na posse do governador Lourival Baptista (1967). Identificamos no decorrer da pesquisa apresentações da Orquestra Sinfônica, as quais são apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 5 - Apresentações da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe (1966-1970)

Data	Evento
02/10/1966	Apresentação da Orquestra no Palácio do Governo - Sagração de Dom Luciano Cabral Duarte como bispo auxiliar de Aracaju
16/12/1966	Solenidade da primeira formatura de médicos da Faculdade de Medicina de Sergipe
31/01/1967	Cerimônia de posse como governador do Estado do Dr. Lourival Baptista
31/01/1967	Cerimônia de posse como governador da Universidade Federal de Sergipe e posse do reitor e vice-reitores
15/05/1968	Apresentação da Orquestra Sinfônica na solenidade da instalação da Universidade Federal de Sergipe e posse do 1º Reitor sob a regência do Maestro Leozírio Guimarães no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
1969	Apresentação do Grupo de Câmera na Catedral Metropolitana de Aracaju sob a regência de Leozírio Guimarães
1970	Apresentação da Orquestra Sinfônica no Teatro Atheneu

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2023) a partir da obra de Andrade (2012), do Diário Oficial de Sergipe (1961) e Jornal Correio de Aracaju (1961).

As participações da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe em eventos religiosos e solenidades demonstram a representatividade conferida a Instituição nesse período e que os objetivos de ampliação dos cursos e de criação da Orquestra do Prof. Leozírio foram alcançados.

3.2 NOVA SEDE E NOVOS CURSOS DO CMSE

Em novembro de 1969, sob a direção de Leozírio Guimarães e no governo estadual de Lourival Baptista, foi iniciada a construção do prédio para o ensino de música da Escola de Música. Sobre a iniciativa para construção da sede própria, Guimarães (1970, p. 26) relatou:

[...] organizamos uma homenagem ao Governador, Lourival Baptista. No momento, a matrícula Escola já era de quatrocentos alunos e a Orquestra contava com trinta figurantes. O governador notou a falta de espaço ao prédio. Dissemos-lhe que os alunos não puderam participar da festa por falta de acomodação. Prometeu, em atendimento ao nosso pedido, melhorar as condições do prédio. O Dr. Lourival Baptista compreendendo a situação, ao invés de melhorar o velho prédio, resolveu construir um edifício equipando-o com o que existe de melhor e mais moderno no momento. Atualmente, o prédio da Escola está sendo levantado à rua Boquim. A Escola de Música registra quinhentos alunos, um coral em plena ascensão e a Orquestra Sinfônica com quarenta e quatro componentes.

A construção do prédio da instituição finalizou em dezembro de 1970, porém as atividades pedagógicas iniciaram somente a partir de 14 de março de 1971, quando foi inaugurado com a nova denominação Conservatório de Música de Sergipe e passou a funcionar no prédio destinado às suas atividades, localizado à rua Boquim, 313, na gestão do Governador João Andrade Garcez e do Secretário de Educação e Cultura, Nestor Piva. Conforme Nascimento (2003, p. 36), “o professor Leosírio não teve oportunidade de ficar à frente da instituição até a inauguração de sua sede definitiva, pois em 1970 assumiu a direção do instituto o Prof. José Waldyr B. dos Anjos que permaneceu no cargo até 1971”.

Dentre as ações do Prof. Valdir Barreto dos Anjos (19? - 2023) estão a elaboração de novos cursos para a Nova Escola de Música (curso infantil, curso de instrumentista para nível primário, curso preparatório, curso de instrumentista, curso de formação de professores de educação musical) e a realização em fevereiro de 1971 do primeiro Curso de atualização para professores de música do Ensino Médio do Estado com os professores da Universidade Católica e Universidade Federal da Bahia Juarez Johson (Violoncelo e Contrabaixo acústico), Lia Hallseman (Teoria e Didática), Maria de Lourdes Izabó (Didática de ensino de piano) e Lúcia Mascarenhas (Didática de Teoria, Ritmo, Solfejo e Elementos da Harmonia). Durante a gestão do diretor Valdyr Anjos a Orquestra de Câmara da Escola de Música realizou diversas apresentações sob a regência do Professor Rivaldo Dantas e de regentes convidados (Gazeta de Sergipe, 10 de março de 1971; Diário de Aracaju, 12 de fevereiro de 1971).

A inauguração da sede própria foi divulgada nos jornais locais como “Inauguração da Nova Escola de Música”. Observamos que o termo “novo” e “reestruturação” estavam presentes nas publicações imprimindo um caráter de modernidade. Em uma das publicações foi destacada o processo de transferência e de aquisição de equipamentos, como pode ser vista na imagem a seguir:

Figura 12 - Recorte sobre a inauguração da sede própria (1971)

Escola de Música será inaugurada dia 14

Com vasta programação será inaugurada no dia quatorze do mês em curso, a nova Escola de Música do Estado que fica situada na Rua de Buquim com Santa Luzia. Para tanto já foi elaborada a programação pela Diretoria da Escola, que constará do seguinte: Corte da fita simbólica pelo Governador do Estado, bênção litúrgica pelo Padre Arnóbio, palavra do Diretor da Escola, palavra de um professor representando o corpo docente, como também o Governador João André Garcez, juntamente com o Secretário de Educação, Prof. Nestor Piva o Governador eleito Paulo Barreto falarão durante a inauguração do novo Estabelecimento de Ensino. Logo após será feito uma visita às dependências do prédio e a orquestra sinfônica da Escola encerrará a programação solene, dando por inaugurada a Escola de Música.

TRANSFERENCIA

Já no dia de hoje será feito a realização da transferência da Escola para o novo prédio. Segundo informações prestadas a reportagem de 'GAZETA DE SERGIPE', pelo diretor do Estabelecimento Sr. Valdir Barros, a nova Escola terá ser quase que totalmente equipada, pois quando do seu funcionamento no antigo prédio, os móveis ficaram estragados devido ao longo tempo de uso.

Também hoje será enviado uma relação de material para a Secretaria de Educação que se encarregará de adquiri-los em curto espaço de tempo devido a proximidade da inauguração do prédio que funcionará a nova Escola de Música.

JOSÉ AUGUSTO LOBAO
JOLINDA MARIA DE CARVALHO
ADVOGADOS
ESCRITÓRIO: RUA LARANJEIRAS 515 —
1º AND. S/ 103
ARACAJU — SERGIPE

Fonte: Gazeta de Sergipe (10 de agosto de 1971, p. 4).

Na edição de 14 de março de 1971 do Jornal Diário de Aracaju foi publicado o programa do concerto e detalhes quanto a organização da inauguração, conforme a figura a seguir:

Figura 13 - Recorte sobre programa da inauguração

Nova Escola de Música de Sergipe vai ser inaugurada hoje às 20:30hs

Hoje dia 14, às 20:30 horas, estará sendo inaugurada a NOVA ESCOLA DE MÚSICA DE SERGIPE, que vem sendo reestruturada em todos os seus setores de atividades, quer sejam administrativas, quer sejam artísticas. Para a inauguração da Nova Escola, no próximo domingo, o atual diretor, Professor José Valdir Barreto dos Anjos, recebe na última quinta-feira, os professores no sentido de escolher as comissões encarregadas de preparar o programa de atividades. Ficou constituída as comissões dos seguintes professores e funcionários da Escola. CONVITES: Genivaldo Moreira (coordenador), José Valdir Barreto dos Anjos (assistente), Bernadete Cordeira, Anayde Marinho, Antonio Carlos Flech, Rivaldo Dantas, Zoticó Guimarães; RECEPÇÃO / PROGRAMAÇÃO: João Pires Argôlo (coordenador), Djaldino Mota Moreno (assistente), José Maria do Nascimento, Tânia Maria Barros, Antonio Alvino Nair Ribeiro Porto; FESTIVIDADES: Zenilde Melo Dias (coordenadora), Lúcia Ferreira da Cruz (assistente), Paulo César Prado, Maria Olívia Silveira, Beatriz Odá Vasconcelos, Genésio Souza e Alfeu Meneses.

PROGRAMA DE INAUGURAÇÃO

— O programa a ser cumprido no próximo dia 14, está assim elaborado: Corte da Fita Simbólica, pelo Governador do Estado, Bênção Litúrgica, pelo padre Arnóbio Patrício de Melo, Palavras do diretor do Estabelecimento, do representante do corpo docente, do Dr. Nestor Piva, titular da Pasta da Educação e Cultura, Governador João André Garcez, Futuro Governador, Paulo Barreto de Menezes, entre muitas personalidades do mundo artístico, cultural e educacional do Estado. Em seguida será feita uma visita às dependências da Nova Escola e servido um lanche. O encerramento será realizado com um concerto da Orquestra de Câmara de Sergipe, regida pelo maestro convidado Juarez Johnson. Para maior brilhantismo e virtuosismo na apresentação da Orquestra, virão de Salvador, dois concertistas violinistas, a saber: Anísio José Façanha, Leopoldo Nogueira e o barítono, Marcos Wunder. O programa, a ser executado pela Orquestra conta músicas de MOZART, HAYDN, BACH entre outros. A comissão encarregada do programa, elabora um catálogo onde constará, histórico da Escola, que completou vinte e cinco anos em novembro passado, 1ª turma de canceladas, homenageadas, com concertos da Orquestra, programa biografias dos compositores. Cartões e convites estão sendo confeccionados em azul, cor que simboliza a música.



AFRENDA INGLÊS E O MUNDO LÍBRE
PROPORCIONARÁ UM NOVO FITO
ESTUDOS TURISMO, BOLAS E
MELHORES EMPREGOS SERÃO MAIS
FÁCEIS
CURSO ESPECIAL PARA CRIANÇAS
Av. Barão de Maroim, 436
MATRICULE-SE E GANHE UM L.P.

MTPS — INPS
COORDENAÇÃO DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
AVISO AS EMPRESAS

Comunicamos que no dia 31 de março corrente, de acordo com o artigo 26º da Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no 3.623, de 27 de novembro de 1970, tem sido o prazo concedido às empresas número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes para aplicação de carimbo indicador da razão social e do (CGC), em todas as Guias de Recolhimento (GR), sem prejuízo da anotação nesses documentos do atual código de matrícula no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Convidamos as empresas, para as diligências supra, aquelas que tenham como 11º algarismo em seus códigos de matrícula, um dos seguintes números: 0 — 1 — 2 — 7 ou 9.

O não atendimento do estabelecido acima implicará no não recebimento das Guias de Recolhimento (GR), a partir de abril de 1971, ficando as empresas sujeitas às penalidades legais.

OSVALDO DE ANDRADE
 Coordenador de Arrecação e Fiscalização

Visto:
 José Raimundo de Almeida
 Superintendente-Adjunto em Exercício
 Ref.: memo 01-90.20/145, de 1º-3-71.

Fonte: Diário de Aracaju (13 de agosto de 1971, p. 4).

O projeto da sede foi de autoria do arquiteto baiano Jader Tavares e a realização da Construtora Otto Schaeppi S/A – Engenharia Indústria e Comércio. A figura 13 apresenta a fotografia que consta na biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo o Portal, há a seguinte inscrição na foto: Conservatório de Música, recém-inaugurado. Aracaju, março/1971. A imagem abaixo retrata a nova sede no ano de inauguração:

Figura 14 - Sede do Conservatório de Música de Sergipe (1971)



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca do IBGE (ID:40719 – Código de localidade: 2800308³⁰).

Em abril de 1971, o professor Rivaldo Dantas foi nomeado pelo Secretário da Educação e Cultura, Marcos Pinheiro, para assumir a direção do CMSE e teve como incumbência de “[...] adequar o Conservatório de Música a nova LDB 5.692/71 que chegava com novas concepções” (NASCIMENTO, 2003, p. 37).

³⁰ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440719>
Acesso em 15 maio 2023.

O maestro Rivaldo Dantas (1941-2021), natural da cidade de Maruim, foi aluno de violino do IMCOSE e posteriormente foi professor da Escola de Música de Sergipe. Na juventude participou da Orquestra Sinfônica da Guanabara, da Filarmônicas da Escola Nacional de Música e da Orquestra Juvenil do Teatro Municipal, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1967, retornou a Sergipe e, desde então, atuou com regência coral de bandas e fanfarras em Sergipe. A expansão dos cursos e práticas instrumentais coletivas iniciadas na gestão de Leozírio Guimarães, tiveram continuidade na gestão do Maestro Rivaldo Dantas, responsável por impulsionar as atividades instrumentais na Instituição e a implantação dos Cursos Técnicos Profissionalizantes no Conservatório de Música de Sergipe.

A promulgação da LDB nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. A lei mencionada tornou obrigatória a inclusão de Educação Artística no currículo nas escolas de 1º e 2º Graus, e dispôs sobre as habilitações profissionais em nível do 2º grau. O ensino de música e canto orfeônico não foram mencionados em seu texto, mas foi a partir dela que as escolas de música passaram a adequar os cursos técnicos profissionalizantes, e o Conselho Federal de Educação por meio do Parecer nº 1284 de 1973 instituiu o Curso Superior de Licenciatura em Educação Artística. A respeito do ensino de música nos estabelecimentos de ensino brasileiro, Nascimento (2003, p. 28) afirma que

[...] ensino de música vai existir no Brasil somente a nível técnico no segundo grau, embora algumas escolas possuíssem cursos que estavam ligados ao ensino de 1º grau, mas que existiam com a finalidade de proporcionar uma iniciação musical ou como em algumas instituições de ensino, uma sondagem vocacional, para logo em seguida ingressar no técnico profissionalizante. Como exemplo disto temos o Conservatório de Música do Rio de Janeiro e o Conservatório de Música de Sergipe.

Para se adequar à nova legislação, o CMSE regulamentou e reconheceu seus cursos junto ao Conselho Estadual de Educação fazendo alterações quanto a duração do curso e carga horária mínima. Sobre este processo, Nascimento (2003, p. 20) destaca que “[...] diante deste novo quadro muitas instituições musicais sofreram para se adequar, pois tudo isso simbolizava uma quebra de paradigmas passados e proporcionava o vislumbre de um futuro novo e que seguramente traria pontos positivos e negativos”.

Conforme o livro de matrícula do Conservatório de Música de Sergipe (1971), entre 1971 e 1973 foram ofertados os Cursos Preparatórios, Curso de Iniciação Musical (sem caráter profissionalizante), Curso Fundamental. A primeira turma do Curso Técnico surge em 1973

com a matrícula de 11 estudantes. Sobre as atividades desse período, Andrade (2012, p. 30) relata:

No curso Profissionalizante, eram ministradas aulas de todos os instrumentos da banda e orquestra a saber: violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta, clarineta, saxofone, trompete, trombone, bombardino, tuba, oboé, fagote, tímpanos, bateria, trompa de harmonia, piano, violão e orquestra para 700 alunos. Muitos não conseguiam entrar por falta de docentes, levando-se em conta que os instrumentos mais procurados eram o Piano e Violão. (O sistema de aprendizado era individualizado).

Portanto, as atividades naquele período distanciaram das anteriores pela ênfase no ensino de instrumentos de orquestra, definição de novas metodologias de ensino e pela concepção de curso profissionalizante que vão ser consolidados alguns anos depois de acordo com nova legislação educacional brasileira.

As alterações pedagógicas na instituição refletiram os princípios estabelecidos na educação brasileira daquela década, marcada por reforma educacional do ensino com ênfase no desenvolvimento econômico e na qualificação para o mercado de trabalho. Conforme enfatiza Andrade (2012, p. 30), o “[...] Conservatório preparava alunos para atingirem o Profissional através do Curso Preparatório. Atendia também a área infantil através do Curso de Iniciação Musical para a faixa dos 05 aos 09 anos de idade”.

O Parecer nº 45/72 do Conselho Federal de Educação, instituiu em nível de 2º grau, a habilitação profissional de Técnico Musical com os conteúdos mínimos, habilitações e carga horária. Também registrou a dificuldade para expedição e registros da disciplina, e considerou o funcionamento das escolas de música, inclusive conservatórios, como “legalmente indefinida”. Para tanto, em seu texto traz que “[...] não são cursos amparados pelo sistema de ensino, porque não se enquadram nem entre os do 1º, nem os de 2º graus, e não podem ser tidos como tipicamente livres, são alguns deles mantidos pelo Poder público e, por conseguinte, sujeitos a leis e regulamentos específicos” (BRASIL, 1972, p. 30).

Conforme o Parecer nº 45 de 1972 (BRASIL, 1972), a nomenclatura adotada da época foi o Curso Técnico em Instrumentista Musical, com as matérias: história da música, harmonia, estética, canto coral, folclore musical, instrumento e prática de orquestra. Na Resolução anexa ao documento citado, ficou definido que

[...] caberá aos estabelecimentos expedir os diplomas ou certificados correspondentes às habilitações profissionais de todo o ensino de 2º grau, ou de parte deste. Parágrafo único – Para que tenham validade nacional, os

diplomas e certificados relativos às habilitações profissionais devem ser registrados em órgão local do Ministério da Educação e Cultura.

Somente em 1978, por meio da Resolução Estadual de nº 111/ de 1978 com base no Parecer do Conselho Federal de Educação de nº 1.299 de 19/73 foi que o CMSE obteve a autorização de funcionamento das habilitações profissionais de Técnico em Música nas modalidades de Técnico em Instrumento e Técnico em Canto, a nível de 2º grau, ministrada pelo Conservatório de Música de Sergipe. A Resolução convalidava os estudos dos alunos que concluíram em 1975 e, a partir de 1978, tornou-se a única instituição de ensino regulamentada a ministrar cursos de música em nível técnico em Sergipe. Nascimento (2003, p. 37) relatou a trajetória da primeira autorização de funcionamento dos Cursos Técnicos:

Em 1977 foi pedido a Secretaria de Educação o envio de um novo ofício nos moldes do ofício enviado em 1975. Este novo processo só foi julgado e teve sua aprovação em 29 de dezembro de 1979 por meio do parecer nº 11146/78. Em virtude da longa trajetória desenvolvida por este pedido de autorização, neste intervalo de tempo, o CEE emitiu a resolução nº 111/78 que concedia a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Música de caráter provisório em quanto (sic) se processava o julgamento.

O reconhecimento dos Cursos Técnicos no CMSE aconteceu oito anos após a LDB 5.692 de 19/71 e as primeiras expedições de Diploma de Conclusão do Curso Técnico Profissionalizante somente a partir de 1994.

3.3 GRUPOS ARTÍSTICOS E AS APRESENTAÇÕES MUSICAIS

As práticas coletivas da disciplina Prática de Conjunto na década de 1970, contribuíram diretamente para a formação de grupos artísticos de caráter profissional no CMSE. Identificamos a criação dos seguintes grupos no período estudado: Madrigal de Sergipe (1971), Trio Villa-Lobos (1972), Quinteto de Sergipe (1973), a Banda Interescolar da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe – SECBANDA (1976), Orquestra de Câmara de Sergipe (1979). As ações de criar os grupos artísticos na gestão do Prof. Rivaldo Dantas são destacadas por Andrade (2012, p. 30):

O Prof. Rivaldo Dantas fundou a época no Conservatório de Música de Sergipe a Orquestra Sinfônica de Sergipe com os remanescentes da Orquestra Sinfônica da Casa. A Orquestra Sinfônica era formada por professores, alunos e alguns músicos da Bahia que aqui davam aula nos finais de semana e participavam da Orquestra. Produziu vários concertos em teatros da cidade.

É possível que a Orquestra de Câmara reestruturada pelo Maestro Rivaldo Dantas, em meados de 1979, tenha absorvido parte dos integrantes da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe e tenha contribuído para a formação da Orquestra Sinfônica de Sergipe (1985). A Orquestra Sinfônica de Sergipe, instituída em 10 de maio de 1985 pelo Decreto n. 6.939, vinculou-se à Fundação Estadual de Cultura – FUNDESC com participações de professores Conservatório de Música de Sergipe e instrumentistas advindos de outras cidades, tendo como primeiro maestro, Rivaldo Dantas (GOÉS, 2006).

A Orquestra de Câmara de Sergipe atuou na cena cultural sergipana com apresentações no Conservatório de Música e em locais externos, como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 15 - Informativo da Orquestra de Câmara de Sergipe

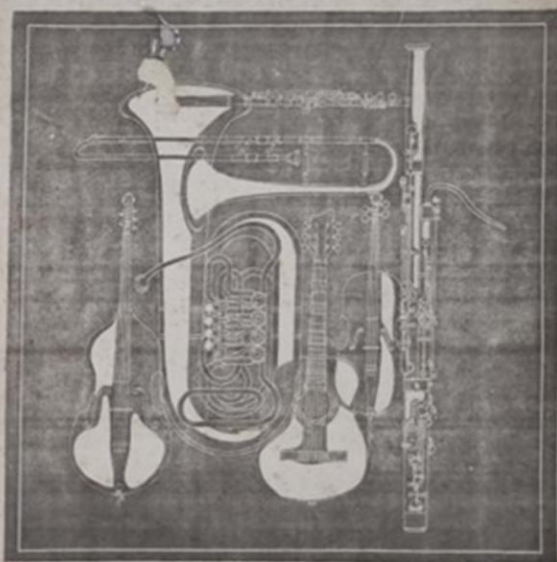
O QUE É O "CONSERVATÓRIO DE MÚSICA ?"

O Conservatório de Música de Sergipe, criado por Decreto nº 840 de 28/11/45, é um estabelecimento escolar da rede oficial de ensino, ligado à Secretaria de Educação e Cultura. É a única instituição de ensino e preparo musical legalmente autorizada a ministrá-los Cursos de Música no Estado, conforme Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 111/78 de 29/12/78. A formação de Técnicos em Música, principalmente instrumentistas, se faz de acordo com o Parecer nº 1299/73 do Conselho Federal de Educação.

A nível profissional, oferece as habilitações de Técnico em Canto e Instrumento, nesta última vem ministrando o ensino do Piano, Violão, Flauta, Fagote, Trompa, Oboé, Saxofone, Trompete, Trombone, Bombardino, Tuba, Órgão Eletrônico, Clarineta, Violino, Viola, Violoncelo, Contrabaixo e Outros. A nível de preparo musical para o 2º grau, o Conservatório vem oferecendo à sua clientela, os Cursos Preparatório e Iniciação Musical, sendo este último destinado à musicalização de crianças na faixa etária de 6 aos 9 anos.

Como organismo de Prática Musical, destaca-se o Coral e a Orquestra de Câmara. A Orquestra além de ser um componente curricular de importância no ensino do 2º grau, veio preencher uma lacuna cultural no cenário artístico de Sergipe, dado as boas apresentações que tem realizado, bem como pela seriedade de trabalho que os seus componentes têm instado no sentido de oferecer o melhor nível possível. Vale ressaltar que a Orquestra foi estruturada em meados de 79, pelo Governo do Estado através do Secretário de Educação e Cultura, Deputado Federal Dr. Antonio Carlos Valadares.

**CONSERVATÓRIO DE
MÚSICA DE SERGIPE**



**ORQUESTRA DE CAMARA
DE SERGIPE**

APRESENTAÇÕES DA ORQUESTRA EM 1980

30/06/80	Encerramento do I Período letivo do CMS
30/08/80	Concerto pela Sociedade de Cultura Artística e Subsecretaria de Arte e Cultura
15/09/80	Concerto Didático na Escola de I e II graus Tobias Barreto
04/10/80	II Encontro Cultural de Estância
26/10/80	Concerto - IX FASC - Festival de Arte de S. Cristovão-Concerto com Coral ACES-Projeto José Mauricio (MEC/INM/FUNARTE)
26/10/80	Concerto - IX FASC-UFSE
15/11/80	Abertura da Exposição Eurico Luiz
17/11/80	Concerto Didático-Instituto de Educação Rui Barbosa
28/11/80	Encerramento do Ano Letivo (Aniversário do Conservatório de Música de Sergipe)
06/12/80	Apresentação no 28º BC-Programação de Natal
22/12/80	Concerto Didático-RPNE/PETROBRAS
22/12/80	Apresentação com Coral ACES-Projeto ELOS/UFSE
23/12/80	Apresentação na Secretaria da Educação e Cultura - Programação natalina.
23/12/80	Apresentação com o Coral ACES no Calçadão (Subsecretaria de Cultura e Arte e Prefeitura Municipal de Aracaju)

ORQUESTRA DE CAMARA DE SERGIPE

Regente:	RIVALDO DANTAS
Piano:	PAULO CESAR PRADO ANDRADE
Violinos:	ANAYDE DE MARSILLAC FONTES GOES NEYDE MARIA DOS SANTOS SILVA PAULINA DE BARROS GUMARÃES RUTH KARIN KUEHN DA VEIGA VÂNIA SOUZA FERREIRA
Viola:	ROBERTO QUINTELLA URPIA
Violoncelo:	JOSÉ HENRIQUE DIAS DOS SANTOS
Contrabaixos:	JOSÉ VALDIR BARRETO DOS ANJOS PEDRO ALVES DA SILVA
Oboé:	LUIZ MOREIRA
Fagote:	FRANCISCO DE ASSIS SOUZA
Flauta:	AILDA SANTOS LIMA
Clarinetas:	JÓRGE COSTA SILVA IRALDO JOSÉ SANTOS (1)
Trompa:	WERNER ZENNER
Sax-Alto:	JOSÉ ALMER LEÃO DE AQUINO (1)
Trombones:	JOSÉ AELMO GOMES DOS SANTOS (1) JOSÉ EDNO GOMES DOS SANTOS (1)
Percussão:	DÁRIA MARIA DE MELO SANTOS (1)

(1) Participação especial.

Fonte: Memorial de Sergipe/UNIT (2023).

Destacamos o último parágrafo do informativo, que revela a importância do grupo como disciplina, bem como para o cenário local, destacando como as práticas coletivas foram determinantes para a formação dos grupos artísticos do CMSE. A relação dos integrantes da Orquestra e seus respectivos instrumentos revela a participação de integrantes da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe, tais como José Henrique Dias dos Santos, Anayde Marsillac Fontes Góes, Waldir Barreto dos Anjos. Listamos os principais grupos artísticos do CMSE e seus integrantes:

Quadro 6 - Grupos Artísticos (1966-1979)

Grupo	Fundadores e Integrantes
Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe (1966)	Criada por Leozírio Guimarães. Formada por professores, alunos e profissionais em música. Wolney Monte Santos (viola), Henrique Dias (violoncelo), Herbert Linhares (violino), Marilda Colares (piano), Nair Porto (violino), Anayde Marsillac (violino), Rivaldo Dantas (violoncelo), Waldir Barreto dos Anjos (contrabaixo acústico).
Coral da Escola de Música de Sergipe (1969)	Criada por Leozírio Guimarães.
Madrigal de Sergipe (1971)	Criado pelo Prof. Paulo César Prado
Orquestra de Câmara de Sergipe (1971)	Formada por Juvenal Vieira (violino), José Rabelo Monteiro (violino), Anayde de Marsillac Fontes Góes (violino), Paulina de Barros Guimarães (violino), Herbert Linhares (violino), Wolney Siqueira (viola), Nair Porto (viola), Tania Santos (viola), José Henrique (violoncelo), Emanuel Barreto dos Anjos (violoncelo), Rivaldo Dantas (violoncelo), José Valdir Barreto dos Anjos (Contrabaixo)
Trio Villa-Lobos (1972)	Criado pelos alunos Herbert Linhares Junior (violino), Wolney Siqueira Monte Santo (viola), José Henrique dos Santos (violoncelo)
Quinteto de Sergipe (1973)	Patrocinado pela Universidade Federal de Sergipe. Formado pelos alunos Herbert Linhares Junior (violino), Ellen Fisse (flauta), Kathben Lydia White (flauta), Wolney Monte Santo (viola), Antônio Alvino Argolo (guitarra) e José Henrique (violoncelo)
Orquestra de Câmara de Sergipe (1979)	Criada por Rivaldo Dantas. Formada por Paulo César Prado Andrade (piano), Anayde de Marsillac Fontes Góes (violino), Neyde Maria dos Santos Silva (violino), Paulina de Barros Guimarães (violino), Ruth Karin Kuehn da Veiga, Vânia Souza Ferreira (violino), Roberto Quintella Urpia (Viola), José Henrique Dias dos Santos (violoncelo), José Valdir Barreto dos Anjos, Pedro Alves da Silva (Contrabaixos), Luiz Moreira (Oboé), Francisco de Assis Souza (fagote), Ailda Santos Lima (flauta), Jorge Costa Silva, Iraldo José Santos (Clarineta), Werner Zenner (trompa), José Almir Leão de Aquino (sax alto), José Aelmo Gomes dos Santos (trombone), José Edno Gomes dos Santos (trombone), Dária Maria de Melos Santos (percussão), Rivaldo Dantas (regente).

Fonte: Elaborado pela autora com base no documento Exposição Documental do Conservatório de Música de Sergipe (2023); Jornal Diário de Aracaju 1971, 16 de fevereiro de 1971).

Dentre os grupos listados, destacamos o Conjunto Musical Quinteto de Sergipe e Trio Villa-Lobos formada por alunos e professores do CMSE com participações em eventos da Instituição e no Festival de Artes de São Cristóvão na década de 1970.

Durante a primeira gestão do Prof. Rivaldo Dantas no CMSE, o Conservatório de Música de Sergipe abrigou em sua sede a Banda Interescolar da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SECBANDA), criada em 7 de setembro de 1976, por meio da Portaria nº 287/76 no governo de José Rollemberg Leite, sendo secretário Everaldo Aragão Prado, vinculada à Secretaria de Educação. No geral, o objetivo era proporcionar à juventude estudantil um treinamento cívico aliado ao lazer cultural preparando jovens para o ingresso na vida profissional por meio de instrumento musical com apresentações em desfiles cívicos, solenidades, retretas, recepções e apresentações didáticas.

O prof. Rivaldo Dantas conduziu a SECBANDA por mais de 20 anos. As práticas incentivavam a formação de trompetistas e demais instrumentistas, pois os professores eram contratados para lecionar no CMSE e atuavam na Orquestra de concerto, e os alunos do CMSE participavam da SECBANDA.

As ações dos grupos artísticos, nesta década, caracterizam a formação de músicos, cantores para o mercado profissional da música seja como integrantes de uma Orquestra Sinfônica, de uma Banda Interescolar ou de forma autônoma, a exemplo, o Trio Villa-Lobos. Assim, consideramos que as práticas do CMSE, entre 1961 e 1979, demonstram contribuições significativas no campo da educação e do mercado profissional da música.

4 CODA

Por vezes, a seção conclusiva de uma música remete ao seu tema principal ou finaliza de forma imponente destacando alguns timbres, andamento ou instrumentação. Em analogia à música, nomeamos as considerações deste trabalho como *Coda* – termo musical utilizado para indicar o final de um trecho musical ou da música, e faremos o *D.C. al Coda (Da Capo al Coda)*, ou seja, uma reexposição do início ao fim.

A investigação teve como objetivo central analisar a criação e as práticas educativas adotadas pelo Conservatório de Música de Sergipe, a partir da extinção da disciplina de Canto Orfeônico — pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4.024/61, no período de 1961 a 1979. Como objetivos específicos, buscamos apreender sobre as práticas do Canto Orfeônico nas instituições escolares sergipanas e identificar as relações estabelecidas entre as práticas educativas e as alterações pedagógicas no CMSE, no período de estudo.

Para alcançar os objetivos propostos, buscamos compreender alguns antecedentes históricos ao período investigado, tais como: as primeiras práticas musicais nas escolas sergipanas, o Projeto de Canto Orfeônico em Sergipe, o ensino da disciplina Canto Orfeônico e a fundação do CMSE relacionada às práticas de canto orfeônico e sua instituição como disciplina obrigatória em todo Brasil. Em Sergipe, culmina em ações de formação docente, promoção de apresentações musicais públicas e a fundação do CMSE em 1945, com o objetivo de formação professores de Canto Orfeônico para atuação nas escolas.

Recorremos as fontes documentais diversas, tendo como principal fonte o Livro de Matrícula de 1961 a 1979. No processo, foram analisados Jornais, Leis, Decretos, Regimentos, Diários de Classe, Placas comemorativas e buscamos também registros fotográficos das atividades. Alguns documentos não foram encontrados, tais como: atas, diários de classe (1945-1967) e histórico da instituição. Por isso, o maior desafio foi compreender os fatos e sua trajetória, preenchendo algumas lacunas quando aos dados sobre as modificações de denominações da instituição, mudança de local de funcionamento, ampliação dos cursos e criação dos grupos artísticos, até então, apresentados de forma contraditórias e imprecisas em outras pesquisas.

À luz das produções acadêmicas, identificamos os anseios da sociedade sergipana pela criação de uma instituição de ensino de música, as contradições curriculares quanto a sua proposta inicial e a organização pedagógica dos primeiros cursos. Após analisar o edital e os primeiros exames de admissão da Instituição, revelamos que a primeira turma formada do Curso de Especialização foi formada por mulheres, sendo o curso de piano o que teve maior número

de classificados, e a oferta dos Cursos Fundamentais de Piano e Violino. Assim, contribuímos para a historiografia do CMSE ao confirmar com base na pesquisa documental que o primeiro corpo docente teve sua base predominantemente feminina, e seu corpo discente em sua maioria foi formada por mulheres.

Esta pesquisa também revelou de forma inédita a realização do Curso de Férias como primeira prática educativa do Conservatório de Música de Sergipe. Suas atividades iniciaram ainda em seu primeiro ano de atividade, em dezembro de 1945. Identificamos ainda, as primeiras apresentações musicais do CMSE, destacando a representatividade da Instituição na cena cultural e política sergipana, por meio das apresentações em celebrações religiosas, eventos cívicos e solenidades.

Chegamos ao entendimento de que o Conservatório de Música de Sergipe foi criado com a denominação Instituto de Música e Canto Orfeônico em Sergipe (IMCOSE), por meio do Decreto nº 840 de 28 de novembro de 1945, sancionado pelo Interventor Hunald Santaflor Cardoso, e subordinado ao Departamento de Educação do Estado com sede no Instituto Pedagógico Rui Barbosa em Aracaju, sob a direção do Prof. Genaro Plech.

A denominação inicial IMCOSE permaneceu da sua fundação até 14 de agosto de 1962, quando foi publicado o Decreto n. 701, sancionado pelo governador Dionizio Machado, no qual dispôs sobre a mudança de denominação do IMCOSE, tendo em vista a LDB 4.024 de 1961, e as decisões que a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde vinha promovendo no sentido de passar a instituição a nível superior. Em 14 de março de 1971, na data da inauguração da sede própria, a instituição passa a ser denominada como Conservatório de Música de Sergipe e o seu funcionamento no prédio destinado às suas atividades, localizado à rua Boquim, 313, na gestão do governador João de Andrade Garcez.

A primeira transferência da sede ocorreu das dependências do Instituto Pedagógico Rui Barbosa, na Praça Olímpio Campos, para o prédio do Tribunal da Relação de Sergipe, localizado na esquina da Rua de Itaporanga com a Praça Olímpio Campos no Centro de Aracaju, onde atualmente funciona o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe –Palácio Silvio Romero. Apesar do esforço em encontrar documentos e registros fotográficos das práticas nesta sede, poucos dados foram localizados no período em que as atividades aconteceram neste espaço educativo. Ficamos com a hipótese de que o desmembramento do seu local de atuação inicial tenha sido em decorrência da LDB 4.024 de 1961 ou pela criação do prédio para sediar o Instituto Rui Barbosa, em 1962.

A hipótese abordada foi confirmada de que a partir de 1961, por efeito da extinção do Canto Orfeônico pela LDB de nº 4.024/61, o Conservatório de Música de Sergipe, na época

Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, redefiniu a sua proposta de ensino adotando novas práticas educativas, visando a formação de cantores, instrumentistas e de incentivo à criação de grupos artísticos. Identificamos que, após a publicação da LDB de nº 4.024 de nº 4.024/61 de 1961, as práticas de canto orfeônico continuaram vigentes no IMCOSE com a participação de estudantes em concentrações cívico-orfeônicas sob a regência de Genaro Plech, e a partir de 1962 ocorreram modificações na proposta pedagógica com ênfase no ensino de instrumento, com a ampliação da oferta dos cursos, aumento do número de matriculados e a criação da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe sob a condução de Leozírio Guimarães. A LDB 5.692/71 ocasionou no CMSE a implantação de Cursos Técnicos Profissionalizante (1973) e a criação de grupos artísticos Madrigal de Sergipe (1971), Trio Villa-Lobos (1972), Quinteto de Sergipe (1973) e da Orquestra de Câmara de Sergipe (1979) sob a direção de Rivaldo Dantas.

A LDB de nº 4.024/61, por não mencionar o ensino de canto orfeônico e não determinar outro projeto de música para as escolas, finda com a obrigatoriedade da disciplina Canto Orfeônico no currículo escolar, tornando assim o ensino de canto orfeônico optativo nas escolas. O Parecer de nº 383/62, que trata do ensino de música nos três níveis educacionais (primário, médio e secundário), estabeleceu música como prática educativa nas escolas primárias e pré-primárias, e como ensino sistemático, progressivo nas escolas de música. O documento trata da exigência da formação superior para professores de música pelos estabelecimentos de ensino do grau superior, orienta a criação de cursos secundários nas escolas de música e a criação de escolas técnicas de música. Dessa forma, determina a extinção, em 1962, das atividades de formação docente dos Conservatórios de Canto Orfeônico.

Após a publicação da LDB de nº 4.024/61, identificamos que as práticas de canto orfeônico continuaram vigentes no IMCOSE e na rede pública estadual. Um exemplo disto são as Concentrações Cívico-Orfeônicas das escolas e grupos escolares e as apresentações musicais do Coro Orfeônico dos Grupos Escolares e do Instituto de Música em solenidades. Isso mostra como a instituição participava, frequentemente, de apresentações com o Coro do Instituto Pedagógico Rui Barbosa, ambos com a regência do Maestro Genaro Plech.

Em atendimento a LDB de nº 4.024/61, a denominação da escola é alterada para Escola de Música de Sergipe e, em 13 de novembro de 1962, por meio do Decreto nº. 717, estabeleceu a Escola de Música de Sergipe um estabelecimento de ensino superior. Na época, alguns cursos foram criados, porém, o Curso Superior não foi implantado. Provavelmente, as mudanças de gestão tenham impulsionado diferentes ações e o não cumprimento do referido Decreto.

Ainda durante a década de 1960, percebemos o crescimento das matrículas de forma progressiva, principalmente, pela inserção de cursos de instrumentos de orquestra e de banda de música (Saxofone, Trombone, Flauta, Clarineta, Oboé, Piston, Contrabaixo acústico, Viola, Violoncelo e Percussão). A inserção destes instrumentos estava relacionada às práticas musicais do diretor Leozírio Guimarães e seus ideais de formação de uma Orquestra. Exemplo disso foi a ampliação do corpo docente, a formação dos professores em cursos de instrumento musical, a criação do Grupo de Câmara (1966), da Orquestra Sinfônica da Escola de Música de Sergipe (1966) e do Coral da Escola de Música de Sergipe (1969), ações determinantes desse período.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, tornou obrigatória a inclusão de Educação Artística no currículo nas escolas de 1º e 2º Graus, dispondo sobre as habilitações profissionais em nível do 2º grau. Assim como na LDB de nº 4.024/61, o ensino de música e o canto orfeônico não foram mencionados na nova LDB de nº 5.692/71, mas foi a partir desta nova resolução que as escolas de música passaram a adequar os cursos técnicos profissionalizante em música.

Para se adequar à nova legislação, o CMSE iniciou os trâmites de regulamentação e reconhecimento dos Cursos Técnicos, com base no Parecer nº 45/72 do Conselho Federal de Educação. Somente em 1978, por meio da Resolução Estadual de nº 111/78 com base no Parecer do Conselho Federal de Educação de nº 1.299/73 é que o CMSE obteve a autorização de funcionamento das habilitações profissionais de Técnico em Música nas modalidades de Técnico em Instrumento e Técnico em Canto, a nível de 2º grau. A Resolução convalida os estudos dos alunos que concluíram em 1975 e, a partir de 1978, o CMSE se tornou a única instituição de ensino regulamentada a ministrar cursos de música em nível técnico no estado de Sergipe.

Consideramos que a legislação educativa a partir da década de 1960 foi determinante para o desenvolvimento de novas práticas no CMSE. Analisamos as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 e nº 5.692/71 com o objetivo de compreender as determinações para o ensino de música no Brasil. No entanto, os Pareceres do Conselho Federal de Educação nº 383 de 1962, nº 45 de 1972 e nº 1.299 de 1973 determinaram as ações específicas para o ensino de música e escolas de música. Por fim, os Decretos estaduais e Regimentos Internos (1946; 1962) do CMSE demonstram como as alterações foram articuladas na instituição. No geral, percebemos que nem todas as determinações foram incorporadas de forma efetiva ou com brevidade, a exemplo, a determinação da Escola de Música de Sergipe como ensino superior, e o processo de regulamentação do Curso Técnico na década de 1970 e a ênfase na aprendizagem de instrumentos nos primeiros anos de fundação.

As práticas educativas na década de 1970, enfatizaram o ensino de instrumento e tiveram influência da concepção de curso profissionalizante, no desenvolvimento econômico e na qualificação para o mercado de trabalho. Tal como, as práticas coletivas da disciplina Prática de Conjunto na década de 1970 que contribuíram diretamente para a formação de grupos artísticos de caráter profissional no CMSE. Identificamos a criação dos seguintes grupos no período estudado: Madrigal de Sergipe (1971), Trio Villa-Lobos (1972), Quinteto de Sergipe (1973) e da Orquestra de Câmara de Sergipe (1979).

A investigação relacionou a criação da Orquestra Sinfônica de Sergipe e da Banda Interescolar da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe – SECBANDA (1976) às práticas dos professores e alunos do CMSE na década de 1970. Portanto, as atuações dos grupos artísticos do CMSE promoveram a formação de músicos e cantores para o mercado profissional da música sergipana, sendo a instituição o espaço de desenvolvimento desses grupos. Assim, consideramos que as os protagonismos do CMSE, entre 1961 e 1979, deixaram contribuições significativas no campo da educação e do mercado profissional da música.

A respeito dos diretores da instituição no período investigado, identificamos a gestão de seis professores: Genaro Plech (1945-1964), Benjamim Sandino Guilherme Hohagem (1965-1966), Leozírio Guimarães (1966-1970), Valdyr Barreto dos Anjos (1970- 1971), Rivaldo Dantas (1971-1976 /1978-1993) e José Augusto Santos (1976-1978).

Chegamos ao sinal de *Coda* deste trabalho, e aqui registramos a importância da conservação da memória e da promoção de ações educativas que tornem a história do Conservatório de Música de Sergipe acessível ao seu corpo discente, docente, pesquisadores e amantes da música. Acreditamos que assim, a história desta instituição estará em pauta por meio das suas interpretações, releituras, e inspirando a criação de novas composições.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Olga de. **Leozírio Guimarães: uma caminhada musical**. Aracaju: SOFISE, 2009.
- ANDRADE, Maria Olga de (org.). **Hinos e Canções comemorativas do Estado de Sergipe**. Aracaju: Segrase, 2010.
- ANDRADE, Olga Maria. **O Conservatório de Música de Sergipe: Uma retrospectiva histórica**. Aracaju, 2012.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Modernidade e educação: a implantação dos grupos escolares em Sergipe. In: Memória e História - V Encontro Nordestino de História / V Encontro Estadual de História, 2004, Recife. **Anais [...]**. Recife, p. 1-13, 2004. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/06-hist-cultural/Artigo%20de%20Crislane%20Barbosa%20de%20Azevedo.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a Reforma da Instrução Pública de 1924 em Sergipe**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14266>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.
- BEDIAGA, Begonha (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/VOL05.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CONCEIÇÃO, Ivete Eça da. **Sergipe Cantava em allegro ma non trop: O canto orfeônico em Sergipe e a Fundação do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe. 1930-1950**. 1997. 51 f. Monografia (Graduação) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.
- DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- FUCCI AMATO, Rita de Cássia. **Memória musical: retratos de um conservatório**. São Paulo: Annablume, 2010.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **"Vestidas de azul e branco": um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério, 1920-1950**. 1995. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000084705>>. Acesso em: 25 ago. 2014

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: A pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

GÓES, Juliana da Silva. **Contribuições do Maestro Leosírio Guimarães para a Cultura Musical em Aracaju-SE**. 2010. 141 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Música, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

GÓES, Priscilla da Silva. **Acordes Dissonantes da História da Música em Sergipe: A orquestra Sinfônica (1985-2005)**. 2006. 98 f. Monografia (Graduação) – Departamento de História Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/25596632/Monografia_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_ACORDES_DISSONANTES_DA_HIST%C3%93RIA_DA_M%C3%9ASICA_EM_SERGIPE Acesso em: 12 jan. 2022.

GUIMARÃES, Leozírio Fontes. **Panorama da Música em Sergipe**. In: Revista Artes de Jovens. Aracaju: Editora Jovreu: nº 20, 1970

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-38, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf. Acesso em: 2 jul. 2021.

LIMA, Maria Gorete de; BORGES, Mackely Ribeiro. História da Música Erudita em Sergipe: a trajetória educacional das docentes fundadoras do Conservatório de Música de Sergipe. In: II SISPEM - Simpósio Sergipano de Pesquisa e Ensino em Música, 2010. São Cristóvão. Anais do II Simpósio Sergipano de Pesquisa e Ensino em Música – SISPEM, **Anais [...]**. São Cristóvão: UFS, p. 19-26, 2010. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=550390&key=04ece9b2e8c5d177b062fd8e43420ad9>. Acesso em: 2 maio 2021.

LIMA, Maria Gorete de Almeida; BORGES, Mackely Ribeiro. Aspectos históricos da atuação musical da professora e pianista Maria Waldette de Mello em Sergipe nas décadas de 1930 e 1940. In: III Simpósio Sergipano de Pesquisa e Ensino em Música - SISPEM, 2011. São Cristóvão. Anais do III Simpósio Sergipano de Pesquisa e Ensino em Música – SISPEM. **Anais [...]**. São Cristóvão: UFS, p. 9-19, 2011. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=550392&key=7da616067dd1945ab23103a762d796d8>. Acesso em: 2 maio 2021.

LIMA, Maria Gorete de Almeida. **Aspectos da trajetória educacional das docentes fundadoras do Conservatório de Música de Sergipe**. 2011. Monografia (Graduação) – Departamento de Música, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

LISBOA, Clístenes André Pinto. **O ensino de trompete no conservatório de música de Sergipe**: contextualização das necessidades, metodologias e ferramentas pedagógico-musicais. 2017. 55 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Música, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27514>. Acesso em: 10 maio 2021.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MATEIRO, Teresa da Assunção Novo. Educação musical nas escolas brasileiras: Retrospectiva histórica e Tendências pedagógicas atuais. **Revista NUPEART**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 115-136, 2012. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/2659>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MOREIRA, Marcos dos Santos. **Aspectos históricos, sociais e pedagógicos nas Filarmônicas do Divino e Nossa Senhora da Conceição, do Estado de Sergipe**. 2007. 136 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Música, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27514>. Acesso em: 10 maio 2021.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas Bôas. **A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)**. 295 f. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2004.

NASCIMENTO, Joel Magalhães do. **O ensino de Música em Sergipe: O conservatório de Música e Sergipe 1971-2000**. 2003. 62 f. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Educação e Ciências. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

NOGUEIRA, Isabel Porto. **O pianismo na cidade de Pelotas (RS, Brasil) de 1918 a 1968**. Pelotas: UFPel, 2001.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTOS, Ana Cristina Batista dos. **Lá, si, dó, fá: notas sobre a história do canto coral em Sergipe (1985–2004)**. 2004. 30 f. Monografia (Graduação). Departamento de História. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Santos-Historia_Canto_Coral_Sergipe.pdf. Acesso em: 7 jul. 2021.

SANTOS, Diego Lima dos. **A música sergipana para violão de Alvin Argollo**. 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25983>. Acesso em: 15 set. 2021.

SANTOS, Efraim dos. **Banda de Música Sons de Júbilo da Igreja Assembleia de Deus em Sergipe: Um apanhado histórico entre 1958 a 2016**. 2016. 139 f. Monografia (Licenciatura em Música). Departamento de Música. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Elias Souza dos. **Música e Evasão Escolar: O caso do Conservatório de Música de Sergipe**. 2004. 66 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2004a.

SANTOS, Elias Souza dos. Uma análise da História do Conservatório de Música de Sergipe, do seu método de ensino e da evasão. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004b, Curitiba. **Anais [...]**. Disponível em <https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/625/4589ff5998320e8c90da02b8aea5d122.pdf>. Acessado em 13 nov. 2020.

SANTOS, Elias Souza dos. A Trajetória do Educador, Maestro e Compositor Leosírio Guimarães. In: V Congresso Brasileiro De História da Educação, 2008, Aracaju. **Anais [...]**. Disponível em:

<https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/558/20e9aa681f04a739f0df7b2b5e3b764b.pdf>

Acesso em 13 nov. 2020.

SANTOS, Elias Souza dos. **Educação Musical em Sergipe: uma análise das práticas da Disciplina Canto Orfeônico, na Escola Normal de Aracaju (1934-1971)**. 2012. 274 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo, 2012. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29112012-104629/pt-br.php>. Acesso em: 3 set. 2020.

SANTOS, Elias Souza dos. **Õ Tupã, Deus do Brasil: O canto orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971)**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016a.

SANTOS, Elias Souza dos. Formação e atuação de três bandas femininas de música em Sergipe (1958-1970). In: 9º Encontro de Formação de Professores (ENFOPE). Edição Internacional, 2016, Aracaju. Anais do 9º Encontro Internacional de Formação de Professores Edição Internacional; 10º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional. v. 9, **Anais [...]**. Aracaju: UNIT, p. 1-15, 2016b. Disponível em:

<https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/2249/601>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SANTOS, Elias Souza dos; FERRONATO, Cristiano de Jesus; BARRETO, Lucas Wendell de. Práticas Educativas do Coral da Universidade Federal de Sergipe – CORUFS (1970-1990). **Revista Temas em Educação**, [S. I.], v. 27, n. 2, p. 27–44, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/42092>. Acesso em: 4 dez. 2020.

SANTOS, Elias Souza dos; FERRONATO, Cristiano de Jesus; MECENAS, Ane Luise Silva. Histórias dos Conservatórios Brasileiros de Canto Orfeônico: Consonâncias e Dissonâncias no Curso de Formação do Professorado de Música. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 19, p. 1-22, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/46989>. Acesso em: 4 dez. 2021.

SANTOS, Elias Souza dos. **No Compasso, Ligeiro, da pianista Helena Lorenzo Fernandez: entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985)**. 2020. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes. Programa de Pós-Graduação em Educação. Aracaju, 2020. Disponível em:

<https://mestrados.unit.br/pped/wp-content/uploads/sites/2/2021/02/Elias.pdf>. Acesso: 15 ago. 2022

SANTOS, Kadja Emanuelle Araujo. **Panorama do Ensino de Violão em Escolas de Música de Aracaju/SE**. 2013. 114 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Música, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

SILVA, Wênia Mendonça. **A Pedagogia Musical do Canto Orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu Sergipense (1931-1956)**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11408>. Acesso em: 2 jan. 2021.

SOBREIRA, Silvia Garcia. **Disciplinarização da Música e Produção de sentidos sobre Educação Musical: investigando o papel da ABEM no contexto da Lei nº 11.769/2008**. 2012. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/teses/Tese_Silvia_Garcia_Sobreira.pdf . Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA, Carla Delgado de. O Brasil em pauta: Heitor Villa-Lobos e o canto orfeônico (1920-1945). **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.4, n.1, jan.-jun., p.67-85, 2012. Disponível em: http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no1_04.DELGADOSOUZA.pdf. Acesso em: 3 jun. 2021.

TOFFANO, Maria Jaci. **As pianistas dos anos 1920 e a geração jet-lag: o paradoxo feminista**. Brasília: Ed. UnB, 2007.

FONTES

1- Arquivo do Conservatório de Música de Sergipe

SERGIPE. Livro de Matrícula. 1961-1979. (Arquivo do Conservatório de Música de Sergipe)

SERGIPE. Diário de Classe. Canto Coletivo, Série 1º I, turno noturno, 1968. Pedro Alceu de Souza. (Arquivo do Conservatório de Música de Sergipe)

CMSE, Exposição Documental do Conservatório de Música de Sergipe, 1994.

2- Leis, Decretos, Pareceres e Resoluções

BRASIL. Decreto-lei nº 4.993, de 26 de novembro de 1942. **Institui o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, e dá outras providências**. Ministério da Educação. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, RJ: 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4993-26-novembro-1942-415031-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 maio 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.494, de 22 de julho de 1946. **Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico**. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, v. 5, p. 30-38, 1946c. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/124245-lei-organica-do-ensino-de-canto-orfeunico.html>. Acesso em 09 jan. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 51.215, de 21 de agosto de 1961. **Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas Escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País**. Ministério da Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51215-21-agosto-1961-390857-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 18 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Ministério da Educação. Brasília, DF: 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Parecer nº 383/1962. Documenta, nº 11, p. 49, 1963. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. [S. l.: s. n.], 1963

BRASIL. Parecer nº 45/72 de 12 de janeiro de 1972. **A Qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional.** Documenta, nº 134, p. 107, 1972. Conselho Federal de Educação. [S. l.: s. n.], 1972.

BRASIL. Parecer nº 1.299/73, de 10 de agosto de 1973. **Institui em nível de 2º grau, a habilitação profissional de Técnico Musical, com os mínimos de conteúdo e duração fixados.** In: Documenta nº 153, p.30. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. [S. l.: s. n.], 1973

BRASIL. Portaria nº 215, de 18 de abril de 1945. Coleção de Leis do Brasil. Rio de Janeiro, 1945.

SERGIPE. Resolução nº 111/78, de 29 de dezembro de 1978. **Concede autorização para funcionamento de Habilitação de Técnico em Música, nas modalidades de Técnico em Instrumento e Técnico em Canto, a nível de 2º Grau, ministrada pelo Conservatório de Música de Sergipe.** Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe. Conselho Estadual de Educação, 1978.

3- Jornais

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 26 de julho de 1946.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 25 de outubro de 1946.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 08 de novembro de 1946.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 15 de novembro de 1946.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 21 de novembro de 1946.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 07 de dezembro de 1946.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 17 de dezembro de 1946.

DIÁRIO DE ARACAJU. Aracaju, 13 de agosto de 1971.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 04 de fevereiro de 1934.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 29 de novembro de 1945.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 04 de dezembro de 1945.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 12 de dezembro de 1945.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 21 de dezembro de 1945.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 22 de dezembro de 1945.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 25 de dezembro de 1945.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 15 de janeiro de 1946.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 17 de janeiro de 1946.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 07 de fevereiro de 1946.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 26 de fevereiro de 1946.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 09 de fevereiro de 1946.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 08 de março de 1946.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 26 de março de 1946.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 16 de novembro de 1961.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 14 de abril de 1962.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 1 de agosto de 1962.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 18 de agosto de 1962.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 25 de novembro de 1962.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. **Imprensa Oficial de Sergipe**. Aracaju, 22 de janeiro de 1963.

GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, 10 de agosto de 1971.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QR CODE DA PLAYLIST DAS APRESENTAÇÕES MUSICAIS

As músicas citadas ao longo do trabalho podem ser apreciadas acessando pelo link (https://www.youtube.com/playlist?list=PLsjT2IwAPz2HNSx_24FwQG1XZFXwRUrfZ). ou pelo Qr code abaixo:



APÊNDICE B – DECLARAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO AOS ARQUIVOS
E PARA USO DE IMAGENS

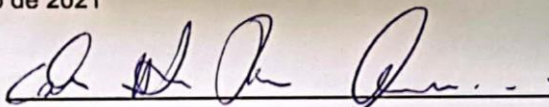
Declaração de Autorização Para Uso de Arquivos, Registros e Similares

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Tiradentes - UNIT

Declaro, conforme Resolução CNS nº466/12, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado "**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE (1961-1979)**", sob a responsabilidade da pesquisadora KADJA EMANUELLE ARAUJO SANTOS, que o uso do arquivo e/ou registro de Projeto Político Pedagógico, Registro de Atas, Livro de Matrícula dos Alunos, Fichas de Alunos, Diários, Histórico da Escola, Resolução, Placas, Esculturas e imagens da instituição pela pesquisadora está autorizado para a realização desta pesquisa.

De acordo e ciente,

Aracaju, 21 de Junho de 2021



Carlos Heitor Rocha Mendonça

Nome completo: Carlos Heitor Rocha Mendonça

Cargo: Diretor do Conservatório de Música de Sergipe

Ao Memorial de Sergipe
Universidade Tiradentes - UNIT

Sra. Sayonara Rodrigues Viana

Venho por meio deste solicitar a colaboração com a pesquisa **"AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE (1961-1979)"**, sob a responsabilidade da pesquisadora Kadja Emanuelle Araujo Santos, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), Graduada em Licenciatura em Música (UFS), membro do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (UNIT/PPED/CNPq).

A colaboração dar-se-á mediante a autorização da pesquisa no Acervo do Memorial de Sergipe/UNIT para coleta de dados que serão utilizados com a finalidade acadêmica sobre a instituição pesquisada e o cenário sociocultural em Sergipe.

A investigação histórica-documental, em andamento, tem a orientação da Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, Bolsista de Produtividade em Pesquisa em Educação/PQ do CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/UNIT/PPED/CNPq).

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail kadjaemanuelle@gmail.com, por telefone ou whatsapp (79) 999980803.

Atenciosamente,

Kadja Emanuelle Araujo Santos

Aracaju, 28 de abril de 2023


Kadja Emanuelle Araujo Santos


Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

*Recebido
Sayonara R. Viana*



TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE FOTOGRAFIAS PARA TERCEIROS

CEDENTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, instituída nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, com sede na Avenida Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.021-120, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, regida pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973 e representada na forma do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

CESSIONÁRIO: KADJA EMANUELLE ARAUJO SANTOS, brasileira, solteira, professora de música, Carteira de identidade nº _____, emitida por SSP/SE, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, Bairro _____, Aracaju, SE, CEP: _____.

1 – O CEDENTE, neste ato, cede gratuitamente, à CESSIONÁRIA, o direito de utilizar única e exclusivamente a(s) fotografia(s) pertencentes ao Acervo do IBGE identificadas sob o nº(s) de registro(s) 40719 em pesquisa para fins didáticos.

2 – Fica desde já ajustado entre as partes que o CESSIONÁRIO deverá inserir o seguinte crédito, legível e com destaque:

ACERVO IBGE

3 – Fica desde já ajustado entre as partes que o CESSIONÁRIO deverá inserir o crédito do fotógrafo, quando houver.

4 – É vedado o empréstimo, a locação, a cessão, a transferência temporária, cópia ou comercialização, parcial ou integral da(s) fotografia(s).

5 – A(s) fotografia(s) são de exclusiva propriedade do IBGE, sendo obra protegida pelo direito autoral brasileiro, nos termos da Lei nº 9.610 de 12 de fevereiro de 1998, regulamentação dela decorrente e por tratados internacionais.

6 – Elegem as partes o Foro da Cidade do Rio de Janeiro como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente cessão.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2023.

CEDENTE



Documento assinado eletronicamente por SUZANE LIMA CONCEIÇÃO, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas, em 15 de Maio de 2023, às 15:03:13, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparencia.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1671173395022826300 e o código CRC C3F36DC.



TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE FOTOGRAFIAS PARA TERCEIROS

CEDENTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, instituída nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, com sede na Avenida Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.021-120, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, regida pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973 e representada na forma do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

CESSIONÁRIO: KADJA EMANUELLE ARAUJO SANTOS, brasileira, solteira, professora de música, Carteira de identidade nº _____, emitida por SSP/SE, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Aracaju, SE, CEP: _____.

1 – O CEDENTE, neste ato, cede gratuitamente, à CESSIONÁRIA, o direito de utilizar única e exclusivamente a(s) fotografia(s) pertencentes ao Acervo do IBGE identificadas sob o nº(s) de registro(s) 40719 em pesquisa para fins didáticos.

2 – Fica desde já ajustado entre as partes que o CESSIONÁRIO deverá inserir o seguinte crédito, legível e com destaque:

ACERVO IBGE

3 – Fica desde já ajustado entre as partes que o CESSIONÁRIO deverá inserir o crédito do fotógrafo, quando houver.

4 – É vedado o empréstimo, a locação, a cessão, a transferência temporária, cópia ou comercialização, parcial ou integral da(s) fotografia(s).

5 – A(s) fotografia(s) são de exclusiva propriedade do IBGE, sendo obra protegida pelo direito autoral brasileiro, nos termos da Lei nº 9.610 de 12 de fevereiro de 1998, regulamentação dela decorrente e por tratados internacionais.

6 – Elegem as partes o Foro da Cidade do Rio de Janeiro como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente cessão.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2023.

CEDENTE



Documento assinado eletronicamente por SUZANE LIMA CONCEICAO, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas, em 15 de Maio de 2023, às 15:03:13, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1671173395022826300 e o código CRC C3F36DC.

ANEXOS

ANEXO A – LIVRO DE MATRÍCULA

39

Matrícula de curso de Baixo na Escola de Música de Sergipe

no ano de 1963

Ordem	Nome	Idade	Sexo	Nacionalidade	Endereço
1	Adriana Leite dos Santos	6	M	brasileira	Imaculada
2	Adriana Antunes Costa	8	F	brasileira	Imaculada
3	Adriana Antunes Gomes	9	F	brasileira	Imaculada
4	Adriana Antunes Gomes	10	F	brasileira	Imaculada
5	Adriana Antunes Gomes	11	F	brasileira	Imaculada
6	Adriana Antunes Gomes	12	F	brasileira	Imaculada
7	Adriana Antunes Gomes	13	F	brasileira	Imaculada
8	Adriana Antunes Gomes	14	F	brasileira	Imaculada
9	Adriana Antunes Gomes	15	F	brasileira	Imaculada
10	Adriana Antunes Gomes	16	F	brasileira	Imaculada
11	Adriana Antunes Gomes	17	F	brasileira	Imaculada
12	Adriana Antunes Gomes	18	F	brasileira	Imaculada
13	Adriana Antunes Gomes	19	F	brasileira	Imaculada
14	Adriana Antunes Gomes	20	F	brasileira	Imaculada
15	Adriana Antunes Gomes	21	F	brasileira	Imaculada
16	Adriana Antunes Gomes	22	F	brasileira	Imaculada
17	Adriana Antunes Gomes	23	F	brasileira	Imaculada
18	Adriana Antunes Gomes	24	F	brasileira	Imaculada
19	Adriana Antunes Gomes	25	F	brasileira	Imaculada
20	Adriana Antunes Gomes	26	F	brasileira	Imaculada
21	Adriana Antunes Gomes	27	F	brasileira	Imaculada
22	Adriana Antunes Gomes	28	F	brasileira	Imaculada
23	Adriana Antunes Gomes	29	F	brasileira	Imaculada
24	Adriana Antunes Gomes	30	F	brasileira	Imaculada
25	Adriana Antunes Gomes	31	F	brasileira	Imaculada
26	Adriana Antunes Gomes	32	F	brasileira	Imaculada
27	Adriana Antunes Gomes	33	F	brasileira	Imaculada
28	Adriana Antunes Gomes	34	F	brasileira	Imaculada
29	Adriana Antunes Gomes	35	F	brasileira	Imaculada
30	Adriana Antunes Gomes	36	F	brasileira	Imaculada
31	Adriana Antunes Gomes	37	F	brasileira	Imaculada
32	Adriana Antunes Gomes	38	F	brasileira	Imaculada
33	Adriana Antunes Gomes	39	F	brasileira	Imaculada
34	Adriana Antunes Gomes	40	F	brasileira	Imaculada

Endereço	Residência	Idade	Observações
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada	Imaculada	1963	
Imaculada			

Livro de Matrícula (1961-1979)

Fonte: Arquivo do Conservatório de Música de Sergipe (2022)